

The background features a series of green 3D bars of varying heights, with a white line graph overlaid that trends upwards from left to right, ending in an arrowhead. The overall color palette is shades of green and yellow.

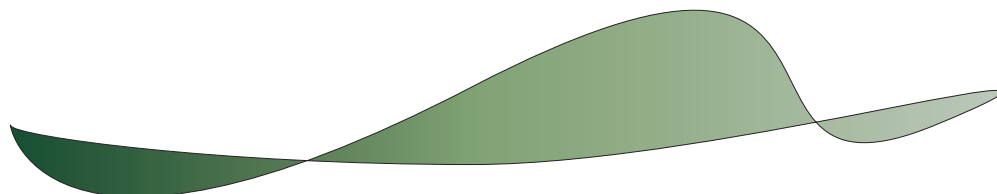
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2010 - 2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE



ESTRUTURA ADMINISTRATIVA



PRESIDENTE
Desembargador Pedro Ranzi

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Adair José Longuini

CORREGEDOR-GERAL DE JUSTIÇA
Desembargador Samoel Martins Evangelista

© 2010. Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios, sem autorização do TJAC. Permitida a transcrição, desde que citada a fonte.

A187P

ACRE, Tribunal de Justiça. – Plano Estratégico do Tribunal: biênio
2009-2011. Diretoria Geral, Assessoria de projetos, Assessoria
de Planejamento, coordenadorias – 1. ed. Rio Branco -
Parque Gráfico do TJAC – 2010 .
151 pag.

1 . Histórico – Metodologia – Metas – Planejamento.

2. Estratégias – Mapas graficos – Projetos – Demonstrativos.

35.077.2 (811.2)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Rua Floriano Peixoto, nº 460, Centro.

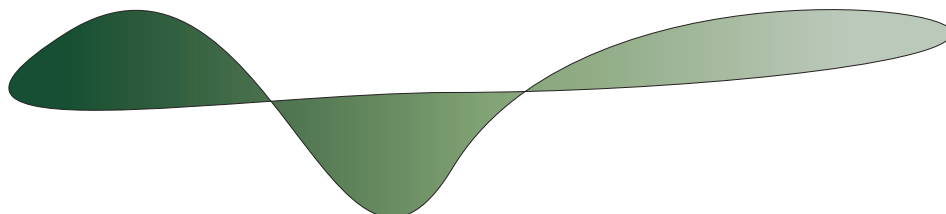
Rio Branco. AC 69.908-030

(68) 3211-5300

Disponível para download no site: www.tjac.jus.br

TRIBUNAL PLENO

Por ordem de antiguidade



Des.^a Eva Evangelista
Membro

Des.^a Miracele Lopes
Membro

Des. Francisco Praça
Membro

Des. Arquilau Melo
Membro

Des. Feliciano Vasconcelos
Membro

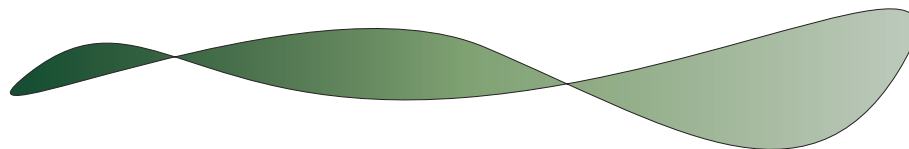
Des. Samoel Evangelista
Corregedor-Geral de Justiça

Des.^a Izaura Maia
Membro

Des. Pedro Ranzi
Presidente

Des. Adair Longuini
Vice-Presidente

GRUPO GESTOR DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Des. Pedro Ranzi

Des. Adair José Longuini

Dr. Laudivon de Oliveira Nogueira

Dr. Elcio Sabo Mendes Júnior

Carlos Afonso Santos de Andrade

José Carlos Martins Júnior

GRUPO DE TRABALHO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

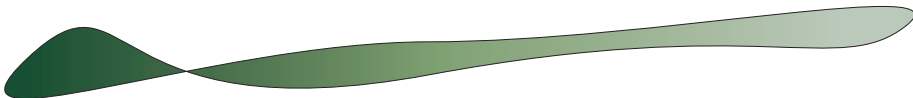


Des. Pedro Ranzi
Des. Adair José Longuini
Des. Samoel Martins Evangelista
Dr. Laudivon de Oliveira Nogueira
Dr. Elcio Sabo Mendes Júnior
Dra. Mirla Regina da Silva Cutrim
Carlos Afonso Santos de Andrade
José Carlos Martins Júnior
Izilda Carlota Sinhorini Grasso
Adauto da Silva Goes
Ronaldo José de Freitas Pereira
Alison Matos Mourão
Francisco das Chagas Vieira de Oliveira
Roberto Romanholo
Aldrin Taveira de Souza
Raimundo José da Costa Rodrigues
Amanda de Jesus Moraes
Hélio Oliveira de Carvalho
Patrícia Tavares de Araújo
Antônio Rodrigues Vidal



Maria Gorete da Silva Bandeira Feitosa
Luziete Maria Lima Miranda
Alexandre Bonfim Nunes
Charles Silva Vasconcelos
Emerson Vieira Cavalcante
Evany de Araújo Vieira
Célio José Moraes Rodrigues
Letícia Helena Mamed
Francisco Lima de Oliveira
Dirce Oliveira Teodoro
Ana Lúcia Costa Felisberto
Iriá Farias Franca Modesto
Rosane Ferras Miranda
Maria Roseney da Silva Santana
Iraci Gomes de Souza

GRUPO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA



Portaria nº 1057 de 3 de julho de 2009

Publicada no DJ nº 3.987 do dia 07 de julho 09, fl.1

José Carlos Martins Júnior – Chefe do Núcleo

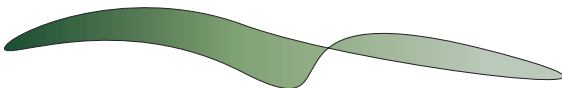
Evany de Araújo Vieira

Célio José Morais Rodrigues

Hélio Oliveira de Carvalho

Emerson Vieira Cavalcante

DIRETORIAS



DIRETOR GERAL

Carlos Afonso Santos de Andrade

DIRETORA ADMINISTRATIVA

Izilda Carlota Senhorini Grasso

DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

Antônio Rodrigues Vidal

DIRETORA DE FINANÇAS

Amanda de Jesus Moraes Bezerra

DIRETORA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Ana Shirley dos Santos Soares

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Roberto Romanholo

DIRETORA JUDICIÁRIA

Patrícia Tavares de Araújo

JUÍZES DE DIREITO

Por ordem alfabética



Afonso Braña Muniz

Anastácio Lima de Menezes Filho

Cloves Augusto Alves Cabral Ferreira

Denise Castelo Bonfim

Edinaldo Muniz dos Santos

Elcio Sabo Mendes Júnior

Fernando Nóbrega da Silva

Francisco Djalma da Silva

Giordane de Souza Dourado

José Augusto Cunha Fontes da Silva

Júnior Alberto Ribeiro

Laudivon de Oliveira Nogueira

Leandro Leri Gross

Lilian Deise Braga Paiva

Lois Carlos Arruda

Luana Claudia de Albuquerque Campos

Luís Vitório Camolez

Maha Kouzi Manasfi e Manasfi

Marcelo Badaró Duarte

Marcelo Coelho de Carvalho

Marcos Thadeu de Andrade Matias

Maria Cezarinete de Souza

Augusto Angelim

Maria Penha Sousa Nascimento

Mirla Regina da Silva Cutrim

Olívia Maria Alves Ribeiro

Pedro Luís Longo

Raimundo Nonato da Costa Maia

Regina Célia Ferrari Longuini

Rogéria José Epaminondas

Romário Divino Faria

Solange de Souza Fagundes

Thaís Queiroz Borges de Oliveira Abou Khalil

Zenair Ferreira Bueno Vasques Arantes

JUÍZES DE DIREITO SUBSTITUTOS

Por ordem alfabética



Adamarcia Machado Nascimento

Adimauro Souza da Cruz

Alesson José Santos Braz

Andréa da Silva Brito

Clovis de Souza Lodi

Daniel Gustavo Bomfim Araújo da Silva

Erik da Fonseca Farhat

Evelin Campos Cerqueira

Francisco das Chagas Vilela Junior

Gilberto Matos de Araújo

Gustavo Sirena

Hugo Barbosa Torquato Ferreira

Ivete Tabalipa

Joelma Ribeiro Nogueira

José Wagner Freitas Pedrosa Alcântara

Larissa Pinho de Alencar Lima

Louise Kristina Lopes de Oliveira

Luis Gustavo Alcalde Pinto

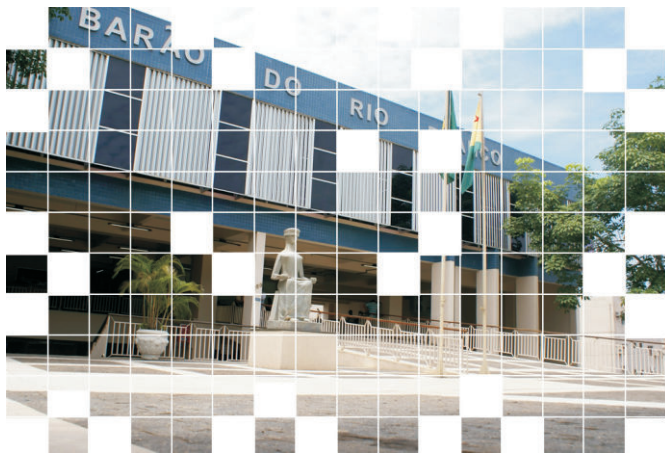
Manoel Simões Pedroga

Maria Rosinete dos Reis Silva

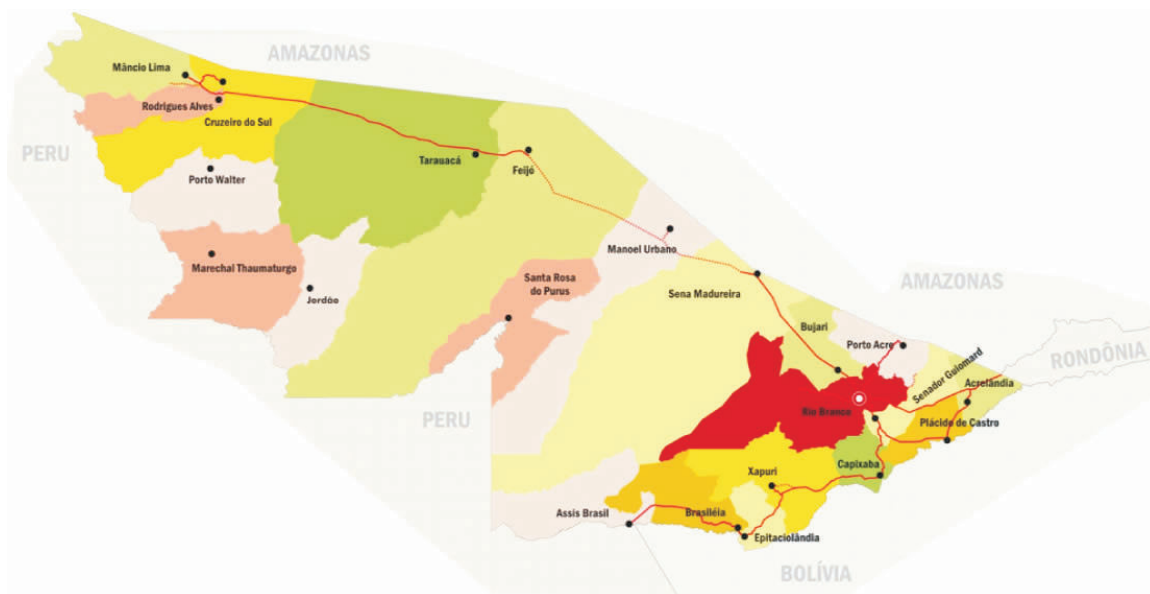
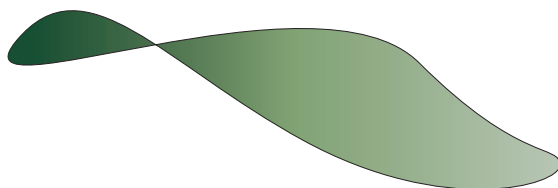
Robson Ribeiro Aleixo

Shirlei de Oliveira Hage Menezes

Zenice Mota Cardozo



COMARCAS



ENTRÂNCIA ESPECIAL



SEGUNDA ENTRÂNCIA



PRIMEIRA ENTRÂNCIA - INSTALADAS



PRIMEIRA ENTRÂNCIA - NÃO INSTALADAS



ENTRÂNCIA ESPECIAL

Rio Branco



SEGUNDA ENTRÂNCIA

Brasiléia
Cruzeiro do Sul
Epitaciolândia
Plácido de Castro
Sena Madureira
Senador Guiomard
Xapuri



PRIMEIRA ENTRÂNCIA - INSTALADAS

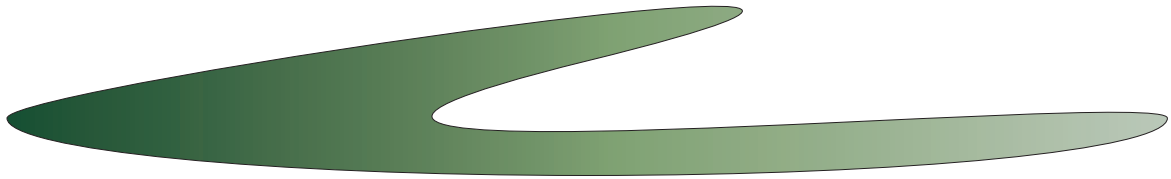
Acrelândia
Assis Brasil
Bujari
Capixaba
Feijó
Mâncio Lima
Manoel Urbano
Tarauacá



PRIMEIRA ENTRÂNCIA – NÃO INSTALADAS

Jordão
Marechal Thaumaturgo
Porto Acre
Porto Walter
Rodrigues Alves
Santa Rosa do Purus

APOIO TÉCNICO



EPM EXPERTS



Conselho Nacional de Justiça



**Fundação
Getulio Vargas**

Fundação Getúlio Vargas – FGV

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

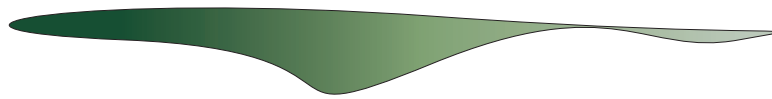


ASMAC	Associação dos Magistrados do Estado do Acre
BACENJUD	Sistema de Informações do Banco Central
BSC	<i>Balanced Scorecard</i>
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
DAD	Diretoria Administrativa
DFI	Diretoria de Finanças
DG	Diretoria Geral
DHR	Diretoria de Recursos Humanos
DJU	Diretoria Judiciária
DPO	Diretoria de Planejamento e Orçamento
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
ESMAC	Escola de Magistratura do Estado do Acre
EXEC.	Execuções
FGV	Fundação Getúlio Vargas
GC	Gestão do Conhecimento
INFOJUD	Sistema de Informações ao Poder Judiciário
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IR	Imposto de Renda

NEGEST	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PCR	Plano de Cargos e Remuneração
PE	Planejamento Estratégico
PETI	Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação
RENAJUD	Sistema de Restrições Judiciais de Veículos Automotores
SAJ	Sistema de Automação da Justiça
SWOT	SWOT é uma sigla do idioma inglês e representa: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).
TI	Tecnologia da Informação
TJ	Tribunal de Justiça
TJAC	Tribunal de Justiça do Estado do Acre
TRE-AC	Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Acre
TRT-AC	Tribunal Regional do Trabalho do Estado do Acre



LISTA DE FIGURAS



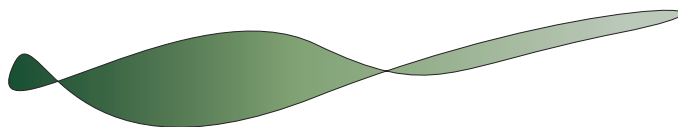
Número	Descrição	Página
1	Ciclo do PDCA	40
2	Perspectivas do Balanced Scorecard (BSC)	41
3	Matriz de SWOT	42
4	Mapa Estratégico	61
5	Projetos Estruturantes	111
6	Pirâmide de execução do Planejamento Estratégico	141
7	Matriz de Priorização dos Projetos Estruturantes	144

LISTA DE GRÁFICOS



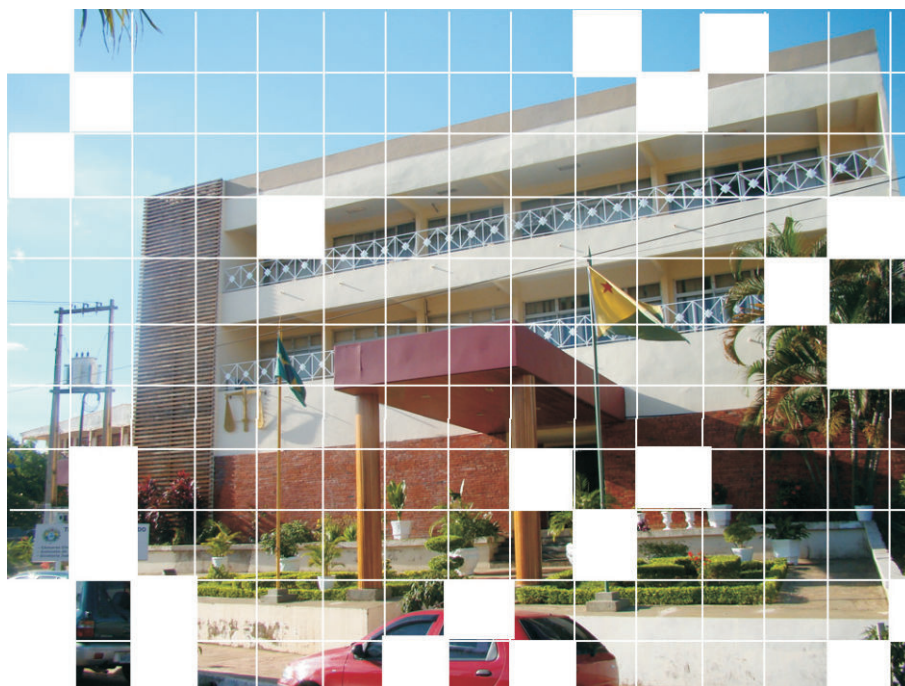
Número	Descrição	Página
1	Demonstração gráfica por perspectivas	145
2	Percentual de Metas por Perspectiva	146
3	Quantitativo de Metas por Tema	146
4	Quantitativo de Metas por Objetivo	147
5	Quantitativo de Propostas de Projetos Estruturantes	147
6	Prioridade dos Projetos	148

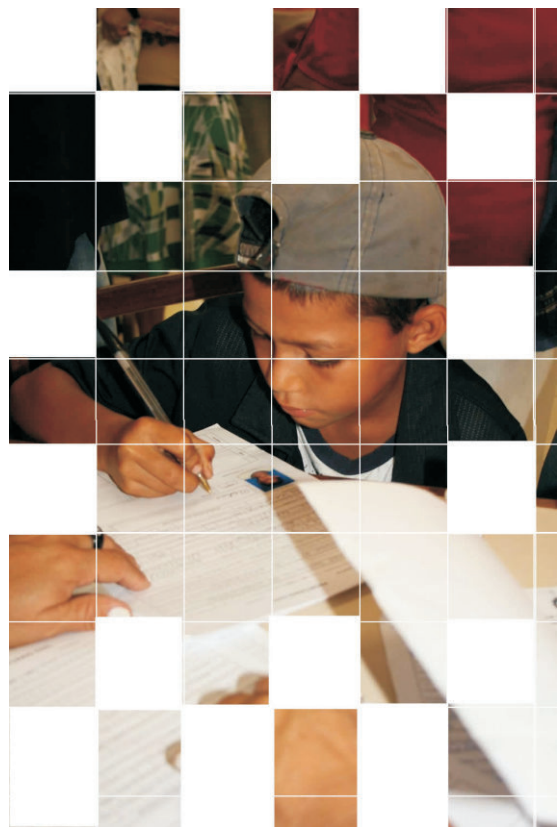
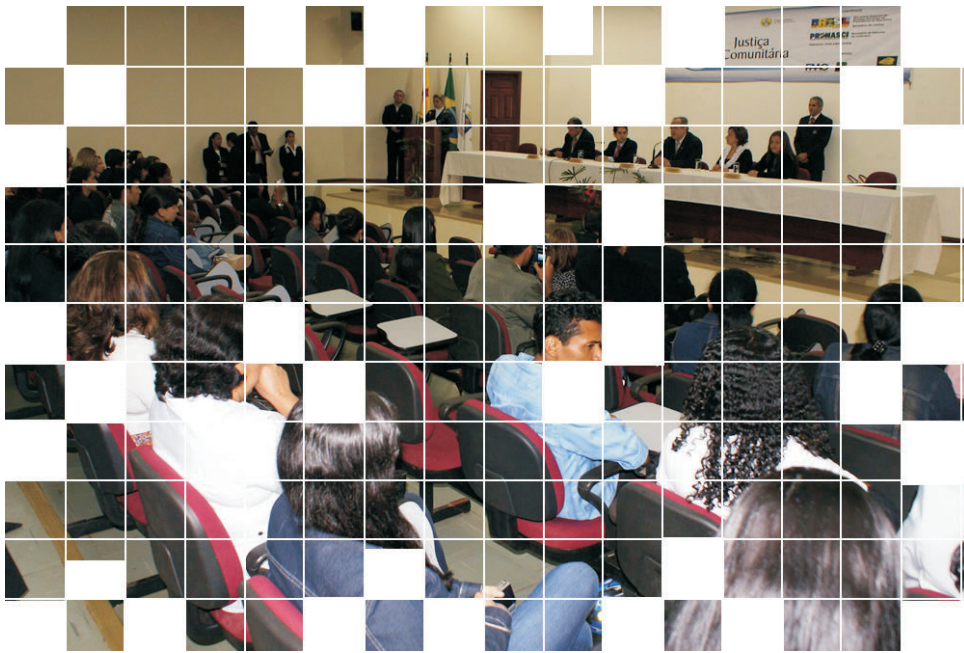
SUMÁRIO



APRESENTAÇÃO.....	29
INTRODUÇÃO.....	31
HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TJAC.....	33
A JUSTIFICATIVA DO PLANO ESTRATÉGICO.....	37
1. METODOLOGIA.....	39
1.1 APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE.....	43
1.2 AS DEZ METAS ESTABELECIDAS PELO CNJ.....	46
2. O CENÁRIO INSTITUCIONAL.....	47
3. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL.....	51
3.1 CENÁRIO INTERNO.....	52
3.2 CENÁRIO EXTERNO.....	53
3.3 NEGÓCIO.....	54
3.4 OBJETIVOS ELENCADOS E QUE SERÃO PERSEGUIDOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	54
4. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	55
4.1 MISSÃO INSTITUCIONAL.....	55
4.2 VISÃO INSTITUCIONAL.....	56
4.3 PRINCÍPIOS E VALORES.....	56
4.3.1 PRINCÍPIOS.....	56
4.3.2 VALORES.....	56
4.4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO PARA O ÊXITO DA MISSÃO.....	58
4.5 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL.....	58
4.5.1 ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL.....	58

4.5.2 ESTRATÉGIAS DE CONSOLIDAÇÃO DA EFETIVIDADE INSTITUCIONAL.....	59
4.5.3 ESTRATÉGIA DE CONSOLIDAÇÃO DE CRESCIMENTO.....	59
4.6 MAPA ESTRATÉGICO.....	60
4.7 FERRAMENTAS NECESSÁRIAS À IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS, METAS, PROJETOS E AÇÕES, PRECONIZADOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	65
4.7.1 INDICADORES	65
5. PLANO DE METAS E INDICADORES.....	69
6. PROJETOS ESTRATÉGICOS CATALOGADOS.....	111
7. PAINEL DE BORDO DAS METAS.....	139
8. EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	141
9. MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS.....	143
10. DEMONSTRATIVO GRÁFICO DAS VARIÁVEIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	145
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
ANEXO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	151







Desembargador Pedro Ranzi
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre

BIÊNIO 2009 - 2011

APRESENTAÇÃO

Neste novo milênio, as instituições públicas têm se deparado com sentimentos de insegurança, incerteza e inconstância relacionados ao futuro e com a preocupação em atender aos anseios de uma sociedade mais exigente que espera resultados imediatos e satisfatórios para suas demandas, consciente de seus direitos.

Diante disso, torna-se cada vez mais presente se definir de maneira clara, participativa e com base em um diagnóstico atual e futuro a direção que se pretende dar às organizações.

É fato que as organizações planejam a fim de identificar qual a direção a ser tomada, qual o foco, com vista ao meio social em que está inserida e na sua realidade interna, verificando prioridades, estabelecendo metas, definindo estratégias e ações, além de impor responsabilidades, delinear recursos para atingir seus objetivos. Nos dias de hoje, administram-se as organizações visando estimular a cooperação e a integração de seus membros para enfrentar oportunidades e problemas exigindo-lhes maiores habilidades para enfrentar tais dificuldades.

Partindo desse pressuposto, o Tribunal de Justiça do Estado do Acre, visando à viabilização de respostas mais céleres, capazes de atender aos anseios sociais e, ao mesmo tempo, dinamizar as diversas funções gerenciais da instituição, está implementando seu Planejamento Estratégico.

Com este instrumento organizacional, o Poder Judiciário Acriano busca um aprimoramento de seu comportamento gerencial com o objetivo de oferecer à sociedade um serviço público de melhor qualidade, focado em ações que, de forma estratégica e sistemática, promovam alcançar os objetivos da instituição e, conseqüentemente, contribuam com o cumprimento de sua missão com eficiência, eficácia e efetividade.

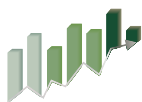
Assim, esse Planejamento Estratégico afigura-se como um instrumento que preconizará o limiar de um novo momento do Poder Judiciário do Estado do Acre, o da agilização dos processos de gestão com base na cultura do planejamento.

Tenho a certeza de que as experiências adquiridas nos 46 anos do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, relacionadas às necessidades do presente, direcionarão a Justiça Acriana rumo ao reconhecimento da prestação de seus serviços judiciários e sociais.

Rio Branco, dezembro de 2009.



Desembargador Pedro Ranzi
Presidente do TJAC 2009 - 2011





INTRODUÇÃO

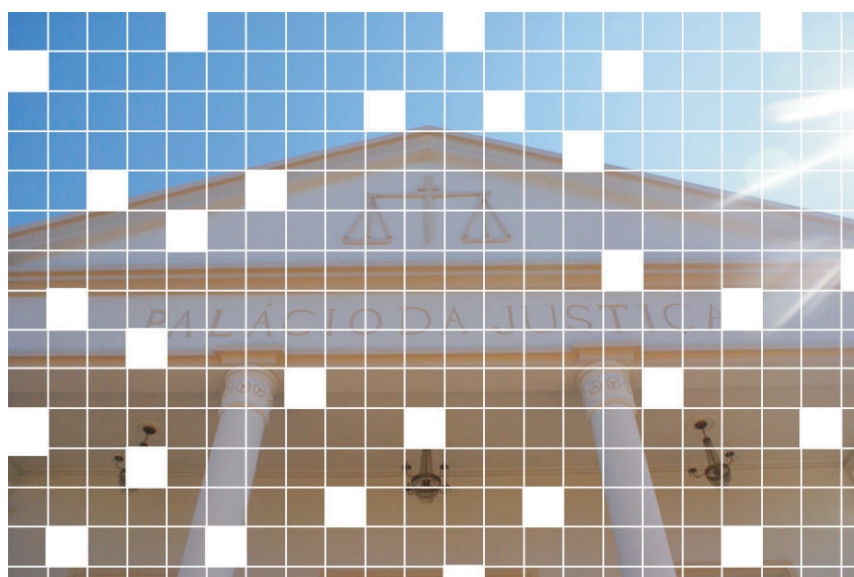


O Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), desde 1963, ano da sua instalação, honrando sua tradição histórica, vem buscando, de forma permanente, soluções para os problemas sociais que dificultam o progresso, a paz e a qualidade de vida dos cidadãos, desenvolvendo de forma moderna suas atividades, a partir de objetivos e linhas estratégicas que geram programas e ações consolidadas em planos anuais e plurianuais.

Saber exatamente o que a organização deseja alcançar é a força que se moverá em favor da garantia de crescimento da organização, pois, “nenhum vento é favorável a quem não sabe aonde quer chegar”. Sêneca (4 a 65 A.C.).

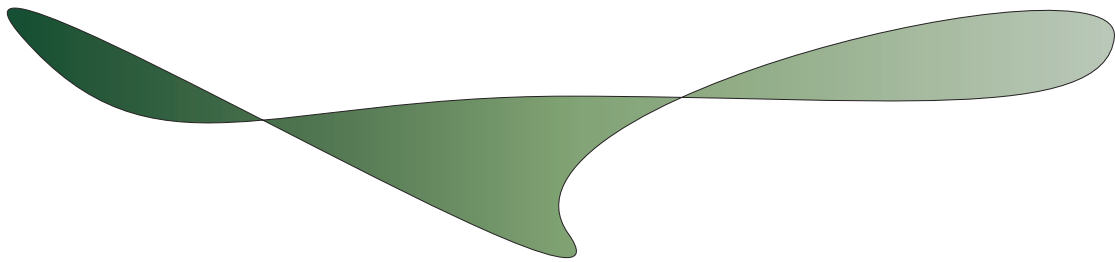
Este Planejamento Estratégico será a referência que, entre 2010 e 2014, norteará as ações de crescimento organizacional e institucional deste Tribunal. O Plano obedece às políticas e diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e está voltado para o compromisso de oferecer justiça e cidadania de qualidade e excelência, de forma transparente, ética e profissional.

O TJAC, diante de um mundo globalizado e da modernidade, utiliza-se desta ferramenta administrativa para planejar e executar suas atribuições, através das melhores práticas técnicas operacionais e administrativas, solidificadas no mais absoluto respeito ao estado de direito e aos valores éticos, objetivando merecer a confiança do povo acriano.





HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO TJAC



O planejamento do Judiciário ganhou maior força, em nosso Estado com a participação dos magistrados no MBA EM PODER JUDICIÁRIO, ministrado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Das disciplinas abordadas, uma foi exclusivamente sobre Planejamento Estratégico, sob a responsabilidade do Prof. Paulo Roberto Motta. Na oportunidade, aprendeu-se que um bom Planejamento Estratégico demanda a utilização de métodos mais racionais e analíticos na criação de futuros alternativos.

Um bom planejamento deve partir da premissa de um ambiente em constante mutação e turbulência (Peter Drucker, 1969), que exige um processo contínuo de formulação e avaliação de objetivos. Enfim, a ideia de planejamento e avaliação apresenta-se como dimensões contínuas e sistemáticas de ações e reações a provocações ambientais e não mais como algo ocasional, rotativo e de periodicidade regular: anual, bienal, etc. Temas importantes foram destacados pelo professor como: missão e valores, ambiência externa, ambiente próximo, construção de cenários, validação de cenários, visão entre outros.

A gestão e o Planejamento Estratégico trazem à função de direção uma nova maneira de pensar sobre a organização. Dirigir estrategicamente é saber pensar sobre o futuro, sobre novas alternativas e novas condições que provavelmente incidirão sobre a organização. A gerência estratégica existe para que se possa examinar sistematicamente prováveis efeitos de ocorrência e se esteja preparado para possíveis imprevistos. Como o futuro não é totalmente controlável, planos são meras tentativas de se direcionar a empresa, por isso necessitam ser flexíveis para se ajustarem às mudanças, as quais, para ser eficazes, precisam ser estrategicamente antecipadas.

O estudo sobre planejamento estratégico, macroeconomia, etc, foi, na verdade, um despertar que norteou, de modo significativo, a partir de 2006, a qualificação dos magistrados, conscientizando-os da importância dessa ferramenta de trabalho.

Foi a partir daí que se passou a ter a convicção de que era necessário planejar definitivamente o Judiciário, sem esquecer a qualificação especialista e técnica.

Num momento posterior, surgiu a exigência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, marcando inclusive prazo para que os Tribunais passassem a adotar planos plurianuais (no mínimo por cinco anos). Até dezembro de 2009, o planejamento estratégico deverá estar pronto e será, inclusive, submetido uma avaliação por parte de técnicos daquele Conselho.



Sempre se criticou a descontinuidade, no serviço público e no próprio Judiciário, de qualquer iniciativa de estruturação sistemática da organização. Isso acabou trazendo, ao longo dos anos, prejuízos elevados ao TJAC e à sociedade, que passou a enxergar o Judiciário como um poder desconexo da realidade social. Ao ser mais bem examinado e estudado, não foi difícil admitir que seu maior problema- o da morosidade- encontrava-se na deficiência de gestão. Diante dessa realidade, a necessidade de se otimizar o Judiciário, tornando- mais eficiente e eficaz, capaz de apresentar os resultados que a sociedade espera, necessitando, com isso, do emprego de ferramentas que a ciência da administração nos oferece, a exemplo do planejamento estratégico.

Em 18 de dezembro de 2007, o CNJ editou a Resolução nº 49, dispondo que os órgãos do Poder Judiciário relacionados no Art. 92, incisos III ao VII, da Constituição da República Federativa do Brasil, devem organizar, em sua estrutura, unidade administrativa competente para elaboração de estatística e plano de gestão estratégica do Tribunal. Este núcleo de estatística e gestão estratégica, subordinado ao presidente e ao corregedor, tem caráter permanente, devendo auxiliar a instituição na racionalização do processo de modernização institucional; subsidiar o processo decisório dos magistrados conforme princípios estritamente profissionais, científicos e éticos. O núcleo de estatística e gestão estratégica do Tribunal, sob a supervisão do presidente e do corregedor, enviará dados para o Conselho Nacional de Justiça, quando solicitados, a fim de instruir ações de política judiciária nacional.

O Encontro Nacional do Judiciário, ocorrido em 15 e 16 de fevereiro de 2009, em Belo Horizonte, teve como alvo a apresentação e discussão dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário quais sejam: o Planejamento Estratégico Nacional e os desafios do judiciário; a Corregedoria Nacional de Justiça e gestão estratégica do Poder Judiciário; a gestão estratégica como mecanismo de celeridade e efetividade; o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário e o engajamento da Magistratura Nacional e o Planejamento Estratégico: integração e unicidade do Poder Judiciário. Após o encontro, o CNJ editou a resolução Nº 70, em 16 de março de 2009, que instituiu o planejamento estratégico do Poder Judiciário consolidado no Plano Estratégico Nacional, na qual determina que todo o Judiciário deverá elaborar o seu próprio Planejamento Estratégico.

O então Presidente do TJAC, Desembargador Pedro Ranzi, em 03 de julho de 2009, por meio da Portaria nº 1057/2009, instituiu o Grupo Gestor de Estatística e Gestão Estratégica, no âmbito do Poder Judiciário Acriano, ficando este grupo subordinado ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre. Em 21 de maio de 2009, o CNJ, através do Ofício Circular nº 324/GP, promoveu o I Encontro de Assessores de Gestão Estratégica da Justiça Estadual, com o propósito de integrar os Tribunais por intermédio de suas áreas de gestão, nivelar o conhecimento dos participantes em planejamento e gestão estratégica, com o intuito de preparar esses Tribunais para o alinhamento estratégico previsto na Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, do Conselho Nacional de Justiça. Participaram desse encontro o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, o Diretor Geral e o Assessor Chefe Administrativo.



Portanto, é de conhecimento público que a intenção de elaborar o planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre é um dos objetivos da atual administração, haja vista que, em seu discurso de posse, em 02 de fevereiro de 2009, o Presidente manifestou esse desejo, antes mesmo de ser uma das dez metas estipuladas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).





A JUSTIFICATIVA DO PLANO ESTRATEGICO

Os problemas de ordens cíveis e criminais decorrem de fatores pessoais e de fatores ambientais que favorecem sua ocorrência (oportunidade, estímulo, sensação de impunidade e a possibilidade de se tornar um negócio, para alguns). O crime, no dizer do sociólogo Durkheim (1858 a 1917), “é um fenômeno normal em qualquer sociedade e em qualquer época”. Às autoridades com responsabilidades sobre determinada sociedade, compete monitorar o fenômeno criminal e intervir de maneira eficaz para que sua ocorrência esteja dentro de padrões que se possam considerar como normais.

A ideia de normalidade, no caso, pode ser entendida como o crime causado primordialmente pelos fatores pessoais do criminoso, por comparação com outras sociedades de características semelhantes e também quando o crime não consta das preocupações prioritárias da população e não compromete significativamente sua qualidade de vida.

A função da justiça na sociedade é avaliar e decidir sobre situações cíveis e criminais. Entretanto, quando ocorre, sua intervenção visa promover ações, minimizando o fato e ajudando a exercer controle sobre ele, juntamente com outras instituições, customizando seus efeitos. Para isso, o trabalho da Justiça se desenvolve em dois ramos: o da justiça ostensiva, com a função de prevenir riscos visíveis, inerentes à atividade delituosa e o da acareação, cuja função é esclarecer seus casos, avaliar as evidências para, de forma justa e efetiva, poder determinar a pena ao cidadão infrator de acordo com as leis vigentes.

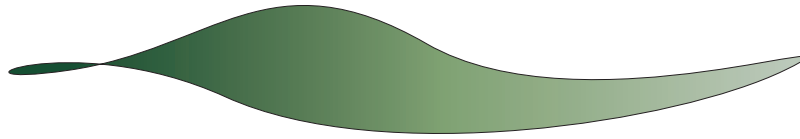
A violência tornou-se uma velha companheira do cotidiano da população brasileira. Hoje, sua visibilidade se torna maior em função de diferentes aspectos, tais como: conscientização de cidadania, liberdade de imprensa, melhoria das facilidades de telecomunicações, a urbanização acelerada e outros fatores. Banalizada, a violência passa a integrar o dia a dia da comunidade, que reage frequentemente através do isolamento, como os guetos formados nas comunidades pelos condomínios fechados e pelos shoppings centers ou através de meios ilegais, inadequados, equivocados e, em alguns casos, contrários aos seus objetivos maiores, também através da criação de grupos de extermínio, vigilantes, gangs de adolescentes e outras formas. Por outro lado, a justiça e as políticas de segurança, tradicionais e convencionais, se revelam inadequadas e ineficientes para manter a lei e a ordem, bem como garantir os direitos fundamentais e os direitos humanos; daí justifica-se a construção do Planejamento Estratégico na Organização que passará a balizar, de forma racional e metódica, as ações pertinentes à sua missão.

O conjunto de informações expressas neste documento visa nortear as decisões e ações administrativas e legais do TJAC na busca de solução dos problemas judiciais, administrativos e operacionais, atingindo a excelência na prestação de serviços à sociedade.





1. METODOLOGIA



Existem inúmeras razões que impulsionam o desenvolvimento de planejamentos dentro das organizações. Elas estão, em grande parte, associadas ao dinâmico relacionamento de diversos fatores em seus ambientes internos e externos. Entender as razões e saber diferenciar uma atividade planejada de outra rotineira é fundamental. Essa diferenciação permite a escolha de métodos, ferramentas e atitudes mais adequadas a esta ou aquela situação.

O perfeito entrosamento entre o planejado e o conseguido, é o futuro de organizações que garantem o amanhã com decisões presentes.

O estabelecimento de metodologias baseadas em sinergia setorial e estrutura, garante solidez e direcionamento estratégico dos resultados do Planejamento feito nestas bases.

Buscando uma visão mais ampla, contextualizada e competitiva, podemos lançar-nos em diversos âmbitos compreendidos em cenários que podem ser elucidados abaixo:

- a) A consciência coletiva do planejamento, que define resultados em processos baseados na especulação negociada e contextualizada;
- b) Estabelecimento metodológico assumido como escopo definitivo, nos processos que exijam decisões e criação de conhecimento;
- c) Garantir espaço temporal adequado aos preceitos e decisões a serem tomadas hoje, com vistas ao amanhã;
- d) Estabelecer a minimização de riscos inerentes a atividades e procedimentos internos e externos, que sofram interferência endógenas e exógenas ao negócio.

As grandes decisões derivam das definições claras de algumas mentes que brilham e criam objetivos, metas, indicadores e ações, com vista ao todo maior estratégico, dentro de uma metodologia estabelecida. Esse movimento torna-se translúcido a todos os participantes da organização, assegurando, de forma ordenada e sistemática resultados isentos ou quase imunes à influencia maléfica da improvisação funcional.

Quanto mais complexo o ambiente em que a organização está inserida, mais esforço, seus dirigentes farão para implantar um processo planejado, esperando que o Planejamento Estratégico desenvolva habilidades comuns em todos os participantes envolvidos, e que atinja à grande maioria dos interessados, em seus resultados.



“O planejamento estratégico é uma metodologia gerencial que permite o estabelecimento de uma direção a ser seguida pela organização, visando maior grau de interação com o ambiente.” Philip KOTLER (1975)

A direção engloba os seguintes itens estratégicos: âmbito de atuação, Macropolíticas, políticas funcionais, filosofias, estratégias, objetivos, missão, visão, valores, princípios, metas, indicadores e conceitos diretivos da gestão estratégica da organização.

Segundo Maximiano (2000), o planejamento estratégico é definido como um processo seqüencial de análises e decisões que são precedidos das seguintes etapas: Prospecção estratégica, análise das variáveis endógenas e exógenas à organização, criação de mapa estratégico compreendendo a estrutura de objetivos, metas, indicadores, projetos e ações estratégicas.

O planejamento estratégico ficou marcado por sua estrutura flexível a partir de necessidades mercadológicas. O advento da globalização dinamizou enormemente a estrutura operacional do Planejamento Estratégico, tendo em vista que as variáveis externas definiam mudanças internas com maior rapidez. A revisão e a mudança constantes, tornaram-se as grandes características dos Planejamentos Estratégicos atuais.

Estabelecer referenciais para características internas e externas (Pontos Forte e Fracos, Ameaças e Oportunidades), transformou-as em motivação positiva para criação de um instrumento de desenvolvimento sustentável em sua própria base, como era o Planejamento Estratégico

O aspecto cíclico do planejamento estratégico foi amplamente explorado por metodologias que estabeleceram-se, nos campos da gestão estratégica, como ferramentas essenciais aos resultados almejados.

Para Shewhart, criador do ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Action) a natureza cíclica do Planejamento Estratégico resume-se no diagrama “Ciclo PDCA”, definido abaixo, que serviu de base para a metodologia de causa e efeito, visando a criação de objetivos estratégicos que se comuniquem e complementem-se, com os do Conselho Nacional de Justiça.

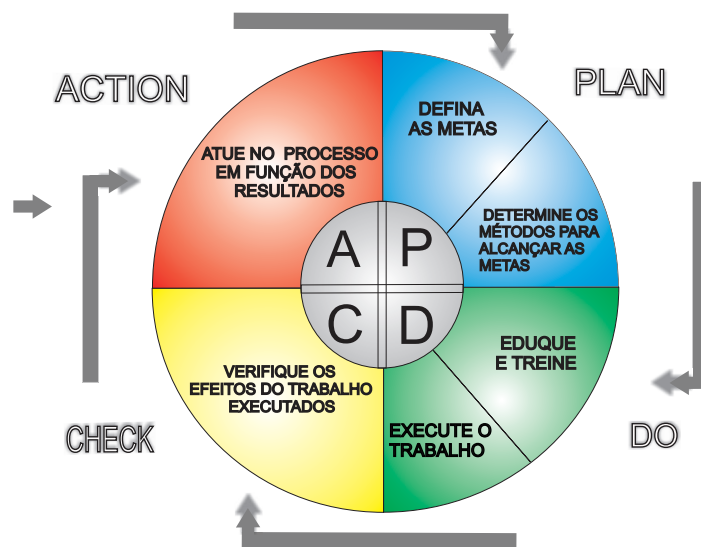


Figura 1 - Ciclo do PDCA

“O Balanced Scorecard é basicamente um mecanismo para a implementação da estratégia, não para a formulação [...] qualquer que seja a abordagem utilizada [...] para a formulação de sua estratégia, o Balanced Scorecard oferecerá um mecanismo valioso para a tradução dessa estratégia em objetivos, medidas e metas específicas...” KAPLAN E NORTON (1997).

O *Balanced Scorecard* (BSC) é ferramenta organizacional que mede o desempenho das organizações sob quatro perspectivas equilibradas: perspectiva financeira, perspectiva do cliente, perspectiva dos processos internos e perspectiva do aprendizado e crescimento. Possibilita agregar um conjunto de indicadores e constituir um sistema gerencial. Tal sistema deve ser capaz de direcionar e orientar o desempenho atual da organização focalizando e realinhando seu desempenho futuro em uma proposta de concretização em longo prazo.

Os objetivos e indicadores definidos no BSC são muito mais que um sistema de medição de desempenho. Eles são desdobrados em um processo *top-down* a partir da visão de futuro e da estratégia da organização, refletindo em objetivos e indicadores palpáveis.

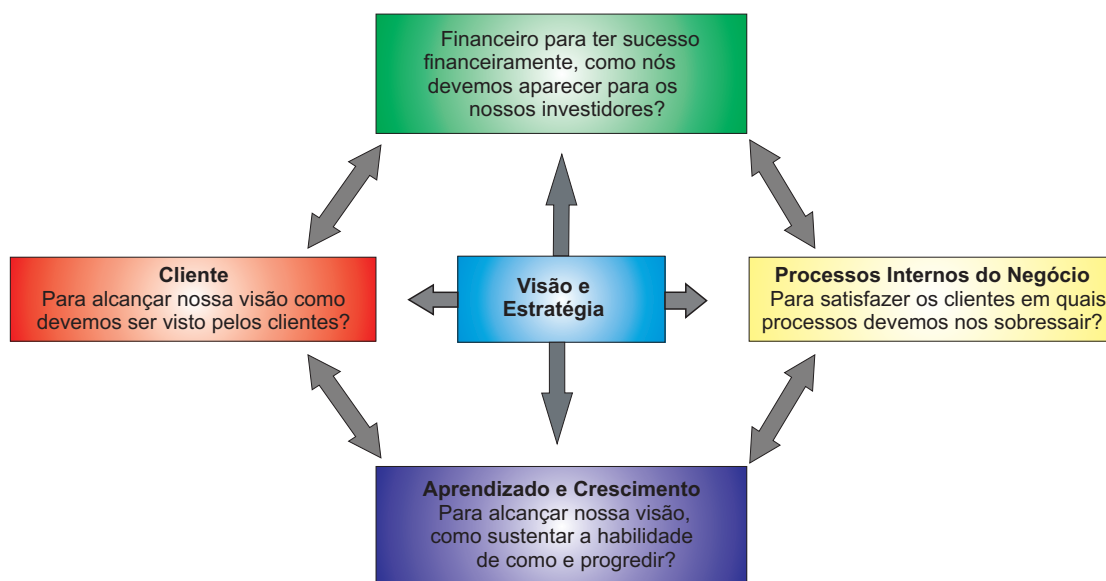


Figura 2 - Perspectivas do Balanced Scorecard (BSC)

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário (ou de ambiente), sendo usada como base para gestão e planejamento estratégico de uma organização, mas podendo, devido a sua simplicidade, ser utilizada para qualquer tipo de análise de cenário. A sigla SWOT é oriunda, originalmente, do idioma inglês, assim representada: Forças (Strengths), Fraquezas (Weaknesses), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats). Como ferramenta fundamental para análise estratégica, foi criada por dois professores da Harvard Business School, a saber, Kenneth Andrews e Roland Cristensen.

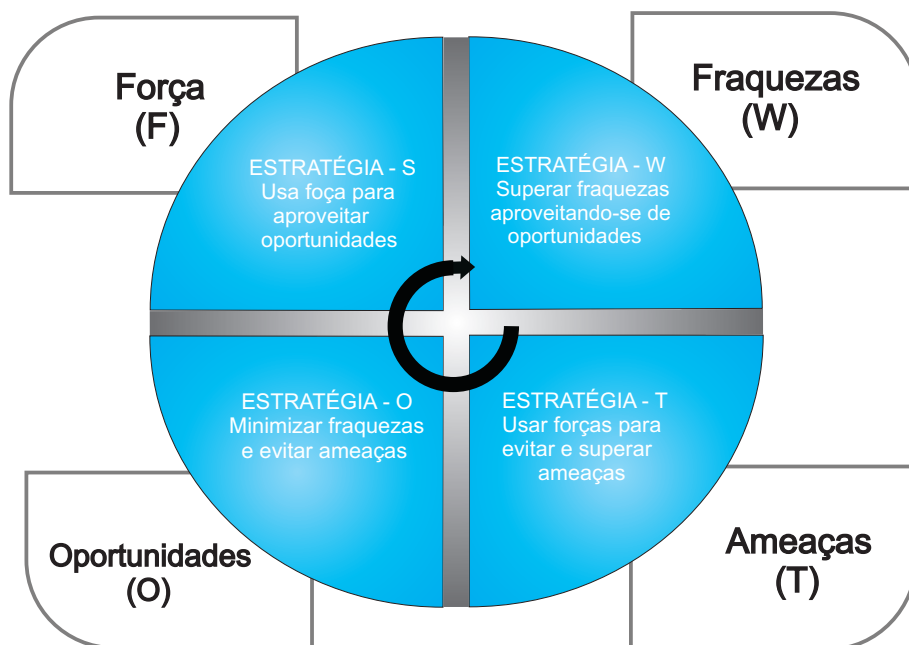
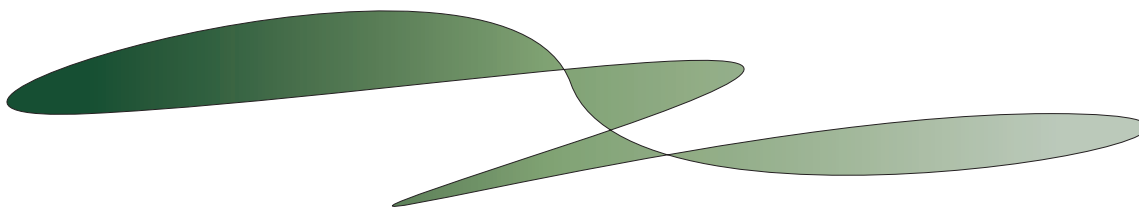


Figura 3 – Matriz de SWOT (Forças e Fraquezas, Ameaças e Oportunidades)

1.1 APLICAÇÃO DAS METODOLOGIAS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE



Seguindo uma tendência global, o Tribunal de Justiça do Acre manteve como base para o desenvolvimento do Planejamento Estratégico 2010/2014 as metodologias apresentadas no capítulo Metodologia.

Essas metodologias que foram empregadas no planejamento estratégico proposto permitiram estabelecer a direção a ser seguida pela organização, visando um maior grau de interação dos ambientes internos e externos com outros elementos do sistema, com especial atenção ao Ministério Público Estadual; à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional ACRE; à Associação dos Magistrados do Acre, ao Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça; à Procuradoria Geral do Estado; ao Tribunal de Contas do Estado; e ao Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

Revela-se, também, que o procedimento metodológico empregado permitiu que todo o processo de desenvolvimento possibilitasse o ajuste estratégico necessário entre objetivos e capacidades da organização e as diversas oportunidades do ambiente, para que possam ser avaliados com o emprego de ferramentas de gestão compatíveis aos processos implementados.

Os métodos aplicados para a efetiva implantação do Planejamento Estratégico na organização tomam como base a essência da missão, a visão, os princípios e os valores do Poder Judiciário do Estado do Acre, os respectivos objetivos de apoio, além de um sólido *portfólio* de seus serviços e estratégias coordenadas. No diagnóstico da organização, o processo metodológico levou em conta os pontos fortes e fracos, bem como as ameaças e oportunidades do ambiente, com o objetivo de produzir e articular resultados, estabelecendo-se objetivos, estratégias e ações, na forma de um sistema integrado de decisões vertical e horizontal. Um tribunal como o TJAC é destinado a garantir os direitos do jurisdicionado com justiça e cidadania em sintonia direta com as ações do Estado do Acre. Da mesma forma, o Planejamento Estratégico que ora se efetiva levou em conta as sinergias que serão criadas com o Ministério Público Estadual; a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional ACRE; a Associação dos Magistrados do Acre; o Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça; a Procuradoria Geral do Estado; o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal Regional Eleitoral do Acre, no campo estadual e com as demais organizações similares de justiça e da esfera federal.

Diante da prerrogativa operacional, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça, o TJAC, resolveu parametrizar suas perspectivas estratégicas através das perspectivas

adequadas às necessidades e anseios dos usuários dos serviços do Poder Judiciário do Acre. Assim procedendo, admitiu-se as seguintes perspectivas norteadoras de processos no TJAC: SOCIEDADE, PROCEDIMENTOS INTERNOS e RECURSOS.

Assumidas como base de estudo, foram definidas da seguinte forma:

a) Perspectiva SOCIEDADE Temas: Atuação Institucional e Responsabilidade Social e Ambiental
b) Perspectiva PROCEDIMENTOS INTERNOS Tema: Eficiência Operacional
c) Perspectiva RECURSOS Temas: Gestão de Pessoas; Infraestrutura e Tecnologia; e Orçamento

O Mapa Estratégico do TJAC foi concebido diante das perspectivas definidas e teve como base fundamental os pontos elencados acima. A perspectiva SOCIEDADE combina a atuação institucional, juntamente com a responsabilidade social e ambiental. A perspectiva PROCEDIMENTOS INTERNOS, congrega toda a área de eficiência operacional vigente na organização. Dentro da perspectiva RECURSOS, vislumbramos toda a estrutura de Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia, bem como Orçamento.

Diante da necessidade de participação ostensiva de todos os interessados no processo de gestão estratégica do TJAC, todo o procedimento de criação de um diagnóstico estratégico foi realizado de forma inovadora e mesclado entre procedimentos virtuais e mecânicos. Através de participação por email, foram feitas sugestões de melhoria em diversos pontos da estrutura do TJAC. Mecanicamente, foram espalhadas urnas em pontos distintos da estrutura física do TJAC, preparadas para o recebimento de opiniões, críticas e elogios ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre. O levantamento contou com a participação efetiva e voluntária de parte dos servidores e magistrados e possibilitou a participação de órgãos de classe, coligados e instituições ligadas ao TJAC, como o Ministério Público Estadual; a Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional ACRE; a Associação dos Magistrados do Acre, a Associação Acre de Advogados, o Sindicato dos Servidores e Serventuários da Justiça; e usuários da justiça.

Outra inovação inserida foi o encaminhamento das propostas classificadas pelos próprios proponentes em temas estratégicos, segundo o grau de importância.

Foram recepcionadas 471 propostas de iniciativas, assim alocadas: 158 em Atuação Institucional; 13 em Responsabilidade Social e Ambiental; 175 em Eficiência Operacional; 51 em Gestão de Pessoas; 74 em Infraestrutura e Tecnologia e Orçamento. Essas propostas serviram como diretrizes para nortear as definições dos objetivos estratégicos, das linhas de atuação e do plano de metas, que contemplam as metas definidas para o alcance dos objetivos traçados.



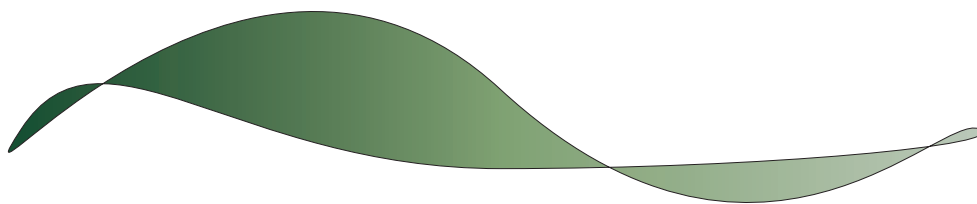
O Conselho Nacional de Justiça e sua Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, no que tange à elaboração dos Planos Estratégicos, estabelece algumas diretrizes que devem ser seguidas e mensuradas, de acordo com parâmetros pré-definidos. O TJAC procurou estabelecer objetivos de longo prazo, com metas de médio e curto prazo, com horizonte de até cinco anos. Estas metas devem ser revistas a cada ano, em função das mudanças de gestão e do espaço temporal estabelecido e sugerido para revisão do mesmo.

Nas metas de médio prazo foram estabelecidos três referenciais: o primeiro para o ano de 2010, o segundo para biênio 2011-2012 e o terceiro para 2013-2014.

Considerando-se que a transição da gestão ocorre em fevereiro, de modo geral, o último mês para medir o alcance da meta é janeiro, onde se faz obrigatória a participação do futuro presidente do Tribunal, nos pleitos e mudanças sugeridas ao planejamento estratégico para aprovação no Pleno. Contudo, conforme a característica de alguns indicadores, o período de mensuração da meta finaliza-se em dezembro do ano anterior. É importante identificar também a situação das 10 metas nacionais de nivelamento estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, (CNJ), bem como a estratégia desenvolvida pelo TJAC visando a alcançar 100% dessas metas, de forma a privilegiar as diretrizes do CNJ, sem ferir os anseios e objetivos do Tribunal de Justiça do Acre.

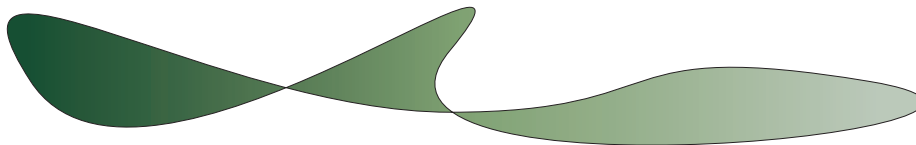


1.2 AS DEZ METAS ESTABELECIDAS PELO CNJ



1. Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 5 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial;
2. Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31-12-2005 (em 1º e 2º graus ou tribunais superiores);
3. Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo Tribunal e à rede mundial de computadores (internet);
4. Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos;
5. Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias;
6. Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas;
7. Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça;
8. Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud);
9. Implantar núcleo de controle interno;
10. Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.

2. O CENÁRIO INSTITUCIONAL



O Poder Judiciário do Estado do Acre é hoje uma organização grande e complexa que proporciona uma ampla variedade de serviços à sociedade. Entretanto, o aprendizado da organização – e não os eventos – levam-na a concentrar seus esforços em três áreas básicas:

- a) a disponibilização da justiça, pela presença, proximidade e interação comunitária (Justiça Itinerante, Juizado de Trânsito, Programa de Prevenção às Drogas, etc.);
- b) avaliação qualificada dos casos apresentados, mediante as suas peças, na capital e no interior, registrando a presença do TJAC em pontos estratégicos requeridos pela demanda;
- c) prontidão de respostas, que é a condição permanente de atendimento de demandas internas e externas, judiciais, administrativas ou operacionais, com especial atenção às emergências.

Os cenários visualizados registram que vivemos em um mundo competitivo, numa sociedade complexa, participativa, consciente e que passa a exigir seus direitos. O TJAC está a par dessas novas dimensões, flexibilizando suas estruturas, modernizando suas ações e processos, tecnologicamente aparelhado e adequando-se a novas realidades. A Nova ordem mundial diz que é tempo das organizações assumirem sua cidadania por meio de um compromisso ético com melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, que garanta o reconhecimento dos seus clientes internos e externos, como cerne de todo mecanismo de produção social e que descubram que a sua forma de ser, pensar e agir é o seu poder e o diferencial competitivo nos entes que o compõem e nas formas como procedem. Há de se considerar, também, que a globalização, através da mídia, vem ampliando a consciência social e ambiental das pessoas, por meio da divulgação, incansável, da violência e da criminalidade no mundo. As fronteiras já não existem diante da rapidez das informações e passam a determinar o comportamento da sociedade. O palco de nossas ações organizacionais é o mundo. Nenhum fato, ou ocorrência de destaque, pode contar com os limites de uma projeção meramente regional.

Nessa expectativa, os cidadãos estão convivendo com o novíssimo “modus operandi” do crime organizado em vários níveis sociais e cenários; nas formas e métodos de crimes na grande rede mundial de computadores, com as técnicas e estratégias das redes internacionais de narcotráfico com a exploração do turismo sexual, a pedofilia, a lavagem de



dinheiro, corrupção na gestão pública, pela agressão ao meio ambiente, crimes tecnológicos, a estratificação social pelo privilégio de nascimento e outros que, de alguma forma, são incorporados aos desvios de condutas sociais. Estar atento a estas mudanças é absorver os reflexos da modernidade sem se deixar paralisar ou engessar pela convivência com esta realidade, pois é dever constitucional da justiça garantir o estado de direito do cidadão.

Nas regiões com maior demanda de atendimentos, quanto mais se elevam os índices de ocorrências cíveis ou criminais, maior é o sentimento da sociedade, de que a atuação de uma justiça mais eficiente e eficaz e funcional é a principal missão da organização. Este dado é significativo e se devem adotar medidas saneadoras dessa distorção, priorizando, entretanto, a atuação preventiva/educacional e até conciliadora, porém sem esquecer que a capacidade reativa está fundamentada no Poder de Justiça e, quando necessária, precisa ser ativada.

É necessário reagir e fazer o sentido inverso, adquirir novas habilidades, novas formas de atuação e novas tecnologias, constituindo-se em um novo modelo de Justiça ostensiva e preventiva, para fazermos frente ao inimigo invisível, que aparentemente, aos olhos da imprensa e da sociedade, parece estar na dianteira. Alguns princípios básicos necessitam ser despertados na atuação hodierna do TJAC, dentre os quais, destacamos:

Justiça começa em casa – os problemas locais são resolvidos a partir da interação e participação da família e comunidade:

A educação é a base da estrutura social - É na educação escolar que deve ser complementada a máxima constitucional, quando registra que a segurança pública é obrigação do Estado e dever de todos nós.

É melhor prevenir do que remediar – priorizar as ações locais, através da presença de uma justiça itinerante de fácil acesso, com especial atenção nos pontos de demanda de atendimento e da fiscalização e avaliação da atuação.

Inteligência competitiva como ferramenta da Justiça - Colocar o serviço de inteligência interagindo efetivamente com a operacionalidade, focando no informe, na pesquisa, e na análise dos processos, criando um banco de dados que possam demandar informações precisas para que a organização viabilize um aumento de servidores nos locais de maior demanda de processos.

O esforço deve ser recompensado – Para ter servidores motivados a refletir sobre a importância de seu trabalho e de seu desempenho profissional, é necessário dispor de mecanismos para recompensá-los. Via de regra, o aumento da demanda nos leva a concluir que crescer em número de servidores é a forma mais rápida, porém mais onerosa e de relativa estratégia para se solucionar problemas na administração



moderna. É necessário, entretanto, encontrar caminhos mais realistas que permitam mais flexibilidade e leveza para que possamos sobreviver no atual ambiente. Isto implica priorizar a missão principal, preparando a organização para exercê-la com qualidade e excelência, especialmente usando a tecnologia disponível nas suas atividades meio e fim. Na busca constante da efetividade, desde 2002, o TJAC partiu para a execução de uma justiça interativa comunitária com suas comarcas, que mundialmente vem sendo o caminho que leva à excelência na prestação dos serviços de justiça. A efetivação da filosofia deste pelo TJAC demanda uma série de providências correlatas, entre as quais a atualização da forma de gerenciar seus processos operacionais e administrativos.

Para o alcance desse objetivo, fez-se uma reflexão sobre esse contexto, formulando algumas perguntas com foco no cidadão:

- Quem precisa de justiça?
- De qual justiça se precisa?
- Como a comunidade deseja essa justiça?
- Em qual lugar, em qual horário e de que forma?
- Como garantir ao cidadão o direito constitucional de justiça?
- O que é possível fazer, no dia a dia do profissional da justiça para corrigir e construir uma organização melhor?

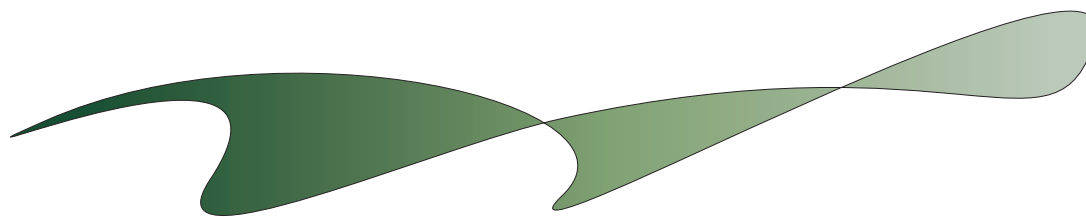
O planejamento estratégico não encerra tais questões acima mencionadas. O planejamento pretendido é, na realidade, o norte onde, a partir das perspectivas do futuro, e considerando as tendências presentes, possa dar origem a um planejamento das ações operativas do TJAC racionalmente, de modo a concentrar esforços nas atividades meio e fim do Poder Judiciário Acriano, assegurando à sociedade um serviço de melhor qualidade e excelência.

Os objetivos aqui propostos serão, a partir de agora, o horizonte para a ação diária dos integrantes do Poder Judiciário do Estado do Acre, com o fim de viabilizar o desejo de ser referência estadual e nacional, como Poder Judiciário Estadual, contribuindo com a pacificação social, de forma sustentável, justa, célere e ecologicamente correta.





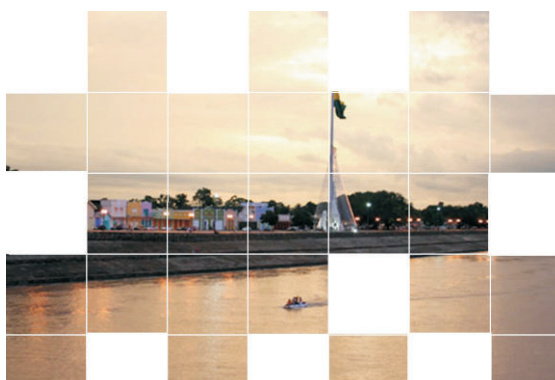
3. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL



O método utilizado para o diagnóstico dos ambientes interno e externo teve como origem a matriz SWOT, conforme conceito apresentado no capítulo Metodologia. Esse diagnóstico servirá para um realinhamento previsto no plano estratégico, considerando que o TJAC possui competências distintas, mas tem dificuldade em atingir seus objetivos alvos. A consideração é levantada em razão das falhas ao se capitalizar as oportunidades externas, minimizar as ameaças, aproveitar as vantagens das forças internas e superar suas fraquezas, provenientes da ausência de um processo de planejamento e gestão estratégica que agora toma forma. Acrescenta-se, ainda, o fato da organização e da demanda comunitária terem se expandido de tal forma que uma reorganização se torna necessária para o atendimento aos clientes do Tribunal.

Vale ressaltar que no exame diagnóstico foram identificadas as forças positivas dentro do cenário institucional que servirão como colunas pétreas para o sucesso e a aplicabilidade do planejamento estratégico:

Foram realizadas quatro reuniões com o grupo de trabalho do planejamento estratégico e, através de dinâmicas de grupo, foram concebidos os elementos constituintes dessa análise de SWOT. Paralelamente, criou-se um canal de comunicação dos magistrados, servidores e jurisdicionados, com o intuito de proporcionar a oportunidade de participação na montagem da matriz do Poder Judiciário do Estado do Acre. Disponibilizou-se urnas fechadas, para que as opiniões pudessem chegar ao grupo gestor e gerar conhecimentos para o planejamento estratégico, após estratificação conceitual. As opiniões de todos os participantes do intento depositadas nas urnas referenciadas para este fim foram observadas em seus conceitos e utilizadas neste planejamento.



3.1 CENÁRIO INTERNO

Forças

- Magistrados, Servidores e Colaboradores qualificados adequadamente (em muitos casos, desmotivados ao trabalho);
- Compromisso dos Magistrados, Servidores e colaboradores com os aspectos de mudanças, em virtude do plano estratégico (flexibilidade com responsabilidade);
- Participação dos servidores no processo estratégico de planejamento;
- Disposição para criação e manutenção coletiva de projetos sociais inerentes ao desenvolvimento de relação de compromisso social do TJAC;
- Consciência da necessidade de investimentos nas áreas: tecnológica, social e ambiental;
- Visão empreendedora de futuro, gerando apoio, independência e credibilidade nos resultados do TJAC;
- Capacidade de produção com criatividade por parte dos servidores (apesar de não aproveitada);
- Experiência na área jurídica por parte dos Magistrados, Servidores e Colaboradores do TJAC;
- Sentimento de orgulho institucional dos Magistrados, Servidores e Colaboradores do TJAC, gerando transparência, credibilidade e zelo com a instituição.

Fraquezas

- Ausência de eficiência nos resultados em função da insuficiência de Servidores e Magistrados, gerando, entre outros problemas, a falta de qualidade no atendimento aos clientes;
- Inadequação de estruturas físicas, condições de trabalho e salários dos servidores;
- Falta de política financeira interna que permita aos órgãos do TJAC alcançar uma maior autonomia nesta área;
- Descontinuidade de ações estratégicas, principalmente na mudança de direção da casa, em todos os níveis;
- Insatisfação e desmotivação dos servidores com os resultados do TJAC;
- Insuficiência de estrutura de recursos humanos (capacitação, contratação, mapeamento de competência, benefícios, PCR, remuneração e atendimento psicossocial);
- Deficiência na imagem interna do TJAC;
- Estrutura administrativa sem escopo básico, ocasionando, principalmente, o mau aproveitamento dos servidores, desmotivação funcional e centralização de decisões;
- Insuficiência de tecnologia e gestão institucional, gerando queda na qualidade das informações;
- Dificuldade de acesso às informações do TJAC;
- Evasão de servidores do TJAC por questões salariais;
- Insuficiência de comunicação interna entre os Magistrados e Servidores;



3.1 CENÁRIO EXTERNO

Oportunidades

- Compromisso do Conselho Nacional de Justiça com a priorização de políticas públicas, justiça e cidadania;
- Aprovação da confecção do planejamento estratégico e do Plano de Cargos e Salários do TJAC;
- Priorização para investimentos em parcerias externas para qualificação dos servidores;
- Compartilhamento, com a sociedade, do clamor pela celeridade, humanização e padronização da justiça do Acre;
- Abertura para discussão do orçamento;
- Existências de Gestão tecnológica e recursos de informática para agilização de processos do TJAC;
- Disponibilidade de relação de outros tribunais gerando exemplos, benchmarking e troca de experiências em todas as esferas;
- Aceitabilidade, por parte da sociedade, à necessidade de pensamentos comunitário, social e ecológico dos serviços do TJAC;
- Privatização de cartórios;

Ameaças

- Aspectos intervencionistas do CNJ nas ações institucionais do TJAC;
- Aumento da demanda pelos serviços públicos no TJAC;
- Recursos orçamentários inadequados;
- Deficiência na interação das entidades educacionais e dos órgãos de classe com o TJAC;
- A relação temporal entre prazos estipulados pelo CNJ e as necessidades do TJAC, bem como alterações legislativas, sem prévia análise do Tribunal;
- Descrédito social na celeridade do TJAC;
- Exploração de notícias, por parte da imprensa, dos resultados do planejamento estratégico;
- Desgaste na imagem do TJAC;
- Crise econômica mundial, que provocou a redução do repasse orçamentário anual;



3.3 NEGÓCIO

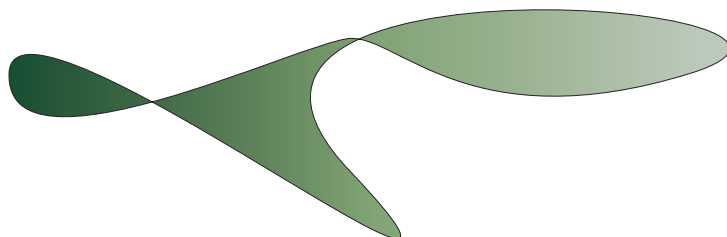
O Poder Judiciário do Estado do Acre tem como foco do seu negócio a garantia dos direitos dos jurisdicionados com cidadania e excelência à sociedade como um todo. Esse procedimento, para obter sucesso, deverá ter a colaboração de instituições governamentais, não-governamentais e da sociedade organizada.

3.4 OBJETIVOS ELENCADOS E QUE SERÃO PERSEGUIDOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- a) controlar e diminuir índices de volumes de processos não julgados no Estado;
- b) promover a paz social através do intenso intercâmbio com a sociedade, por meio das ações itinerantes, auxiliando na redução das desigualdades sociais e, por consequência, os problemas de morosidade na justiça;
- c) implantar um moderno sistema de gestão administrativa, alinhado com as diretrizes do CNJ e demais parceiros, com o uso de ferramentas gerenciais compatíveis com a nova realidade, estabelecendo um modelo de qualidade com mensuração da eficiência, eficácia e efetividade das ações operativas do TJAC;
- d) desenvolver aprimoramento do servidor de forma sistemática, em todos os níveis, por meio do preparo técnico de formação e da educação continuada;
- e) promover a qualidade de vida dos seus recursos humanos, motivando-os para obter resultados desejáveis;
- f) redefinir a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Acre quanto aos aspectos físico, operacional e administrativo, adequando-os à nova ordem dos processos e serviços, transformando-se em referência de organização de justiça capaz de assegurar o estado de direito individual e coletivo da sociedade;
- g) estabelecer uma política de preservação ao meio ambiente, através do emprego de processos que reduzam, de todas as formas, os danos ambientais praticados por atitudes prejudiciais ao bem maior do homem, que é a vida, bem como procedimentos institucionais que venham agregar valor ao meio ambiente;
- h) produzir conhecimento e estatística em tempo real gerando informações para tornar as operações do TJAC eficientes, eficazes, funcionais, bem como aperfeiçoar a gestão dos Recursos Humanos;
- i) padronizar os procedimentos operacionais e administrativos do TJAC em todos os níveis;
- j) integrar o TJAC com as instituições governamentais, não-governamentais e a sociedade organizada;
- k) fortalecer a filosofia da Justiça Comunitária Itinerante, no TJAC.



4. O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



4.1 MISSÃO INSTITUCIONAL

A missão institucional representa a razão da existência do Poder Judiciário do Estado do Acre, o cerne de sua atuação específica e esclarece a amplitude de seus propósitos. Saber a sua razão de ser, seus limites de atuação e as expectativas da comunidade em relação ao nosso desempenho é a maneira legítima de:

- a) preservar e fortalecer a imagem da organização;
- b) corrigir os desvios de conduta;
- c) confirmar a imprescindibilidade da organização;
- d) obter apoio e colaboração do governo e da sociedade acriana;
- e) conquistar a opinião pública a favor da organização;
- f) alcançar os objetivos propostos e suprir as necessidades institucionais.

Portanto, inspirada no mais absoluto respeito à justiça e à dignidade da pessoa humana e no reconhecimento de seus profissionais, o Poder Judiciário do Estado do Acre tem a Missão de:

Garantir os direitos do jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a sociedade.

4.2 VISÃO INSTITUCIONAL

A visão evidencia o desejo do TJAC em relação ao seu futuro, como uma das organizações contemporâneas que tem traçado o seu caminho e fortalecido as alianças em prol da sociedade acriana, estabelecendo, assim, a Visão que está definida abaixo:

Ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados.

4.3 PRINCÍPIOS E VALORES

4.3.1 Princípios

- a) Respeito - é o reconhecimento funcional das autoridades em níveis diferentes, dentro da estrutura do TJAC por postos e graduações;
- b) Disciplina - é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do TJAC;
- c) Eficácia – alcançar metas estabelecidas através dos meios adequados.

4.3.2 Valores

Relacionar os valores que fazem parte da nossa organização e definir os moldes, os pilares de todas as atitudes tomadas sob a égide do Planejamento Estratégico. Assim sendo temos como valores:



- a) **Justiça** - Trabalho com direcionamento que garante os preceitos do direito, munidos de ética, imparcialidade, integridade, igualdade de direitos e deveres e probidade em todas as atitudes do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
- b) **Respeito** - A qualidade dos processos na Justiça Estadual depende fundamentalmente do respeito ao cidadão jurisdicionado. O respeito é característica que torna mais confiáveis os resultados alcançados e é um de nossos mais importantes valores.
- c) **Celeridade** - Tem como atributo principal a característica de ser ágil e eficiente, sem deixar de ser eficaz e efetivo aos olhos de todos. Nosso valor estará sempre vinculado à entrega de nossos serviços, processos e trabalhos, que estarão ao alcance de cada um, rapidamente, com a certeza de resultados justos e dignos de crença.
- d) **Transparência** - Nossa qualidade deve ser transparente aos olhos da sociedade, representa a diafanidade de nossos serviços, caracterizados pela limpidez de objetivos e honestidade de conceitos e julgamentos.
- e) **Honestidade** - Nossa capacidade de ser honestos e claros em nossos propósitos esclarece nosso valor ligado à idoneidade. Ser idôneo é garantir confiabilidade aos processos e gerar cumplicidade entre nossos objetivos e a sociedade.
- f) **Compromisso** - Energia que une, pelos mesmos objetivos, todos os participantes de nosso escopo de trabalho. Sinergia que estimula o trabalho em equipe e gera resultados coletivos excelentes.
- g) **Ética** - Moralidade expressa em princípios de honradez e respeito ao próximo são características de todas as ações do Tribunal de Justiça do Acre, com vista à preservação da dignidade e probidade de nosso jurisdicionado.
- h) **Moralidade** - Qualidade do que é moral, expressa nosso sentimento de respeito aos costumes e moral da sociedade, com vista à tomada de decisão judicial.
- i) **Independência** - Nossa condição de quem é independente, de quem tem liberdade ou autonomia, onde se tomam decisões amparadas pelos preceitos do direito, mas livres pela consciência do bem-estar da sociedade, em função de nossas decisões.
- j) **Responsabilidade Social e Ambiental** - O respeito sócio-ambiental tem como objetivo criar e aperfeiçoar relações entre a pessoa e seu meio ambiente, sem agressões ou falhas no relacionamento do homem com a natureza, proporcionando sempre a congruência entre as necessidades do homem e as da natureza.
- k) **Eficiência e efetividade** - Ação, força, virtude de produzir um efeito positivo, com vista aos aproveitamentos dos serviços gerados; todas estas características refletem nossa excelência perseguida em processos e projetos.

Os valores quando colocados em práticas são marcas registradas dentro de uma instituição.



4.4 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO PARA O ÊXITO DA MISSÃO

- 01) comprometimento com a missão, a visão de futuro, os princípios e valores, deveres e a ética do Poder Judiciário do Estado do Acre;
- 02) alinhamento com a política do CNJ, respeitando as características e operacionalidades do cenário estudado;
- 03) coesão, alicerçada na camaradagem e no espírito de EQUIPE, apto a gerar sinergia para motivar e movimentar a força na consecução de seus objetivos;
- 04) liderança que motive direta ou indiretamente, particularmente pelo exemplo, o homem e a organização para o cumprimento de seus deveres, com determinação, da missão do Poder Judiciário do Estado do Acre;
- 05) tecnologia moderna e desenvolvida, buscando reduzir o hiato em relação às co-irmãs mais adiantadas no país;
- 06) equipamento adequado em qualidade e quantidade para conferir, no campo material, o desejado poder de dissuasão à Justiça Estadual;
- 07) aprimoramento capaz de transformar os magistrados e os servidores, a cultura e os líderes - desde os escalões elementares - num conjunto harmônico, operativo e determinado no cumprimento de qualquer missão;
- 08) interação interforças nas operações combinadas e atividades de cunho administrativo, compartilhando recursos humanos e materiais;
- 09) excelência gerencial, caracterizada pela contínua avaliação, inovação e melhoria da gestão, que resulte na otimização de resultados, seja do emprego de recursos, seja dos processos, produtos e serviços a cargo da Organização;
- 10) interatividade com a sociedade civil organizada e com o cidadão, através da filosofia da justiça comunitária.

4.5 ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

4.5.1 Estratégia de Consolidação Institucional

Nossa estratégia de sobrevivência dar-se-á pela consolidação de projetos sociais interativos com a comunidade, levando a justiça onde ela é necessária. A conquista da confiança do cliente do sistema judiciário passa pela definição clara de preceitos comunitários de trabalhos, indo até o jurisdicionado, promovendo a pacificação social, com celeridade, justiça e ética.

Dotar o TJAC de instrumentos catalisadores de parceiros nos procedimentos interativos com outros órgãos do Estado e de classe, envolvidos no atendimento ao público interno e externo do Poder Judiciário do Acre.

Criar política de desenvolvimento tecnológico sustentável e nos moldes modernos exigidos pelo atendimento público atual, através de investimentos em SGI (Sistemas de Gestão Integrados), qualificação profissional dos servidores e magistrados e na aplicação coerente do orçamento anual, de forma transparente e descentralizada em suas demandas.



Adotar uma postura de preservação ambiental em todos os processos administrativos e operacionais da organização, como marco de respeito à sociedade, por meio da preservação do meio ambiente.

Nessa perspectiva, é estabelecida a base consolidada que deverá sustentar o planejamento em suas ações e medidas (projetos).

4.5.2 Estratégias de Consolidação da Efetividade Institucional

Articular e influenciar na elaboração de um projeto/ação voltado (a) para a consolidação dos projetos do TJAC, construído a partir da participação de todos os órgãos internos da instituição da sociedade civil organizada, em especial a OAB, o Ministério Público e os Sindicatos.

Agregar valor ao planejamento com ações integradas e consolidadas em seus escopos, com vistas à sinergia necessária à excelência operacional estratégica em todos os níveis do TJAC.

4.5.3 Estratégias de Consolidação do Crescimento

Ter o cliente interno e externo como centro de todas as ações concebidas em nível estratégico, tático e operacional.

Redefinir as estruturas da atividade meio e fim, da INSTITUIÇÃO e seus respectivos processos, com vista à sua adequação aos novos paradigmas traçados, estabelecendo uma estrutura organizacional e uma articulação operacional coerentes com indicadores operacionais.

Implantar política de Recursos Humanos, privilegiando as ações preventivas ao público interno do Poder Judiciário do Estado do Acre, abrangendo magistrados e servidores.

Implementar um sistema de avaliação institucional, com indicadores mensuráveis, incluindo o desempenho dos servidores envolvidos no trabalho a ser avaliado, possibilitando a avaliação das tendências e a realimentação de processos nas atividades meio e fim da organização, balizados pelos indicadores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Desenvolver consciência ambiental na clientela interna, implementando processos que venham ao encontro de uma política de preservação ambiental sustentável na organização.

Efetivar o planejamento, traduzindo-o em ações monitoradas e avaliadas, para que se possa verificar a sua eficiência, eficácia e efetividade.

Buscar parcerias para efetivação das metas estabelecidas.



Convém destacar que os programas serão desenvolvidos por área de interesse e darão origem aos projetos e ações. Já foram alcançados alguns progressos na identificação de como melhorar a estrutura e o desempenho do TJAC, no entanto os programas, aqui descritos, visam melhorar esse desempenho, a fim de serem atingidos os objetivos propostos.

4.6 MAPA ESTRATÉGICO

Com o desdobramento da missão, visão e valores do Poder Judiciário do Estado do Acre e considerando os programas de sustentação do planejamento estratégico aqui proposto, é necessário estabelecer uma matriz estratégica, onde estarão expressos os objetivos e as linhas de ação de cada objetivo, suas relações com a missão, a visão e os valores institucionais concebidos pelo Poder Judiciário do Estado do Acre.

O mapa estratégico foi concebido com informações advindas de pesquisas em campo com os colaboradores do TJAC, juntamente com prospecção e orientação da Fundação Getúlio Vargas, responsável pela auditoria do Planejamento Estratégico nos Tribunais.





MAPA ESTRATÉGICO





Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre

2010 — 2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE



- Valores**
- Justiça
 - Respeito
 - Celeridade
 - Transparência
 - Honestidade
 - Ética
 - Moralidade
 - Independência
 - Responsabilidade Social e Ambiental
 - Eficiência e efetividade

Missão: Garantir os Direitos do Jurisdicionado no Estado do Acre, com justiça, agilidade e ética, promovendo o bem de toda a Sociedade.

Visão: Ser reconhecido, até 2015, pelo Jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de Magistrados e Servidores motivados, capacitados e valorizados.

Sociedade

Atuação Institucional

Responsabilidade Social e Ambiental

Metas: 1 a 11

Metas: 13 a 15

Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência

- Tecnologia da Informação e Comunicação
- Otimização da Comunicação Social
- Transparência e Linguagem Clara

Fortalecer as relações com os demais Poderes, Instituições e Setores

- Parcerias Estratégicas
- Inteligência Política

Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores

- Inclusão Social Sustentável
- Resultados Coletivos
- Responsabilidade Social e Ambiental

Promover a efetividade dos serviços à Sociedade preservando os valores éticos

- Avaliação de Desempenho Institucional

Assegurar, ao cidadão, o acesso à Justiça

- Eficiência Estrutural
- Acessibilidade

Potencializar Ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos

- Gestão Ambiental
- Desenvolvimento Sustentável
- Racionalização dos Recursos

Processos

Eficiência Operacional

Metas: 12, 16 a 28

Reestruturar a Instituição com vistas na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre

- Eficiência Operacional
- Gestão de Custos

Garantir o alinhamento das ações entre as áreas, meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre

- Agilidade Funcional
- Economicidade

Compartilhar boas práticas com o Poder Judiciário Nacional

- Integração Estratégica
- Perenização das Ações

Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça

- Conscientização de Direitos e Deveres
- Sinergia Interna

Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias

- Atendimento ao Público
- Celeridade Operacional
- Respeito ao Jurisdicionado

Recursos

Gestão de Pessoas

Metas: 29 a 34

Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas

- Gestão de Projetos
- Gestão de Pessoas
- Consciência Estratégica

Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do estado do Acre

- Capacitação Continuada
- Qualidade de Vida e Segurança no Trabalho

Infraestrutura e Tecnologia

Metas: 35 a 43

Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimento, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores

- Organização Interna
- Gestão do Conhecimento

Garantir às unidades do Judiciário infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada

- Segurança Física do Trabalho e Informacional
- Suporte ao Planejamento Estratégico

Orçamento

Metas: 44 a 47

Gerir e assegurar eficientemente os recursos do Poder Judiciário garantindo a execução orçamentária da instituição

- Gestão de Orçamentos
- Descentralização de Recursos Orçamentários

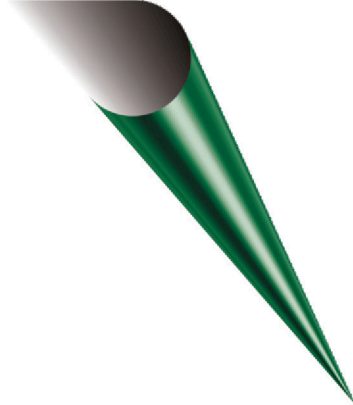
Extratificação dos Objetivos

- **Promover a efetividade dos serviços à Sociedade preservando os valores éticos**
Na estrutura que foi criada, este objetivo visa levar à sociedade a excelência dos serviços prestados pelo TJAC, criando valores perenes, reconhecidos pelos clientes internos e externos do Poder Judiciário do Acre.
- **Assegurar, ao cidadão, o acesso à Justiça**
A garantia de acesso ao sistema de justiça estadual, de forma célere, facilitada e balizada de conceitos e diretrizes que privilegiem o crescimento de nosso serviço com a diminuição de tempo de resposta ao jurisdicionado.
- **Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores**
Estabelecimento efetivo de gestão do conhecimento, gerando a organização que aprende e corrige seus erros, potencializando seus acertos.
- **Fortalecer as relações com os demais Poderes, Instituições e Setores**
A criação de valor se dá através do processo sinérgico de parcerias estratégicas, que definem o sucesso das relações dos diversos setores da sociedade e órgãos de classe com o TJAC.
- **Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social , visando reconhecimento, credibilidade e transparência.**
Este objetivo vincula-se ao aprimoramento da representação externa e social do TJAC, junto à sociedade. Não se trata apenas da imagem, mas da aculturação social, privilegiando a melhoria da aceitação social da imagem do TJAC.
- **Potencializar Ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos**
O grande trabalho do setor público está vinculado prioritariamente ao cenário social e ambiental. Cada processo, procedimento e deliberação tem que ter como diretiva básica a responsabilidade social e ambiental como fator preponderante de resultados.
- **Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre**
Na estrutura interna do TJAC as áreas meio e fim da instituição estão intimamente ligadas ao cerne de seu propósito maior, que é seu cliente, mas separadas pela ausência de alinhamento estratégico, gerador efetivo de resultados consolidados e positivos à sociedade.
- **Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça**
A posição ética de todos os atores do Poder judiciário do Acre reflete-se nas atitudes e decisões tomadas em favor do jurisdicionado. Os valores éticos permearão as decisões dos magistrados, que tomarão como conceitos pessoais o sistema de justiça, baseado na ética.
- **Compartilhar as boas práticas com o Poder Judiciário Nacional**
Trata-se de benchmarking feito em prol da modernização efetiva de todos os procedimentos do TJAC.
- **Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias**
O trabalho efetivado deverá estar de acordo com as diretivas de qualidade definidas pelo jurisdicionado e qualificadas pelos magistrados e servidores.
- **Reestruturar a instituição, com vistas à otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre**
Criar uma cultura de otimização institucional efetiva é trabalhar neste objetivo, criando valor e definindo economicidade conceitual no TJAC.



- **Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do TJAC**
Retrabalho é custo assumido pelo mau uso de recursos. O objetivo visa revitalizar a utilização de recursos e criação de formas customizadas de prestação de serviço mais aprazível, célere e eficaz.
- **Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do TJAC no cumprimento das ações estratégicas**
Definir compromisso através de trabalho consistente de capacitação e estímulo ao conhecimento da estrutura da instituição e criação de cultura do conhecimento com vistas às ações estratégicas.
- **Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores**
Estimular a organização do conhecimento no TJAC. Criar motivação para resolução de problemas e criação de conceitos a partir dos magistrados e servidores.
- **Garantir, às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada**
A garantia de trabalho em estrutura adequada, com nas condições físicas, sociais, ergonômicas e ambientais privilegiadas em função do atendimento de normas de qualidade de vida sustentáveis.
- **Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição**
O investimento feito com lisura e planejamento é o que o objetivo acima define para a gestão orçamentária do TJAC. O orçamento participativo é o grande maestro deste objetivo.





MAPA CAUSA E EFEITO





Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre

Relação de Causa e Efeito

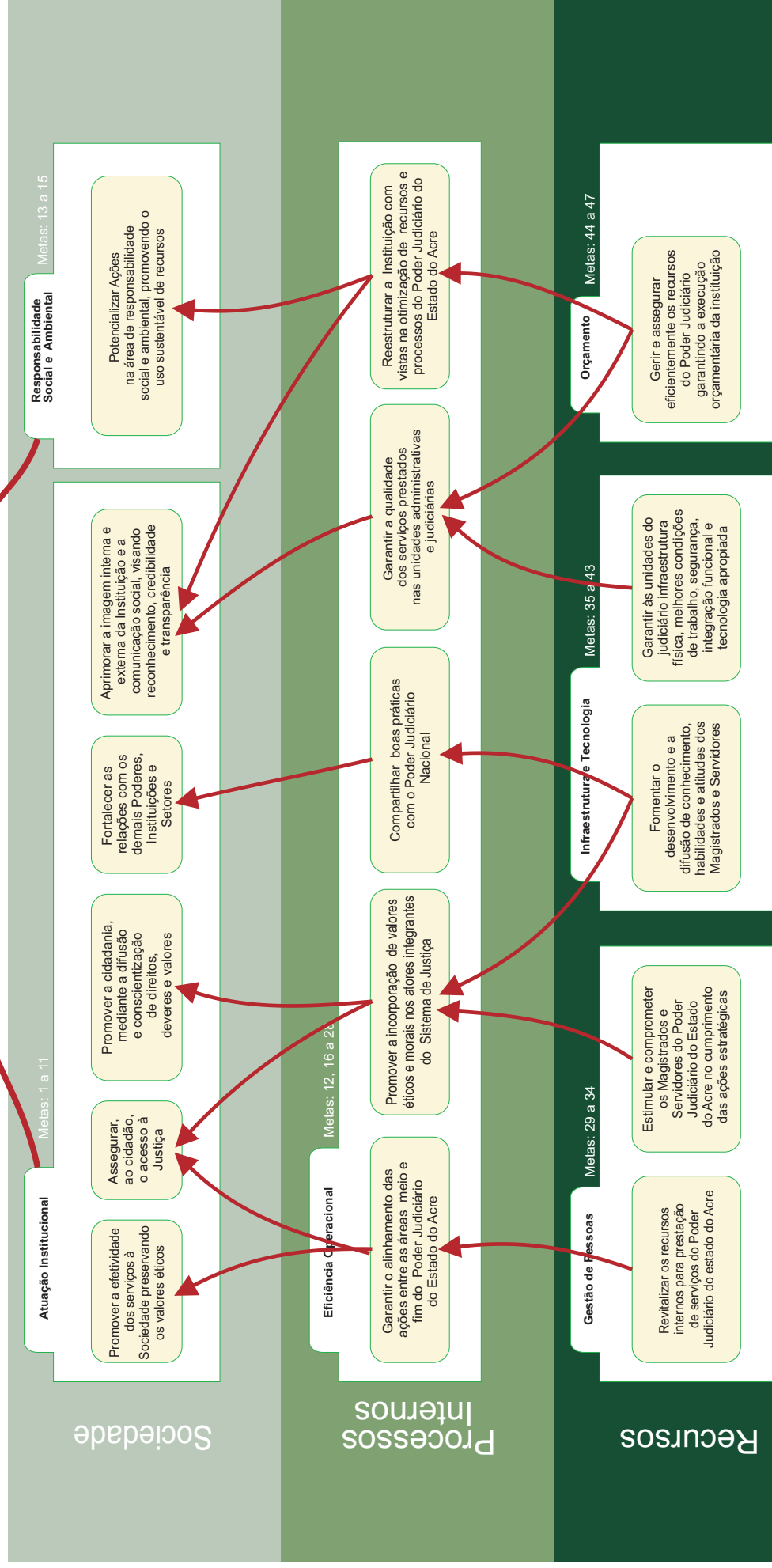
2010 – 2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO ACRE



VISÃO

Ser reconhecido, até 2015, pelo Jurisdicionado no Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de Magistrados e Servidores motivados, capacitados e valorizados.



4.7 FERRAMENTAS NECESSÁRIAS À IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS, METAS, PROJETOS E AÇÕES, PRECONIZADOS NO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.

4.7.1 Indicadores

A ferramenta básica será a inclusão de indicadores de desempenho ligados às estratégias da organização vinculados e coadjuvados pelo Conselho Nacional de Justiça, que terão como função desenvolver um sistema de medição do desempenho global do Poder Judiciário do Estado do Acre, baseado nos indicadores derivados e relacionados com o mapa estratégico.

A importância da medição do desempenho poderá ser interpretada no pensamento do grande sábio chinês Sun Tsu:

“Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas.

Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha sofrerá também uma derrota.

Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.” (Sun Tsu – A Arte da Guerra)

A importância da medição do desempenho pela organização está na garantia de que:

1. toda a instituição esteja olhando para o mesmo horizonte;
2. assegure que todos os membros da organização tenham conhecimento sobre os resultados obtidos;
3. deve permitir que o colegiado e a direção das demais unidades operacionais tomem decisões adequadas, com maior possibilidade de êxito;
4. deve dar sentido de realização da missão da organização às pessoas que dela fazem parte.

Os indicadores serão projetados como formas de representação das características e resultados do mapa estratégico, dos objetivos, metas e indicadores, que serão estabelecidos de acordo com as necessidades de priorização estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça.

Os indicadores de desempenho serão divididos em indicadores que medirão atributos como: item de controle, valor, tendências ou “driver” que permitirão que se acompanhe os processos, as atividades e os serviços, identificando as tendências de desempenho e tomando ações para confirmar ou impedir a ocorrência da tendência e os indicadores que medem resultados ou itens de verificação, resultado, ocorrência ou “outcome”, todos de acordo com o alinhamento feito aos indicadores do CNJ.



Os indicadores propostos baseiam-se em seis temas:

1. atuação institucional;
2. responsabilidade social e ambiental;
3. eficiência operacional (gestão);
4. gestão de pessoas;
5. infraestrutura e tecnologia;
6. orçamento

Esses indicadores serão construídos através do uso de técnicas estatísticas, representados por tabelas e gráficos e expressos por meio de uma grandeza numérica que deverá ser obtida da análise das características de uma estratégia, processo ou serviço contido nos projetos/ações.

Estão estruturados em:

- a) Indicadores Estratégicos: gerenciados pelo TJAC fortemente relacionados com os programas estratégicos da organização e devem abranger todas as perspectivas dos serviços a serem prestados.
- b) Indicadores Táticos: desdobrados a partir dos indicadores de nível estratégico, consistem em medidas de desempenho global dos processos organizacionais voltados para o seu controle, monitoramento e melhoria. São de responsabilidade dos gestores de cada processo.
- c) Indicadores Operacionais: desdobrados dos indicadores de nível tático, consistem em monitoração dos elementos importantes de cada processo operacional, de modo que se tenha o controle em cada etapa de sua execução. São de responsabilidade dos executores de cada processo.

A instituição levará em conta a necessidade de definir, em cada nível, indicadores de *drivers* (vetores) e *outcomes* (resultados). Será feita pela organização uma correlação entre os objetivos, metas e indicadores com os diversos projetos/ações, para determinar as relações de causa e efeito, registrando a interrelação entre eles.

O uso de indicadores é o controle científico da Justiça formado por um conjunto de regras, conceitos e procedimentos criados para auxiliar no conhecimento e monitoramento de algumas variáveis relacionadas à prestação de serviço. Entre os indicadores, estão quesitos como:

- 1) a capacidade técnica individual do servidor;
- 2) a qualidade do serviço prestado à população;
- 3) o acesso do jurisdicionado ao atendimento público do TJAC;



Quando implantada, a ferramenta de gestão deverá reunir indicadores de monitoramento alinhados aos indicadores estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça. Com a aplicação prática, novos indicadores mostraram-se necessários.

É necessário registrar que a ferramenta (indicadores) faz a justiça ficar mais atenta às suas deficiências e falhas de gestão, prestação de serviço e tempo de atendimento, entre outros aspectos, bem como se alinhar aos preceitos de eficiência do Conselho Nacional de Justiça, sem perder a autonomia do Tribunal Estadual.

O Planejamento Estratégico, usado como ferramenta de análise, indicadores de tendência ou resultados, terá a ferramenta determinante na nova postura da INSTITUIÇÃO em relação ao seu fim. A ferramenta oferece à administração as condições das unidades serem mais objetivas para exercer seu papel de planejamento administrativo e operacional na análise dos resultados.

Os métodos de avaliação - um para cada indicador - foram desenvolvidos com a experiência vivenciada com os gestores do TJAC e a revisão do Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica. Os padrões (patamares ideais de comportamento de cada indicador) são baseados em conceitos técnicos da bibliografia especializada pertinente.

Abaixo, serão elencados a matriz de execução dos projetos/ações, em consonância com os indicadores do CNJ e as matrizes que definem os projetos, indicadores, fórmulas e metas a serem atingidas, bem como o cronograma de cada atividade estratégica delineada, de acordo com as prerrogativas institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

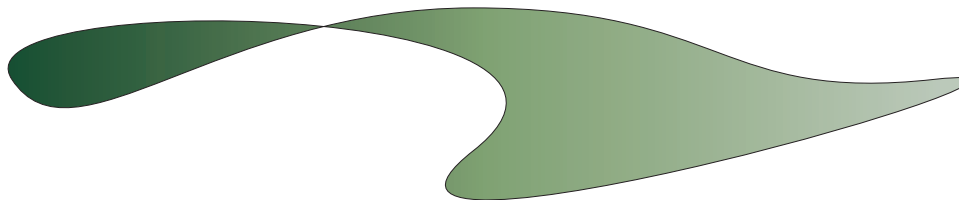
O Planejamento Estratégico é fruto de um trabalho feito com a participação dos magistrados e servidores da instituição, visando o futuro do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.

Todos os indicadores formatados estão vinculados a resultados a serem alcançados pela instituição coletivamente, com todos os seus colaboradores (magistrados e servidores). Portanto, a ausência de qualquer dos atores envolvidos, cria um ambiente propício ao fracasso.





5. PLANO DE METAS E INDICADORES



*“Nenhum piloto se arriscaria a comandar uma nave complexa, como um avião a jato, por espaços congestionados com auxílio de um único instrumento. Pilotos experientes processam informações provenientes de um sem-número de indicadores com naturalidade.”
(Kaplan e Norton, 2008.)*

Para acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre foi definido um conjunto de 47 metas e indicadores, distribuídos em 16 objetivos estratégicos, 6 temas e 3 perspectivas.

Todo o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre está alinhado com as diretrizes do CNJ. Os indicadores estratégicos serão usados para testar o progresso da instituição em direção aos objetivos estratégicos estabelecidos.

Indicador 01

INDICADOR: Índice de Confiança no Poder Judiciário	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	O nível de confiança nas decisões emanadas deste Poder Judiciário do Estado do Acre.
Quem mede	Empresa especializada a ser contratada.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Estado do Acre (amostra estatisticamente representativa)
Porque medir	Para melhorar a credibilidade deste Tribunal junto à sociedade
Como medir	Percentual de aprovação na pesquisa de opinião sobre a confiança no Poder Judiciário
Situação atual	Não mensurada.
META	Ter, até 2014, aprovação 1 p.p. acima da média nacional.
Distribuição	A partir da primeira medição se estabelecerá a distribuição da meta.
Observações	Equivale ao indicador 01 do CNJ.



Indicador 02

INDICADOR: Índice de satisfação do cliente	
Tipo de Indicador	Efetividade.
O que mede	Satisfação dos usuários do Poder Judiciário do Estado do Acre em relação aos serviços oferecidos.
Quem mede	Empresa especializada a ser contratada.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Estado do Acre (amostra estatisticamente representativa).
Porque medir	Para melhorar o grau de satisfação dos usuários do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Como medir	Através de pesquisa, em âmbito estadual, a ser feita por empresa qualificada.
Situação atual	Não mensurada.
META	Ter, até 2014, aprovação de 1 p.p. acima da média nacional.
Distribuição	A partir da primeira medição se estabelecerá a distribuição da meta.
Observações	Equivalerá ao indicador 02 do CNJ.



Indicador 03

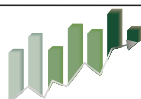
INDICADOR: Índice de Confiança no Poder Judiciário

Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Mede acessibilidade e transparência das informações.
Quem mede	Diretoria de TI.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Sistema SAJ.
Porque medir	Para garantir a transparência na utilização dos recursos deste Poder Judiciário.
Como medir	% entre os processos posteriores com seu conteúdo integral publicado na Internet/ total de processos pendentes.
Situação atual	Em torno de 20%.
META	Disponibilizar conteúdo integral de 100% dos processos até 2014.
Distribuição	2010: 50,0%; 2011: 60,0%; 2012: 80%; 2013: 90%; 2014: 100%.
Observações	Este indicador comporta-se de forma idêntica ao índice de virtualização, pois a disponibilização integral na internet é uma consequência direta da virtualização dos processos. Equivale ao indicador 26 do CNJ.

Indicador 04

INDICADOR: Índice de inserções institucionais na mídia

Tipo de Indicador	Efetividade.
O que mede	Imagem da Instituição.
Quem mede	Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Veículos de Comunicação / Clipping
Porque medir	Para monitorar a imagem do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Como medir	Quantidade de inserções na mídia, no período
Situação atual	Em 2009 foram feitas, aproximadamente, 30% a mais de inserções do que no ano de 2008, devendo-se atingir 1200 inserções no total em 2009.
META	Aumentar em 80% o n° de inserções institucionais na mídia até 2014.
Distribuição	2010: 20,0%; 2011: 60,0%; 2012: 80%; 2013: 90%; 2014: 100%.
Observações	Metas colocadas como um aumento percentual em relação à base de 2009 Equivale ao indicador 28 CNJ.



Indicador 05

INDICADOR: Índice de matérias institucionais positivas	
Tipo de Indicador	Efetividade
O que mede	Imagem da Instituição.
Quem mede	Assessoria de Comunicação Social (ASCOM)
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Veículos de Comunicação / Clipping
Porque medir	Para monitorar a imagem do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Como medir	% entre o total de matérias institucionais positivas veiculadas na mídia sobre o Tribunal, sobre o total de matérias veiculadas na mídia sobre o tribunal.
Situação atual	Estima-se que atualmente a maior parte das matérias institucionais já seja positiva.
META	Obter 90% de matérias institucionais positivas na mídia até 2014.
Distribuição	2010: 70,0%; 2011: 75,0%; 2012: 80%; 2013: 85%; 2014: 90%.
Observações	Necessário adotar critérios para qualificar matérias positivas e negativas, preferencialmente em âmbito nacional, a partir de definições do CNJ. Equivale ao indicador 29 CNJ.



Indicador 06

INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas

Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	Percentual de parcerias com os demais poderes, setores e instituições que produziram resultados concretos para o alcance das metas estratégicas deste Tribunal.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégia
Quando medir	Semestral.
Onde medir	Convênios firmados.
Porque medir	Avaliar o grau de eficiência das parcerias firmadas por este Poder Judiciário.
Como medir	Total de parcerias externas ao TJAC que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, sobre o total de parcerias vigentes no período.
Situação atual	Atualmente todas as 20 parcerias vigentes já são estratégicas, apesar de concentradas na área de responsabilidade social.
META	Manter em 100% o índice de parcerias estratégicas até 2014.
Distribuição	2010: 100%; 2011: 100%; 2012: 100%; 2013: 100%; 2014: 100%.
Observações	O desafio é justamente evitar parcerias que não sejam estratégicas. Além disso, ampliar o leque de parcerias para focar não só nas questões de responsabilidade social. Equivale ao indicador 24 CNJ.



Indicador 07

INDICADOR: Quantitativo de parcerias estratégicas	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	Número de parcerias com os demais poderes, setores e instituições que produziram resultados concretos para o alcance das metas estratégicas deste Tribunal.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégia.
Quando medir	Semestral.
Onde medir	Convênios firmados.
Porque medir	Dar um desafio concreto para o TJAC no sentido de efetivar o maior número possível de parcerias.
Como medir	Quantidade total de parcerias externas ao TJAC que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica.
Situação atual	20.
META	Aumentar para 35 a quantidade total de parcerias estratégicas até 2014.
Distribuição	2010: 23; 2011: 26; 2012: 29; 2013: 32; 2014: 35.
Observações	Derivado do indicador 24 do CNJ.



Indicador 08

INDICADOR: Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	Quantitativo de pessoas que participaram de projetos, cujo foco seja o benefício social.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Semestralmente.
Onde medir	Junto aos gestores dos projetos.
Porque medir	Para avaliar o comportamento deste Poder Judiciário em ampliar sua responsabilidade social.
Como medir	Total de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais.
Situação atual	De 2008 para 2009 estima-se ter elevado o número de pessoas diretamente beneficiadas em 15%.
META	Aumentar em 100% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais até 2014.
Distribuição	2010: 14,87%; 2011: 31,95%; 2012: 51,57%; 2013: 74,11%; 2014: 100%.
Observações	Elevação média de aproximadamente 15% (14,87%) ao ano, conforme desempenho de 2008/2009. Meta estabelecida como um percentual sobre a base de 2009. Comenta-se a necessidade de que os projetos abordem as questões de drogas (região de fronteira), sub-registro, violência doméstica, crianças, adolescentes, idosos e os egressos do sistema penitenciário. Equivale ao indicador 19 CNJ.



Indicador 09

INDICADOR: Taxa de Congestionamento de Execuções Cíveis (1º grau, 2º grau e Juizados)	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	O percentual de processos que permanecem pendentes, no período, após serem baixados os processos julgados, em relação ao total de processos.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, junto com a Corregedoria.
Quando medir	Semestralmente.
Onde medir	Diretamente nas unidades judiciárias.
Porque medir	Para agilizar o movimento processual e garantir a razoável duração do processo.
Como medir	$1 - (\text{Processos de Execução Cíveis Baixados} / (\text{Casos Novos Exec. Cíveis} + \text{Pendentes Exec. Cíveis} - \text{Exec. Cíveis Suspensas}))$
Situação atual	Segundo dados colhidos, a taxa de 2008, aferida por esta fórmula, está em 44,2% e deve ter aumentado em 2009, pois houve acréscimo no número de casos. Sugere-se a criação de instrumento legal que permita a extinção das execuções sem bens a penhorar, a exemplo do artigo 53, § 4º, da lei 9.099/95. Alternativamente, criar instrumento legal que facilite a suspensão do processo por falta de bens a penhorar.
META	Reduzir para 39,5%, a taxa de congestionamento na fase de execução até 2014.
Distribuição	2010: 45%; 2011: 44%; 2012: 42,5%; 2013: 41%; 2014: 39,5%.
Observações	Alterou-se a fórmula de cálculo proposta pelo CNJ para o mapa estratégico do TJAC, pois: (1) Execuções criminais não têm relação com a produtividade dos magistrados; (2) Devem ser excluídas do cálculo as execuções suspensas, pois nesses casos não há possibilidade de ação por parte do magistrado; (3) entende-se que dentro das execuções pendentes e das novas execuções incluem-se as execuções judiciais – ou seja, está repetido; (4) Da mesma forma, as Exec pendentes equivalem às Pendentes Exec. Indicador adaptado do indicador 17 do CNJ.



Indicador 10

INDICADOR: Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados)	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	A relação média dos processos judiciais julgados por magistrado.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, junto com a Corregedoria.
Quando medir	Semestralmente.
Onde medir	Diretamente nas unidades judiciárias.
Porque medir	Para acompanhar a agilidade média dos julgados por magistrado.
Como medir	Total de Julgados / Total de Magistrados
Situação atual	Não se tem o número exato de processos de execução, apenas o número total.
META	Aumentar em 25% a produtividade do magistrado até 2014 (esse percentual pode variar de acordo com a taxa de congestionamento de cada tribunal, de forma a eliminar a taxa de congestionamento em X anos).
Distribuição	2010: 2,5%; 2011: 5%; 2012: 12,5%; 2013: 20%; 2014: 25%.
Observações	1) O percentual foi estabelecido como um acréscimo de produtividade em relação à base de 2009. 2) Assim que possível, o número exato de processos de execução e de conhecimento deve ser estabelecido para então se refletir na meta para a produtividade do magistrado e não para o aumento da produtividade. 3) Em função de que os processos de execução sofrem maior interferência de fatores externos à governança do juiz do que os processos de conhecimento, entende-se que a taxa aumento da produtividade do magistrado deve ser menor nos processos de execução do que nos processos de conhecimento. Por hora, estima-se ser possível elevar a produtividade dos magistrados em taxa equivalente à metade da taxa adotada nos processos de conhecimento. 4) Sugere-se a criação de instrumento legal que permita a extinção das execuções sem bens a penhorar, a exemplo do artigo 53, § 4º da lei 9.099/95, bem como o que facilite a suspensão do processo por falta de bens a penhorar pode ajudar a elevar a produtividade. Equivale ao indicador 18 CNJ.



Indicador 11

INDICADOR: Índice de acesso à justiça por estrutura física	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	O acesso à justiça, por estrutura física adequada, entre todas as comarcas do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégia.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as comarcas do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Porque medir	Para promover o acesso ao Poder Judiciário.
Como medir	% entre municípios atendidos com estrutura física e comarca efetivamente instalada / Total de municípios.
Situação atual	68,00%.
META	Aumentar para 100% os municípios atendidos com estrutura física e comarca efetivamente instalada, até 2014. 2010: Assis Brasil, 2011: Porto Acre e Rodrigues Alves, 2013: Porto Walter e Taumaturgo, 2014: Santa Rosa e Jordão.
Distribuição	2010: 73%; 2011: 82%; 2012: 82%; 2013: 91%; 2014: 100%.
Observações	O indicador original do CNJ trata do atendimento aos municípios, de alguma forma, pela justiça (onde a justiça chega seja ela por justiça itinerante, peticionamento eletrônico ou estrutura física). Como no caso do TJAC o índice medido por esta fórmula já seria 100%, o desafio é atender a população de cada município / comarca, com infraestrutura física. Por isso, o indicador foi adaptado para refletir apenas o % de municípios atendidos com infraestrutura física adequada. Indicador adaptado do indicador 16 do CNJ.



Indicador 12

INDICADOR: Índice de atendimento à demanda	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	Percentual de capacidade de atendimento em relação à demanda (novos casos).
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, junto com a Corregedoria.
Quando medir	Semestralmente
Onde medir	Diretamente nas unidades judiciárias.
Porque medir	Para avaliar a necessidade de ampliação da capacidade.
Como medir	Processos baixados / casos novos. Divisão em 1º e 2º grau conforme possibilidade
Situação atual	Atualmente estima-se que a taxa está no patamar de 80%. Entende-se que as medidas para ganho de produtividade (PCCR, otimização de procedimentos e virtualização de processos) ainda levarão certo tempo para surtir efeito, o que fará o estoque de processos antigos, aumentar. Por isso, pretende-se elevar a taxa de atendimento à demanda para 100% em 2012, 110% em 2013 e 115% em 2014, de modo a baixar o estoque.
META	Aumentar para 115% o atendimento à demanda até 2014.
Distribuição	2010: 85%; 2011: 95%; 2012: 100%; 2013: 110%; 2014: 115%.
Observações	Equivale ao indicador 5 CNJ.



Indicador 13

INDICADOR: Redução do consumo de papel	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	O consumo de papel utilizado em um determinado período.
Quem mede	Diretoria Administrativa.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Através do Controle Integrado de Compras Almoxarifado e Patrimônio (CICAP).
Porque medir	Para racionalizar o consumo de papel visando a economicidade.
Como medir	Variação da quantidade de resmas de papel utilizadas no período, em relação ao período anterior.
Situação atual	Não mensurada.
META	Reduzir em 70% o consumo de papel até 2014
Distribuição	2010: 15%; 2011: 25%; 2012: 40%; 2013: 60%; 2014: 70%.
Observações	Fatores influenciadores da meta: Até 2010, o administrativo estará virtualizado (exceto alguns processos c/ dependência externa). Até 2014, 90% da área fim estará virtualizada. Equivale ao indicador 13 CNJ.



Indicador 14

INDICADOR: Redução do consumo de água	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	O consumo de água utilizado em um determinado período.
Quem mede	Diretoria Administrativa.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para racionalizar o consumo de água deste Tribunal visando a economicidade
Como medir	Variação da quantidade de água utilizada no período / Variação da quantidade de água utilizada no período anterior.
Situação atual	Não mensurada.
META	Reduzir em 9,6% o consumo de água até 2014.
Distribuição	2010: 2,0%; 2011: 4,0%; 2012: 4,9%; 2013: 7,8%; 2014: 9,6%.
Observações	Fatores influenciadores da meta: 1) realizar campanha de conscientização; 2) No início de 2011, a administração e desembargadores estarão em prédio novo, mais eficiente, centralizado, portanto, consomem menos água, além das novas instalações; 3) não foram consideradas as reduções obtidas com a privatização dos cartórios extrajudiciais. Quando se tiver certeza da data, serão incluídas nas previsões. Equivale ao indicador 14 CNJ.



Indicador 15

INDICADOR: Redução do consumo de energia	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	O consumo de energia utilizado em um determinado período.
Quem mede	Diretoria Administrativa.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para racionalizar o consumo de energia deste Tribunal visando à economicidade.
Como medir	Variação da quantidade de energia utilizada no período / Variação da quantidade de energia utilizada no período anterior.
Situação atual	Não mensurada.
META	Reduzir em 12,4% o consumo de energia até 2014.
Distribuição	2010: 2,0%; 2011: 4,9%; 2012: 7,8%; 2013: 9,6%; 2014: 12,3%.
Observações	Fatores influenciadores da meta: 1) realizar campanha de conscientização; 2) No início de 2011, a administração e desembargadores estarão em prédio novo, mais eficiente, centralizado, portanto, consomem menos energia, além das novas instalações; 3) não foram consideradas reduções obtidas com a privatização dos cartórios extrajudiciais. Quando se tiver certeza da data, serão incluídas nas previsões. Equivale ao indicador 15 CNJ.



Indicador 16

INDICADOR: Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)

Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	A relação entre os processos judiciais baixados, os casos novos e os pendentes de julgamento.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, junto com a corregedoria.
Quando medir	Semestralmente
Onde medir	Diretamente nas unidades judiciárias.
Porque medir	Para agilizar o movimento processual e garantir a razoável duração do processo.
Como medir	(Total de processos judiciais baixados / casos novos + casos pendentes)
Situação atual	Entre 60% e 65%.
META	Reduzir para 40% a taxa de congestionamento até 2014.
Distribuição	2010: 55%; 2011: 50%; 2012: 45%; 2013: 40%; 2014: 40%.
Observações	Equivale ao indicador 3 CNJ.



Indicador 17

INDICADOR: Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Celeridade no julgamento de processos.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, junto com a corregedoria.
Quando medir	Semestralmente
Onde medir	Diretamente nas unidades judiciárias.
Porque medir	Para avaliar qual a quantidade de processos que é possível atender em menos de um ano.
Como medir	% entre processos finalizados (sentença 101) dentro de um ano, por instância, em relação ao total de casos finalizados. Fase de conhecimento (do protocolo à sentença). Fase de execução (do trânsito em julgado à baixa).
Situação atual	Não mensurada.
META	Aumentar em 10% o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução), até 2014, em relação a 2009.
Distribuição	Pela falta do referencial exato, não se pôde traçar a distribuição anual da meta. Após medida a quantidade com mais de 2 anos, preferencialmente ainda no primeiro semestre de 2010, sugere-se traçar os planos e fazer as devidas projeções.
Observações	Essa meta não pode ser demasiado agressiva em função de que não tem gestão sobre os atores do processo, tais como: Ministério Público, Defensoria, etc., e sobre os procedimentos legais. Equivale ao indicador 6 CNJ.



Indicador 18

INDICADOR: Índice de processos antigos	
Tipo de Indicador	Eficiência
O que mede	Proporção dos processos antigos entre os processos pendentes.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, junto com a corregedoria.
Quando medir	Semestralmente
Onde medir	Diretamente nas unidades judiciárias.
Porque medir	Para avaliar se o tempo de duração do processo judicial está dentro do aceitável.
Como medir	% entre processos pendentes (protocolados até o último dia útil do segundo ano anterior ao corrente) / total de processos pendentes.
Situação atual	Sabe-se que após a conclusão da “Meta 2”, das metas nacionais de nivelamento de 2009, a quantidade de processos com mais de 4 anos será de aproximadamente 900 processos. Não se tem o número exato, mas levantou-se a quantidade aproximada de processos finalizados vs entrantes no período de 2006 a 2009 (prévia) e verificou-se que a capacidade é próxima da demanda bianual.
META	Baixar para 10% o índice de processos antigos até 2014.
Distribuição	Pela falta do referencial exato, não se pôde traçar a distribuição anual da meta. Após medida a quantidade com mais de 2 anos, preferencialmente ainda no primeiro semestre de 2010, sugere-se traçar os planos e fazer as devidas projeções.
Observações	Como a definição do CNJ é de tratar todos os processos no horizonte de 2 anos, estabelece-se uma eficácia de 90% (ou seja, admitindo-se 10% de processos antigos) a ser atingida em 2014. Levantou-se a quantidade aproximada de processos finalizados vs entrantes no período de 2006 a 2009 (prévia). Parece factível essa meta. Equivale ao indicador 7 CNJ.



Indicador 19

INDICADOR: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Percentual de processos de aquisição completados dentro do prazo em relação ao total.
Quem mede	Diretoria Geral.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	No sistema administrativo (em implantação).
Porque medir	Para avaliar se os processos internos estão sendo eficientes.
Como medir	% entre processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, em relação ao total: 120 dias, para concurso e concorrências dos tipos: empreitada integral, técnica ou técnica e preço; 105 dias, para demais concorrências e tomada de preços dos tipos: técnica e técnica e preço; 60 dias, para demais tomadas de preços; 50 dias, para convites e pregão; 8 dias para dispensa e inexigibilidade;
Situação atual	Para os processos em que o projeto básico está correto, sem a necessidade de idas e vindas no processo, considera-se que os prazos são cumpridos.
META	Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão até 2014.
Distribuição	Pela falta do referencial exato, não se pôde traçar a distribuição anual da meta. Após medida a quantidade com mais de 2 anos, preferencialmente ainda no primeiro semestre de 2010, sugere-se traçar os planos e fazer as devidas projeções.
Observações	Considera-se necessário criar um grupo de análise do termo de referência e do projeto básico, como um escritório de projetos, por exemplo, para se conseguir atingir essa meta. Equivale ao indicador 7 CNJ.



Indicador 20

INDICADOR: Eficiência operacional	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Custo dos processos julgados no ano.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	SAJ e Sistema Financeiro e Orçamentário.
Porque medir	Para controlar o nível de despesa em relação à produtividade do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Como medir	$(\text{Despesa Total} - \text{Inativos} - \text{Pecatório} - \text{Investimentos} + \text{Depreciação}) / \text{Processos Baixados}$. Divisão em 1º e 2º graus conforme possibilidade.
Situação atual	Estimado em R\$ 1.380,00.
META	Diminuir para R\$ 1.300 o valor da despesa por processo até 2014.
Distribuição	As previsões foram tomadas apenas como balizadores para a meta. Como é um valor derivado de outros, como a expectativa de orçamento e expectativa de processos baixados, recomenda-se aprofundar os estudos antes de se estabelecer a divisão anual da meta. Por ora, é possível apenas dizer que se estima que os valores estejam em ordem de grandeza compatível com a meta definida.
Observações	Considerando-se o custo atual, considerando-se o aumento anual de 10% no orçamento, a partir do orçamento 2011, e inflação de 3 – 4%. É uma meta bastante desafiadora. Equivale ao indicador 11 CNJ



Indicador 21

INDICADOR: Produtividade do magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados)

Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	A média de processos julgados por magistrado.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica, junto com a Corregedoria.
Quando medir	Semestralmente.
Onde medir	Diretamente nas unidades judiciárias.
Porque medir	Para aumentar a produtividade média dos julgados por magistrado.
Como medir	Equivale ao indicador 4 CNJ.
Situação atual	Não se tem o número exato (principalmente a divisão conhecimento vs exec), mas levantou-se a quantidade aproximada de processos finalizados vs entrantes no período de 2006 a 2009 (prévia) e verificou-se que a capacidade é próxima da demanda bianual.
META	Aumentar em 50% a produtividade do magistrado até 2014.
Distribuição	2010: 5%, 2011: 10%, 2012: 25%, 2013: 40%, 2014: 50%.
Observações	1) O percentual foi estabelecido como um acréscimo de produtividade em relação à base de 2009. 2) Assim que possível, o número exato de processos de execução vs de conhecimento deve ser estabelecido para então se refletir na meta para a produtividade do magistrado e não para o aumento da produtividade. 3) Parte-se da premissa de que serão feitos investimentos em melhoria da equipe de suporte ao magistrado (PCR), otimização de procedimentos de trabalho e virtualização de processos. Equivale ao indicador 4 CNJ.



Indicador 22

INDICADOR: Índice de agilidade na publicação dos acórdãos	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Percentual de acórdãos publicados no prazo regulamentar de 10 dias em relação ao total.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Semestralmente
Onde medir	Sistema SAJ.
Porque medir	Para avaliar se os acórdãos estão sendo publicados dentro do prazo regulamentar.
Como medir	% entre acórdãos publicados dentro do prazo padrão de 10 dias/ total de acórdãos a publicar
Situação atual	90%
META	Publicar 90% dos acórdãos dentro do prazo padrão, até 2014.
Distribuição	2010: 90%; 2011: 90%; 2012: 90%; 2013: 90%; 2014: 90%.
Observações	Equivale ao indicador 10 CNJ

Indicador 23

INDICADOR: Índice de gestão participativa	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Mede se a gestão da estratégia está cumprindo sua agenda mínima de eventos.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.
Porque medir	Para avaliar se a programação de eventos da gestão da estratégia está sendo posta em prática.
Como medir	% entre reuniões de execução das estratégias realizadas/ reuniões previstas no período
Situação atual	Não mensurada.
META	100%
Distribuição	2010: 100%; 2011: 100%; 2012: 100%; 2013: 100%; 2014: 100%.
Observações	Equivale ao indicador 20 CNJ.



Indicador 24

INDICADOR: Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	A relação entre projetos estratégicos concluídos com as metas internas alcançadas e o total de projetos estratégicos previstos no plano para o período.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	No controle da carteira de projetos estratégicos.
Porque medir	Para avaliar o desempenho na execução dos projetos.
Como medir	% entre projetos estratégicos concluídos e com suas metas internas alcançadas/ total de projetos estratégicos previstos no plano para o período.
Situação atual	Não mensurada.
META	Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos até 2014.
Distribuição	2010: 70%; 2011: 75%; 2012: 80%; 2013: 85%; 2014: 90%.
Observações	Equivale ao indicador 21 CNJ.

Indicador 25

INDICADOR: Índice de alcance das metas	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	O percentual de metas estratégicas alcançadas por este tribunal.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Demonstrar o grau de comprometimento das pessoas com a melhoria do desempenho
Como medir	% de metas estratégicas alcançadas e o total de metas estratégicas
Situação atual	Não mensurada.
META	Alcançar 90% das metas até 2014.
Distribuição	2010: 70%; 2011: 75%; 2012: 80%; 2013: 85%; 2014: 90%.
Observações	Equivale ao indicador 33 CNJ.



Indicador 26

INDICADOR: Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário.	
Tipo de Indicador	Eficácia
O que mede	O aproveitamento do capital intelectual por meio da utilização das boas práticas de gestão divulgadas no banco do CNJ.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para garantir a difusão de boas práticas de gestão no Poder Judiciário, compartilhando soluções e evitando retrabalho.
Como medir	Total de práticas implantadas durante o ano no Tribunal.
Situação atual	Não mensurada.
META	Implantar uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário em 2010, e duas práticas implantadas anualmente, de 2011 até 2014.
Distribuição	2010: 1; 2011: 2; 2012: 2; 2013: 2; 2014: 2 .
Observações	Equivale ao indicador 22 CNJ.



Indicador 27

INDICADOR: Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário.	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Quantidade de parcerias entre as instituições do Poder Judiciário, que contribuem para o alcance de metas estratégicas.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente
Onde medir	Convênios firmados e controle das parcerias estratégicas no Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Porque medir	Para avaliar e aumentar a sinergia entre os segmentos de justiça.
Como medir	Total de parcerias entre tribunais que contribuem diretamente com o alcance de uma meta estratégica, em relação ao total de parcerias internas.
Situação atual	Atualmente conta-se com 02 parcerias estratégicas: uma parceria estratégica na área de responsabilidade social com o TRE-AC (concessão de títulos de eleitor) e outra com o TRT-AC (cessão de espaço físico no interior do Estado). Para 2010, parceria com TJ de Pernambuco para concessão do sistema de carta precatória online.
META	Aumentar em 250% a quantidade de parcerias estratégicas
Distribuição	2010: 50% (3 parcerias); 2011: 150% (5 parcerias); 2012: 200% (6 parcerias); 2013: 200% (6 parcerias); 2014: 250% (7 parcerias).
Observações	Equivale ao indicador 23 CNJ.



Indicador 28

INDICADOR: Índice de promoção de valores éticos e morais.	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	Número de ações internas e externas voltadas para disseminação de valores éticos e morais.
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos.
Quando medir	Anualmente
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário e entidades parceiras.
Porque medir	Para avaliar o comprometimento deste Poder Judiciário na disseminação de valores éticos e morais.
Como medir	Total de ações internas e externas relacionadas à disseminação de valores éticos e morais.
Situação atual	Em 2009 foi feita uma palestra abordando o tema ética na capital, além de um curso dado para o interior.
META	Manter o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais em 2014.
Distribuição	2010: aumentar em 50% (3 ações); 2011: aumentar em 150% (5 ações); 2012: aumentar em 150% (5 ações); 2013: aumentar em 50% (3 ações); 2014: aumentar em 0% (2 ações).
Observações	Espera-se promover as ações relacionadas à ética com mais intensidade no início, para gerar maior impacto, diminuindo no final, quando se espera fazer um trabalho de manutenção. Equivale ao indicador 25 CNJ.



Indicador 29

INDICADOR: Índice do Clima Organizacional	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Percepção do corpo funcional quanto aos fatores que causam impacto na motivação e produtividade no trabalho.
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos.
Quando medir	Anualmente
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para subsidiar melhorias e ações corretivas nos fatores que causam impacto negativo
Como medir	% entre as avaliações positivas sobre o total de avaliações na pesquisa de clima organizacional (trabalho em equipe, liderança, conhecimento do tribunal, motivação, qualidade, administração, infraestrutura, relacionamento interpessoal e comunicação). Segundo formulário de pesquisa padronizado pelo CNJ.
Situação atual	Não mensurada.
META	Aumentar para 70% o índice de avaliações positivas do clima organizacional até 2014, ou 1 P.P. acima da média nacional (a maior das duas notas)
Distribuição	A partir da primeira medição se estabelecerá a distribuição da meta.
Observações	Equivale ao indicador 34 CNJ.



Indicador 30

INDICADOR: Índice de absenteísmo	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Nível de faltas dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Quem mede	Diretoria de RH.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para se avaliar o nível de comprometimento dos servidores, bem como eventuais problemas relativos à gestão de RH que possam estar ocorrendo.
Como medir	% entre as ausências dos servidores em um determinado período, em relação à jornada de trabalho normal.
Situação atual	Os dados que se tem é de pouco absenteísmo, embora não se conte com catracas eletrônicas.
META	Reduzir para 3% o índice de absenteísmo até 2014.
Distribuição	A partir da primeira medição com catraca eletrônica se estabelecerá a distribuição da meta.
Observações	Equivale ao indicador 35 CNJ.



Indicador 31

INDICADOR: Índice de prevenção de saúde	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Quantidade de pessoas que fizeram o exame médico anual entre as elegíveis.
Quem mede	Diretoria de RH.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para se avaliar e aumentar a prevenção aos problemas de saúde dos servidores e magistrados.
Como medir	% entre o número de pessoas que realizaram exame médico periódico preventivo sobre o total de pessoas elegíveis na Lei 11.907/09.
Situação atual	0 (zero)
META	Aumentar para 80% o índice de prevenção de saúde até 2014.
Distribuição	2010: 10%; 2011: 30%; 2012: 50%; 2013: 65%; 2014: 80%.
Observações	Atualmente não há exame periódico (ou seja, parte-se de uma base=0 em 2009). Orçamento será a maior barreira. Espera-se implementar aos poucos, mas conta-se que o Tribunal irá apoiar essa ação. Equivale ao indicador 36 CNJ.



Indicador 32

INDICADOR: Índice de capacitação nas competências estratégicas	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	O grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias a estratégia do Tribunal.
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário
Porque medir	Para avaliar a necessidade de capacitação.
Como medir	% entre as pessoas treinadas com pelo menos 20 horas nas competências estratégicas, sobre o total de pessoas.
Situação atual	Não mensurada.
META	Aumentar para 90% o índice de capacitação nas competências estratégicas até 2014.
Distribuição	Após a primeira medição se estabelecerá a distribuição anual.
Observações	Equivale ao indicador 30 CNJ.



Indicador 33

INDICADOR: Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Mede se o plano nacional de capacitação vem sendo implementado no TJAC.
Quem mede	Diretoria de Recursos Humanos e Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Junto aos servidores e magistrados do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Porque medir	Para acompanhar se o plano nacional de capacitação está sendo implementado.
Como medir	% entre os itens atendidos do Plano Nacional de Capacitação, sobre o total de itens
Situação atual	Não mensurada.
META	Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação até 2014 .
Distribuição	2010: 70%; 2011: 80%; 2012: 90%; 2013: 95%; 2014: 100%.
Observações	Equivale ao indicador 31 CNJ.

Indicador 34

INDICADOR: Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação.	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Quantidade de recursos orçamentários aplicados em capacitação.
Quem mede	Diretoria de Planejamento e Orçamento
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Sistema Financeiro e Orçamentário.
Porque medir	Para se controlar a quantidade de recursos aplicados em capacitação.
Como medir	% entre o valor aplicado em capacitação e o orçamento total executado.
Situação atual	0,30%.
META	Aplicar 1% do valor do orçamento de custeio executado em capacitação até 2014.
Distribuição	2010: 0,40%; 2011: 0,55%; 2012: 0,70%; 2013: 0,85%; 2014: 1,00%.
Observações	Equivale ao indicador 32 CNJ.



Indicador 35

INDICADOR: Quantidade de eventos de gestão do conhecimento	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Número de eventos realizados dentro da dinâmica da gestão do conhecimento implementada no TJAC.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Porque medir	Para incentivar a adoção de práticas relativas à Gestão do Conhecimento do TJAC.
Como medir	Através do controle / registro das atividades de Gestão do Conhecimento do TJAC.
Situação atual	Não mensurada.
META	3 reuniões de GC para magistrados; 3 reuniões de GC para servidores da área fim; 3 reuniões de GC para servidores da área meio;
Distribuição	2010: 9 (3 para magistrados, 3 para servidores áreas fim e 3 para servidores áreas meio); 2011: 9 (3 para magistrados, 3 para servidores áreas fim e 3 para servidores áreas meio); 2012: 9 (3 para magistrados, 3 para servidores áreas fim e 3 para servidores áreas meio); 2013: 9 (3 para magistrados, 3 para servidores áreas fim e 3 para servidores áreas meio); 2014: 9 (3 para magistrados, 3 para servidores áreas fim e 3 para servidores áreas meio).
Observações	Não há equivalência com nenhum indicador do CNJ.



Indicador 36

INDICADOR: Índice de virtualização dos processos novos.	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Quantidade percentual de processos virtualizados, dentro do total de novos processos.
Quem mede	Diretoria de TI.
Quando medir	Semestralmente.
Onde medir	Sistema SAJ.
Porque medir	Para aumentar o número de processos virtualizados.
Como medir	% de processos novos eletrônicos/ total de processos novos.
Situação atual	10%.
META	Aumentar para 90% o índice de virtualização dos processos novos até 2014.
Distribuição	2010: 50%; 2011: 60%; 2012: 70%; 2013: 80%; 2014: 90%.
Observações	Necessário: (1) equipamentos de alta disponibilidade – grande porte e grande armazenamento; (2) backup desses equipamentos; (3) comunicação de dados com as comarcas; (4) infraestrutura lógica e elétrica das comarcas; (5) sala cofre. Conta-se que até 2011 estaria tudo pronto. Equivale ao indicador 9 CNJ.



Indicador 37

INDICADOR: Índice de aderência aos padrões mínimos de TI.	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Percentual de itens da resolução n. 90 do CNJ atendidos no Poder Judiciário do Estado do Acre.
Quem mede	Diretoria de TI.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Nos sistemas e ações de TI de todas as unidades do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Porque medir	Para se verificar o grau de maturidade da Tecnologia da Informação do TRE-AC
Como medir	% entre os itens atendidos sobre o total de itens especificados na Resolução 90 do CNJ.
Situação atual	40%.
META	Atender a 100% dos padrões mínimos de TI até 2014.
Distribuição	2010: 50%; 2011: 60%; 2012: 70%; 2013: 85%; 2014: 100%.
Observações	Para atender ao capítulo 3 da resolução 90 do CNJ, é necessário que as comarcas de Assis Brasil, Mâncio Lima e Manoel Urbano estejam integradas ao sistema de comunicação. A empresa concessionária dos serviços de Telecomunicações Oi / Brasil Telecom, estima que até 2011 todo o Estado esteja integrado. Equivale ao indicador 37 CNJ.



Indicador 38

INDICADOR: Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica.	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Nível de segurança das instalações do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Quem mede	Diretoria Geral.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Equivale ao indicador 38 CNJ.
Como medir	Unidades consideradas seguras*/ total de unidade.s
Situação atual	40%
META	Aumentar para 90% as unidades consideradas seguras * até 2014.
Distribuição	2010: 50%; 2011: 60%; 2012: 70%; 2013: 80%; 2014: 90%.
Observações	(*) para todos os prédios: controle de acesso, sistema de alarme e câmeras de vigilância. Unidades criminais: Segurança armada, detector de metais portátil, câmeras nas salas de armas. Equivale ao indicador 38 CNJ.



Indicador 39

INDICADOR: Índice de satisfação com as instalações físicas.	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	A adequação dos imóveis pertencentes ou ocupados pelo Poder Judiciário do Estado do Acre.
Quem mede	Diretoria Administrativa.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para priorizar investimentos em obras/reformas que possibilitem a melhoria das condições de trabalho.
Como medir	% entre avaliações positivas quanto à adequação das instalações físicas* / total de avaliações nestes itens da pesquisa.
Situação atual	Não mensurada.
META	Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas* até 2014
Distribuição	Após a primeira medição será estabelecida a distribuição anual.
Observações	1) Até 2011, todo o administrativo da capital em prédio novo. 2) 2013-2014, Feijó e Assis Brasil em prédios novos. (*) adequação das instalações a ser acompanhada na pesquisa de clima organizacional, (espaço, mobiliário, climatização, higiene, limpeza, etc.). Equivale ao indicador 39 CNJ.



Indicador 40

INDICADOR: Índice de condições de trabalho.	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Grau de aderência das condições das unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário
Quem mede	Diretoria de RH e Diretoria Administrativa.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Nas unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para identificar o nível de adequação das instalações físicas dos imóveis do Poder Judiciário do Estado do Acre em relação à Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho.
Como medir	% entre os itens atendidos da Norma Regulamentadora 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, em relação ao total de itens.
Situação atual	Não mensurada.
META	Atender 60% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais até 2014.
Distribuição	A partir da primeira medição se estabelecerá a distribuição da meta.
Observações	Equivale ao indicador 40 CNJ.



Indicador 41

INDICADOR: Índice de aderência às metas do PETI.	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Quantidade de metas do PETI atendidas pelo TJAC.
Quem mede	Diretoria de TI.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	No conjunto de sistemas e ações da área de TI.
Porque medir	Para medir a aderência da área de TI do Poder Judiciário do Estado do Acre à Estratégia de TI Nacional.
Como medir	% de metas alcançadas em relação ao total de metas do PETI.
Situação atual	Para cada meta do PETI identificou-se a previsão do ano de aderência, resultando nos percentuais acima. Os itens já atendidos atualmente correspondem a 56%.
META	Alcançar 87,5% das metas até 2014.
Distribuição	2010: 62,5%; 2011: 75,0%; 2012: 84,4%; 2013: 84,4%; 2014: 87,5%.
Observações	Os percentuais a cada ano foram medidos da seguinte forma: fez-se uma projeção do ano em que cada meta do PETI estaria atendida. A partir daí se calculou a quantidade de metas atendidas em cada ano no TJAC e, por consequência, o percentual em relação ao total. Equivale ao indicador 41 CNJ.



Indicador 42

INDICADOR: Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia.

Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Nível de disponibilidade dos equipamentos de tecnologia em relação ao total necessário.
Quem mede	Diretoria de TI.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Sistemas de controle de inventário de ativos de infraestrutura tecnológica.
Porque medir	Para se controlar e manter o adequado nível de disponibilidade de equipamentos.
Como medir	$1 - (\text{tempo de indisponibilidade de equipamentos} / \text{tempo total do período})$
Situação atual	Atualmente já se conta com um micro por usuário, em média, inclusive com micros e peças de reposição, além de garantia; o desafio é manter esse nível, principalmente na ocorrência de novos concursos / contratações.
META	Manter em 99% o índice de disponibilização de equipamentos até 2014.
Distribuição	2010: 99%; 2011: 99%; 2012: 99%; 2013: 99%; 2014: 99%.
Observações	Equivale ao indicador 42 CNJ.



Indicador 43

INDICADOR: Índice de disponibilidade de sistemas on-line	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	A disponibilidade e estabilidade dos sistemas de TI.
Quem mede	Departamento de Tecnologia e Informação.
Quando medir	Mensal.
Onde medir	Em todas as unidades administrativas e judiciais deste Poder Judiciário.
Porque medir	Para reduzir as indisponibilidades de sistemas essenciais que interrompam os serviços prestados por este Tribunal.
Como medir	1 - Tempo de indisponibilidade de sistemas/tempo total do período.
Situação atual	Calcula-se que atualmente o índice esteja em 71%, pois as comarcas de Assis Brasil, Mâncio Lima e Manoel Urbano não estão integradas aos sistemas de comunicação.
META	Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas até 2014.
Distribuição	2010: 71%; 2011: 71%; 2012: 99%; 2013: 99%; 2014: 99%.
Observações	A empresa concessionária dos serviços de Telecomunicações Oi / Brasil Telecom, estima que até 2011 todo o Estado estará integrado. Equivale ao indicador 43 CNJ.



Indicador 44

INDICADOR: Eficiência na arrecadação de receitas.	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	Percentual das receitas em relação às despesas totais do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Quem mede	Diretoria de Planejamento e Orçamento.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	No Sistema Financeiro e Orçamentário.
Porque medir	Para equilibrar e gerir o orçamento da Instituição.
Como medir	$\frac{\text{(Receitas de Custas + Recolhimentos Diversos + Recolhimento INSS + Recolhimento IR)}}{\text{(Despesa Total - Inativos - Precatório - Investimentos + Depreciação)}}$
Situação atual	10%.
META	Aumentar para 15% a relação receitas/despesas até 2014.
Distribuição	2010: 10%; 2011: 10%; 2012: 12%; 2013: 13%; 2014: 15%.
Observações	Equivale ao indicador 12 CNJ.

Indicador 45

INDICADOR: Índice de orçamento estratégico	
Tipo de Indicador	Eficácia.
O que mede	Quantidade de recursos destinados à execução de projetos incluídos no planejamento estratégico.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	Junto à Diretoria de Planejamento e Orçamento.
Porque medir	Para ajustar a necessidade de verbas à disponibilização de orçamento para os projetos concebidos dentro do planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre.
Como medir	% entre o valor disponibilizado para as iniciativas estratégicas e o orçamento total.
Situação atual	5%..
META	Disponibilizar 12% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014.
Distribuição	2010: 5%; 2011: 7%; 2012: 9%; 2013: 11%; 2014: 12%.
Observações	Equivale ao indicador 44 CNJ.



Indicador 46

INDICADOR: Índice de execução do orçamento estratégico	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	Grau de execução do orçamento destinado aos projetos estratégicos.
Quem mede	Núcleo de Estatística e Estratégica.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	No controle da carteira de projetos estratégicos e no Sistema Financeiro e Orçamentário.
Porque medir	Para garantir que as verbas alocadas para os projetos estratégicos serão empregadas com sucesso.
Como medir	% entre o valor executado nas iniciativas estratégicas e o valor disponibilizado para tal
Situação atual	Não mensurada.
META	Aumentar para 99% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor a ele alocado até 2014.
Distribuição	2010: 80%; 2011: 85%; 2012: 90%; 2013: 95%; 2014: 99%.
Observações	Equivale ao indicador 45 CNJ.

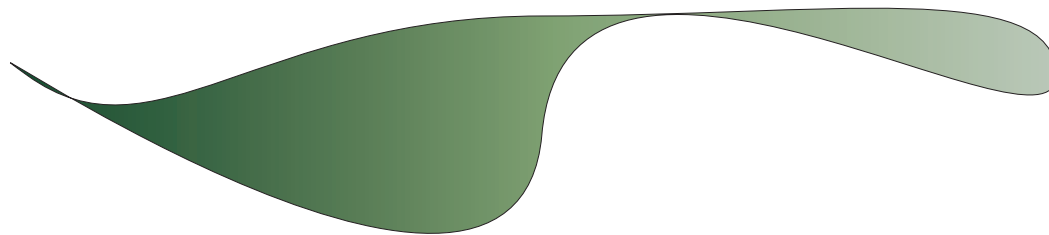
Indicador 47

INDICADOR: Índice de execução do orçamento disponibilizado	
Tipo de Indicador	Eficiência.
O que mede	O percentual do orçamento que está sendo executado por este Tribunal.
Quem mede	Diretoria de Planejamento e Orçamento.
Quando medir	Anualmente.
Onde medir	No Sistema Financeiro e Orçamentário.
Porque medir	Para melhorar o índice de execução orçamentária deste Tribunal.
Como medir	% entre o valor executado e o valor total do orçamento disponibilizado.
Situação atual	97%.
META	Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento até 2014.
Distribuição	2010: 98%; 2011: 98%; 2012: 99%; 2013: 99%; 2014: 100%.
Observações	Equivale ao indicador 46 CNJ.





6. PROJETOS ESTRATÉGICOS CATALOGADOS



O Poder Judiciário do Estado do Acre estabeleceu um *portfólio* com 30 projetos alinhados aos 16 objetivos estratégicos e que serão medidos pelos 47 indicadores definidos neste Planejamento Estratégico.

Os projetos estruturantes estão distribuídos em 6 temas a saber: atuação institucional; responsabilidade social e ambiental; eficiência operacional; gestão de pessoas; infraestrutura e tecnologia e; orçamento.

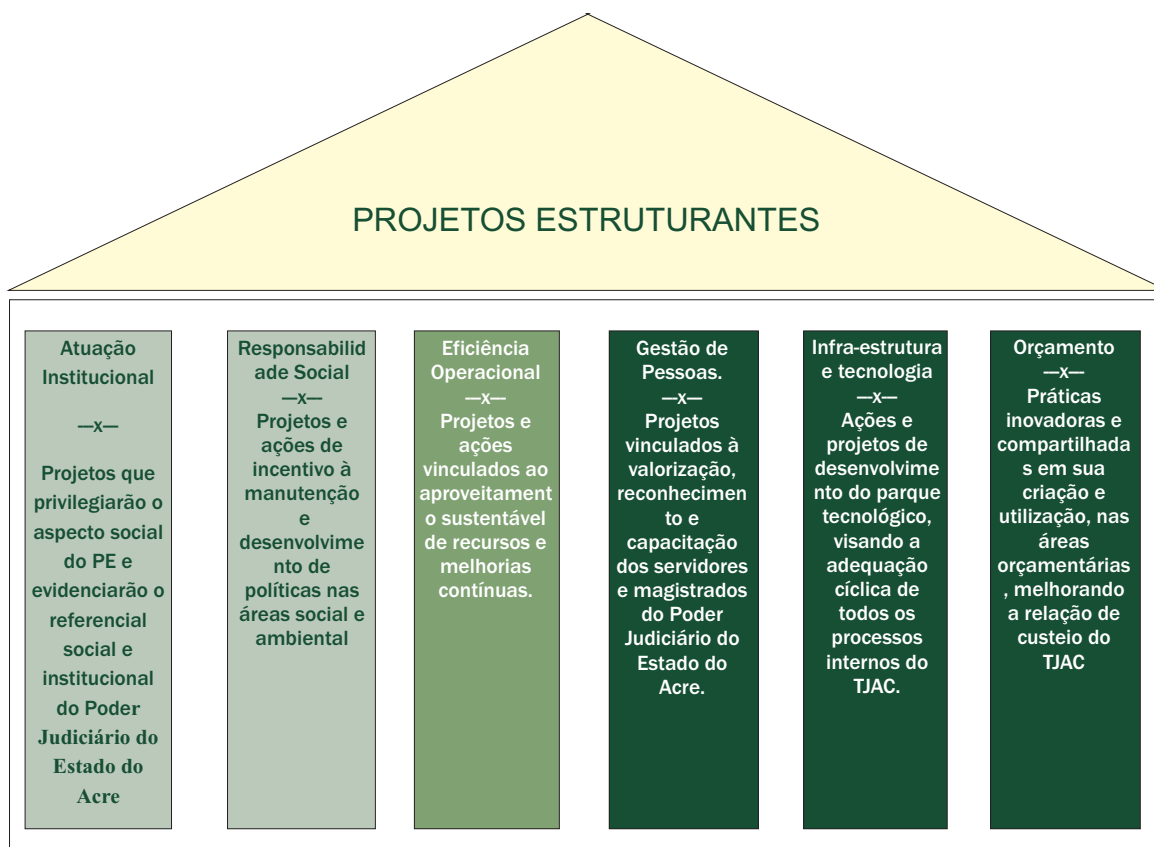


Figura 5 – Projetos Estruturantes

A formulação estratégica do Poder Judiciário do Estado do Acre ora apresentada, demonstra os 30 projetos estruturantes, as metas a serem cumpridas no período de 2010-2014, seus indicadores, temas e objetivos.



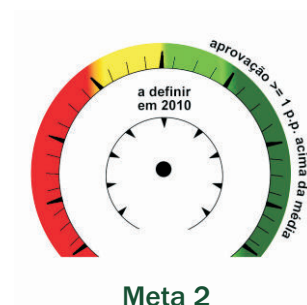
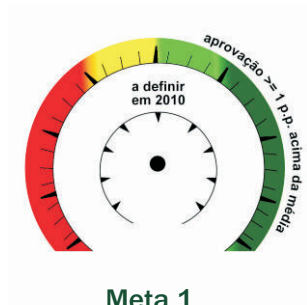
Visão / Missão

Ser reconhecido, até 2015, pelo jurisdicionado do Estado do Acre, pela excelência na prestação de serviços judiciários e sociais, por meio de magistrados e servidores motivados, capacitados e valorizados.

Indicadores Relacionados à Visão:

- Índice de confiança no Poder Judiciário

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de Confiança no Poder Judiciário.	Meta 1: Ter, até 2014, aprovação de 1 p.p. acima da média nacional.						Todos os projetos associados aos demais objetivos.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	1 p.p. acima da média nacional.	
Índice de satisfação do cliente.	Meta 2: Ter, até 2014, aprovação de 1 p.p. acima da média nacional.						Todos os projetos associados aos demais objetivos.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	1 p.p. acima da média nacional.	



Atuação Institucional

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência.

Descrição do Objetivo:

Aprimorar a comunicação com o público externo, com linguagem clara e acessível, disponibilizando, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do Poder Judiciário do Estado do Acre, o andamento processual, os atos judiciais e administrativos, os dados orçamentários e o desempenho operacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

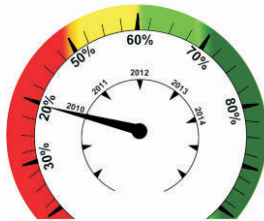
- Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet;
- Índice de inserções institucionais na mídia;
- Índice de matérias institucionais positivas.



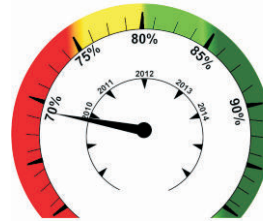
Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de publicação do conteúdo integral dos processos na Internet.	Meta 3: Disponibilizar conteúdo integral de 100% dos processos até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	Em torno de 20%.	50%	60%	80%	90%	100%	
Índice de inserções institucionais na mídia.	Meta 4: Aumentar em 80% o nº de inserções institucionais na mídia até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	2009: Aprox. 1200, ou 30% a mais que 2008.	20%	50%	60%	70%	80%	
Índice de matérias institucionais positivas.	Meta 5: Obter 90% de matérias institucionais positivas na mídia até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	Atualmente a maioria é positiva.	70%	75%	80%	85%	90%	



Meta 3



Meta 4



Meta 5

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto Aperfeiçoamento da Comunicação Interna e Externa do Poder Judiciário do Estado do Acre;
- 2) Projeto Padronização de Materiais de Consumo, Permanente e Comunicação Visual;
- 3) Projeto Implantação da Ouvidoria.

Atuação Institucional

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Fortalecer as relações com os demais poderes, instituições e setores.

Descrição do Objetivo:

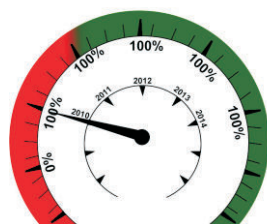
Fortalecer a integração do Poder Judiciário do Estado do Acre com as demais unidades e segmentos do Poder Judiciário Nacional, além dos Poderes Executivo e Legislativo, e desenvolver parcerias com os órgãos do sistema da justiça (OAB, Ministério Público, Defensorias) e entidades públicas e privadas, para viabilizar o alcance dos objetivos desta justiça especializada (eficiência, acessibilidade e responsabilidade social).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

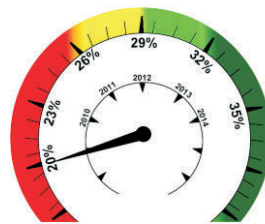
- Índice de parcerias estratégicas;
- Quantitativo de parcerias estratégicas.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de parcerias estratégicas.	Meta 6: Manter em 100% o índice de parcerias estratégicas até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	100%	100%	100%	100%	100%	100%	
Quantitativo de parcerias estratégicas.	Meta 7: Aumentar para 35 a quantidade total de parcerias estratégicas até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	20	23	26	29	32	35	





Meta 6



Meta 7

Projetos Catalogados:



- 1) Projeto Parcerias Estratégicas TJAC.

Atuação Institucional



Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores.

Descrição do Objetivo:

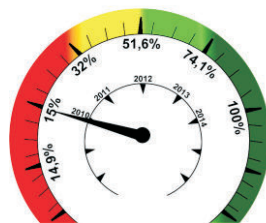
Promover a inclusão social, por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Número de pessoas beneficiadas pelos projetos sociais.	Meta 8: Aumentar em 100% o número de pessoas diretamente beneficiadas pelos projetos sociais até 2014.						Todos os projetos listados abaixo.
	2008 - 2009: aprox. 15%	14,9%	32%	51,6%	74,1%	100%	





Meta 8

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto A Outra Vítima: Um outro olhar sobre os homens autores de violência intra-familiar;
- 2) Projeto Vara de Violência Doméstica e Familiar Mais próximo da Vítima;
- 3) Projeto Cidadão;
- 4) Projeto de Prevenção às Drogas;
- 5) Projeto Filhos do Coração;
- 6) Projeto Começar de Novo;
- 7) Projeto Conhecendo Direito;
- 8) Projeto Justiça Comunitária;
- 9) Projeto Eficiência no Uso dos Recursos.

Atuação Institucional

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Promover a efetividade dos serviços à sociedade preservando os valores éticos.

Descrição do Objetivo:

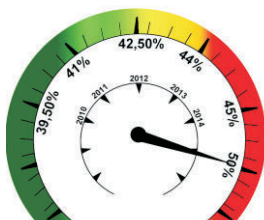
Assegurar o cumprimento das decisões emanadas do Poder Judiciário do Estado do Acre, a fim de garantir que os direitos reconhecidos alcancem resultados concretos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

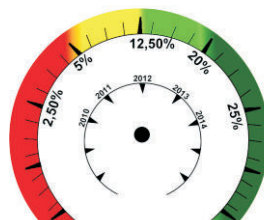
- Taxa de congestionamento de execuções cíveis (1º grau, 2º grau e Juizados
- Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados).



Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Taxa de congestionamento de execuções cíveis (1º grau, 2º grau e Juizados).	Meta 9: Reduzir para 39,5%, a taxa de congestionamento na fase de execução até 2014.						Projeto 2) e Projeto 3) abaixo listados.
	Aprox. 50%	45%	44%	42,5%	41%	39,5%	
Produtividade do magistrado (execução) e (1º grau, 2º grau e Juizados).	Meta 10: Aumentar em 25% a produtividade do magistrado até 2014						Projeto 2) e Projeto 3) abaixo listados.
	Não mensurado.	2,5%	5%	12,5%	20%	25%	



Meta 9



meta 10

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto Disseminação de Valores Éticos e Morais;
- 2) Projeto de Modernização da Infra-estrutura e de Segurança da Informação;
- 3) Projeto Modernização Administrativa e Desenvolvimento Institucional.



Atuação Institucional

Tema:

Atuação Institucional.

Objetivo Estratégico:

Assegurar ao cidadão o acesso à Justiça.

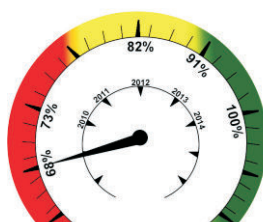
Descrição do Objetivo:

Promover o acesso ao Poder Judiciário, com o objetivo de democratizar a relação da população com os órgãos judiciais e garantir equidade no atendimento à sociedade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de acesso à justiça por estrutura física.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de acesso à justiça por estrutura física.	Meta 11: Aumentar para 100% os municípios atendidos com estrutura física e comarca efetivamente instalada até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	68%	73%	82%	82%	91%	100%	



Meta 11

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto Novas Construções;
- 2) Projeto Cidadão;
- 3) Projeto Justiça Comunitária;
- 4) Projeto Eficiência no Uso dos Recursos.



Responsabilidade Social e Ambiental

Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental.

Objetivo Estratégico:

Potencializar ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos.

Descrição do Objetivo:

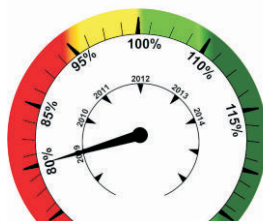
Promover o desenvolvimento social por meio de ações que contribuam para o respeito aos direitos humanos do cidadão.

Promover ações no sentido de preservar os recursos naturais, conscientizar as pessoas e reduzir o impacto ambiental das atividades do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Redução do consumo de papel;
- Redução do consumo de água;
- Redução do consumo de energia.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de atendimento à demanda.	Meta 12: Aumentar para 115% o atendimento à demanda até 2014.						Projetos 1) e 2) abaixo listados.
	Aprox. 80%	85%	95%	100%	110%	115%	



Meta 12

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto de Modernização da Infra-estrutura e de Segurança da Informação;
- 2) Projeto Modernização Administrativa e Desenvolvimento Institucional.
- 3) Projeto Disseminação de Valores Éticos e Morais;
- 4) Projeto Clima 2010.

Responsabilidade Social e Ambiental

Tema:

Responsabilidade Social e Ambiental

Objetivo Estratégico:

Potencializar ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos.

Descrição do Objetivo:

Promover o desenvolvimento social por meio de ações que contribuam para o respeito aos direitos humanos do cidadão.

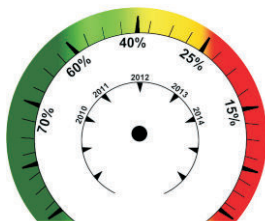
Promover ações no sentido de preservar os recursos naturais, conscientizar as pessoas e reduzir o impacto ambiental das atividades do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

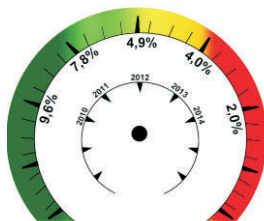
- Redução do consumo de papel;
- Redução do consumo de água;
- Redução do consumo de energia.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Redução do consumo de papel.	Meta 13: Reduzir em 70% o consumo de papel até 2014.						Projeto 1) e 2) abaixo listados.
	Não mensurado.	15%	25%	40%	60%	70%	
Redução do consumo de água.	Meta 14: Reduzir em 9,6% o consumo de água até 2014.						Projeto 1) e 2) abaixo listados.
	Não mensurado.	2,0%	4,0%	4,9%	7,8%	9,6%	
Redução do consumo de energia.	Meta 15: Reduzir em 12,4% o consumo de energia até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	Não mensurado.	2,0%	4,9%	7,8%	9,6%	12,4%	

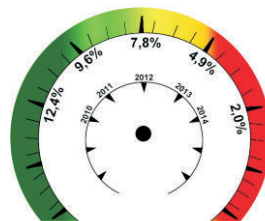




Meta 13



Meta 14



Meta 15

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto de Racionalização do Uso de Recursos;
- 2) Projeto Novas Construções.

Eficiência Operacional

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Reestruturar a Instituição, com vista na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre.

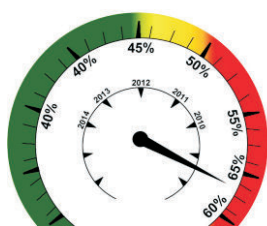
Descrição do Objetivo:

Reestruturar a instituição visando garantir a agilidade na tramitação dos processos judiciais e administrativos, a fim de assegurar a razoável duração do processo.

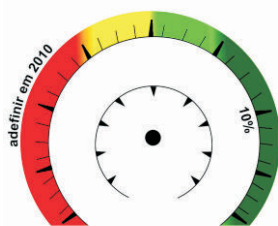
Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Taxa de Congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados);
- Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados);
- Índice de processos antigos;
- Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços;
- Eficiência operacional;
- Produtividade do magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados);
- Índice de agilidade na publicação dos acórdãos.

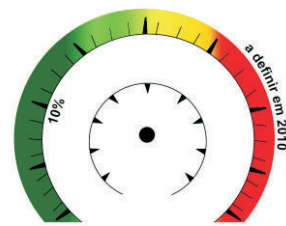
Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Taxa de congestionamento (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados).	Meta 16: Reduzir para 40% a taxa de congestionamento até 2014.						Projeto 2) abaixo listado.
	Entre 60% e 65%.	55%	50%	45%	40%	40%	
Índice de agilidade no julgamento (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados).	Meta 17: Aumentar em 10% o percentual de processos finalizados em até um ano, por instância, do protocolo à sentença (conhecimento) e do trânsito em julgado à baixa (execução), até 2014, em relação a 2009.						Projeto 2) abaixo listado.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	10%	
Índice de processos antigos.	Meta 18: Baixar para 10% o índice de processos antigos até 2014.						Projeto 2) abaixo listado.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	10%	
Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e serviços.	Meta 19: Obter 90% dos processos de aquisição de bens e serviços finalizados no prazo padrão, até 2014.						Projeto 2) abaixo listado.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	
Eficiência operacional.	Meta 20: Diminuir para R\$ 1.300 o valor da despesa por processo até 2014.						Projeto 1) e 2) abaixo listados.
	Estimado em R\$ 1.380,00.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	R\$ 1.300	
Produtividade do magistrado (conhecimento) e (1º grau, 2º grau, Tribunais Superiores, Turmas Recursais e Juizados).	Meta 21: Aumentar em 50% a produtividade do magistrado até 2014.						Projeto 2) abaixo listado.
	Não mensurado.	5%	10%	25%	40%	50%	
Índice de agilidade na publicação dos acórdãos.	Meta 22: Publicar 90% dos acórdãos dentro do prazo padrão até 2014.						Projeto 2) abaixo listado.
	90%	90%	90%	90%	90%	90%	



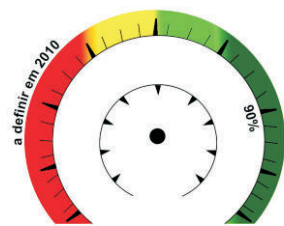
Meta 16



Meta 17



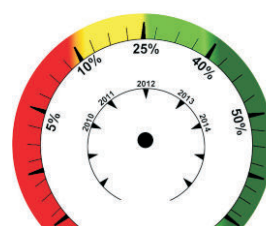
Meta 18



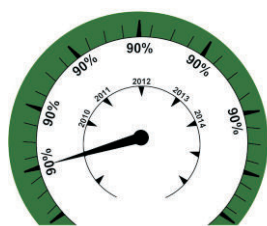
Meta 19



Meta 20



Meta 21



Meta 22

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto de Racionalização do Uso de Recursos;
- 2) Projeto Modernização Administrativa e Desenvolvimento Institucional.

Eficiência Operacional

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre.

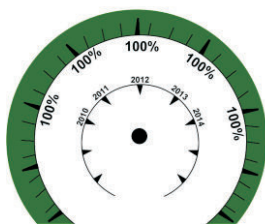
Descrição do Objetivo:

Garantir que a atuação das unidades do Poder Judiciário do Estado do Acre, bem como das suas divisões entre áreas meio e fim, seja baseada no planejamento estratégico do Poder Judiciário do Estado do Acre.

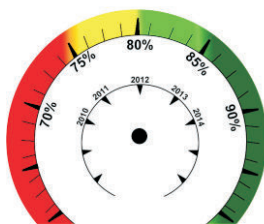
Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de gestão participativa;
- Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos;
- Índice de alcance das metas.

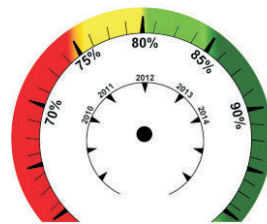
Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de gestão participativa.	Meta 23: 100% até 2014.						Não associado a projetos, mas a ações.
	Não mensurado.	100%	100%	100%	100%	100%	
Índice de sucesso na execução dos projetos estratégicos.	Meta 24: Obter 90% de sucesso na execução de projetos estratégicos até 2014.						Não associado a projetos, mas a ações.
	Não mensurado.	70%	70%	70%	70%	70%	
Índice de alcance das metas.	Meta 25: Alcançar 90% das metas até 2014.						Não associado a projetos, mas a ações.
	Não mensurado.	70%	75%	80%	85%	90%	



Meta 23



Meta 24



Meta 25

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto Aperfeiçoamento da Comunicação Interna e Externa do Poder Judiciário do Estado do Acre;
- 2) Projeto de Ampliação da Conexão das Redes entre Todas as Comarcas do Estado;
- 3) Projeto Implantação da Ouvidoria.

Eficiência Operacional

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Compartilhar as boas práticas com o Poder Judiciário Nacional.

Descrição do Objetivo:

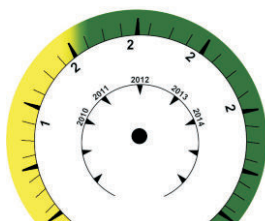
Fomentar a troca de experiências entre o Tribunal de Justiça do Acre e as demais instituições do Poder Judiciário Nacional.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

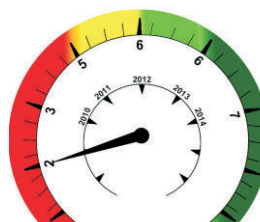
- Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário;
- Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário.



Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de aproveitamento das Boas Práticas de Gestão do Poder Judiciário.	Meta 26: Implantar pelo menos uma prática de outro tribunal publicada no Banco de Boas Práticas de Gestão do Judiciário em 2010 e duas práticas implantadas anualmente, de 2011 até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	Não mensurado.	1	2	2	2	2	
Índice de parcerias estratégicas internas ao Poder Judiciário.	Meta 27: Atualmente conta-se com 02 parcerias estratégicas: uma parceria estratégica na área de responsabilidade social com o TRE (concessão de títulos de eleitor) e outra com o TRT (cessão de espaço físico no interior do Estado). Para 2010, parceria com TJ de Pernambuco para concessão do sistema de carta precatória on line.						Projeto 1) abaixo listado.
	2	50% (3);	150% (5)	200% (6)	200% (6)	250% (7).	



Meta 26



Meta 27

Projetos Catalogados:

1) Projeto Gestão do Conhecimento.

Eficiência Operacional

Tema:

Eficiência Operacional.

Objetivo Estratégico:

Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça.

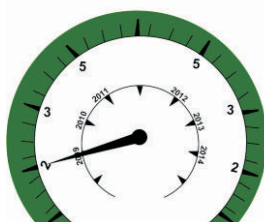
Descrição do Objetivo:

Valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais (imparcialidade, probidade, transparência) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Índice de promoção de valores éticos e morais

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de promoção de valores éticos e morais.	Meta 28: Manter o número de ações relacionadas à disseminação de valores éticos e morais em 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	2	3	5	5	3	2	



Projetos Catalogados:

- 1) Projeto Disseminação de Valores Éticos e Morais



Gestão de Pessoas

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Estimular e comprometer os magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas.

Descrição do Objetivo:

Elevar o nível de comprometimento, motivação e identidade institucional dos magistrados e servidores, para viabilizar a execução da estratégia.

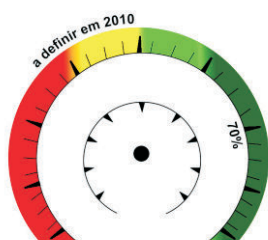
Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- índice do Clima Organizacional;
- índice do Clima Organizacional;
- índice do Clima Organizacional;

IndicadorMetaProjetos em andamento e novosLinha de base 20102011201220132014Índice do Clima

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice do Clima Organizacional .	Meta 29: Aumentar para 70% o índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014, ou 1 P.P. acima da média nacional (a maior das duas notas).						Projeto 1), 2), 4) e 5) abaixo listados.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	70% ou 1 pp acima da média nacional	
Índice de absenteísmo.	Meta 30: Reduzir para 3% o índice de absenteísmo até 2014.						Projeto 1), 2), 4) e 5) abaixo listados.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	3%	
Índice de prevenção de saúde.	Meta 31: Aumentar para 80% o índice de prevenção de saúde até 2014.						Projeto 3) abaixo listado.
	0	10%	30%	50%	65%	80%	

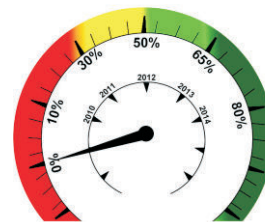




Meta 29



Meta 30



Meta 31

Projetos Catalogados:

- 1) projeto Gestão de Competências;
- 2) projeto Clima 2010;
- 3) projeto Saúde para Todos;
- 4) projeto Estimular o Relacionamento Interpessoal;
- 5) projeto Comprometer Magistrados e Servidores no Propósito do Planejamento Estratégico (Endomarketing).

Gestão de Pessoas

Tema:

Gestão de Pessoas.

Objetivo Estratégico:

Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Descrição do Objetivo:

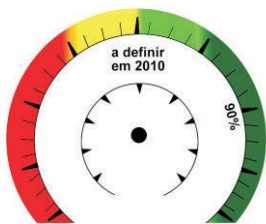
Facilitar e potencializar a capacitação dos servidores necessária para a completa prestação de serviço, no nível desejado pela sociedade.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

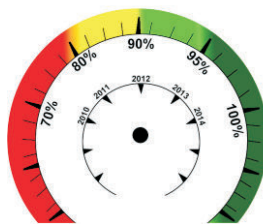
- Índice de capacitação nas competências estratégicas;
- índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação;
- percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação.



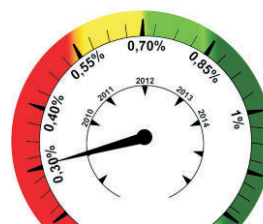
Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de capacitação nas competências estratégicas.	Meta 32: Aumentar para 90% o índice de capacitação nas competências estratégicas até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	90%	
Índice de atingimento do Plano Nacional de Capacitação.	Meta 33: Atender 100% dos itens do Plano Nacional de Capacitação até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	Não mensurado.	70%	80%	90%	95%	100%	
Percentual do orçamento de custeio aplicado em capacitação.	Meta 34: Aplicar 1% do valor do orçamento de custeio executado em capacitação até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	0,30%.	0,40%	0,55%	0,70%	0,85%	1%	



Meta 32



Meta 33



Meta 34

Projetos Catalogados:

- 1) Projeto Aperfeiçoamento Profissional dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.

Infraestrutura e Tecnologia

Tema:

Infra-estrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores.

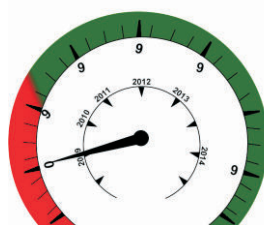
Descrição do Objetivo:

Proporcionar ferramentas, métodos e um ambiente propício para a troca de conhecimentos, habilidades e atitudes capazes de aumentar o potencial do alcance dos objetivos estratégicos.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- Quantidade de eventos de gestão do conhecimento.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Quantidade de eventos de gestão do conhecimento.	Meta 35: 3 reuniões anuais de GC para magistrados. 3 reuniões anuais de GC para servidores da área fim. 3 reuniões anuais de GC para servidores da área meio.						Projeto 1) abaixo listado.
	0	9*	9*	9*	9*	9*	



Projetos Catalogados:

- 1) Projeto Gestão do Conhecimento.



Infraestrutura e Tecnologia

Tema:

Infra-estrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

Garantir às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.

Descrição do Objetivo:

Prover os recursos materiais (instalações, mobiliários) que permitam o bom desempenho das unidades da justiça, a fim de garantir aos magistrados e servidores condições de trabalho com saúde e segurança, a proteção e a manutenção dos bens materiais e o adequado atendimento dos clientes do Poder Judiciário do Estado do Acre.

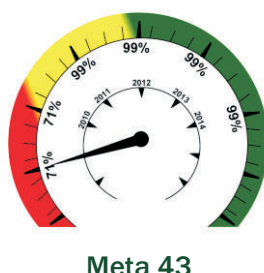
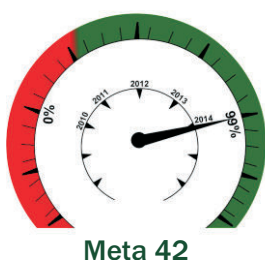
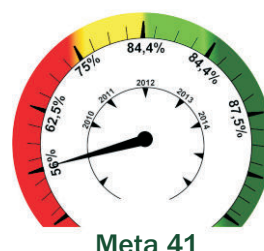
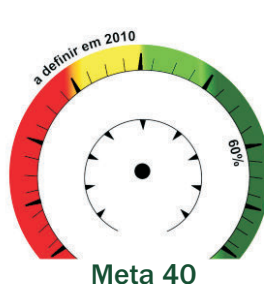
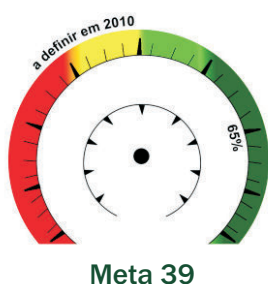
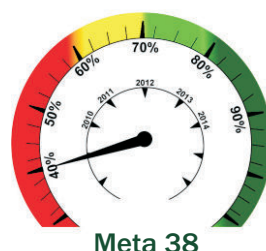
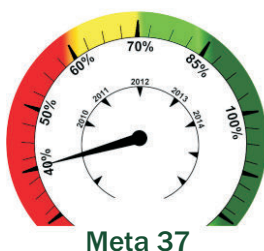
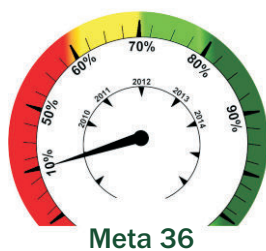
Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento, de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos equipamentos e sistemas essenciais à execução da estratégia (administrativos e judiciais).

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

- índice de virtualização dos processos novos;
- índice de aderência aos padrões mínimos de TI;
- índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica;
- índice de satisfação com as instalações físicas;
- índice de condições de trabalho;
- índice de aderência às metas do PETI;
- índice de disponibilidade de infra-estrutura de equipamentos de tecnologia;
- índice de disponibilidade de sistemas on-line.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Índice de virtualização dos processos novos.	Meta 36: Aumentar para 90% o índice de virtualização dos processos novos até 2014.						Projeto 1) e 5) abaixo listados.
	10%	50%	60%	70%	80%	90%	
Índice de aderência aos padrões mínimos de TI.	Meta 37: Atender a 100% dos padrões mínimos de TI até 2014.						Projeto 1) e 5) abaixo listados.
	40%	50%	60%	70%	85%	100%	
Índice de unidades com segurança armada e/ou eletrônica.	Meta 38: Aumentar para 90% as unidades consideradas seguras.						Projeto 1) e 5) abaixo listados.
	40%	50%	60%	70%	80%	90%	
Índice de satisfação com as instalações físicas.	Meta 39: Aumentar para 65% o índice de avaliações positivas sobre instalações físicas* até 2014.						Projeto 3) abaixo listado.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	65%	
Índice de condições de trabalho.	Meta 40: Atender 60% dos itens da norma sobre condições de trabalho ideais até 2014.						Projeto 3) abaixo listado.
	Não mensurado.	A definir.	A definir.	A definir.	A definir.	60%	
Índice de aderência às metas do PETI.	Meta 41: Alcançar 87,5% das metas até 2014.						Projeto 1) e 5) abaixo listados.
	56%	62,5%	75%	84,4%	84,4%	87,5%	
Índice de disponibilidade de infraestrutura de equipamentos de tecnologia.	Meta 42: Manter em 99% o índice de disponibilização de equipamentos até 2014.						Projeto 1) e 5) abaixo listados.
	99%	99%	99%	99%	99%	99%	
Índice de disponibilidade de sistemas on-line.	Meta 43: Aumentar para 99% o índice de disponibilização de sistemas até 2014.						Projeto 1) e 5) abaixo listados.
	71%.	71%.	99%	99%	99%	99%	





Projetos Catalogados:

- 1) projeto de Aperfeiçoamento da Infraestrutura Tecnológica e Modernização dos Sistemas de Informação;
- 2) projeto Padronização de Materiais de Consumo, Permanente e Comunicação Visual;
- 3) projeto Ergonomia;
- 4) projeto Novas Construções;
- 5) projeto de Modernização da Infraestrutura e de Segurança da Informação.

Orçamento

Tema:

Orçamento.

Objetivo Estratégico:

Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da instituição.

Descrição do Objetivo:

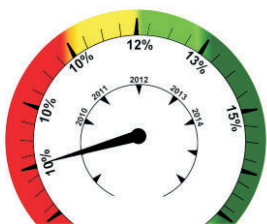
Planejar o orçamento de forma integrada, visando assegurar e gerir recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia.

Indicadores Relacionados ao Objetivo:

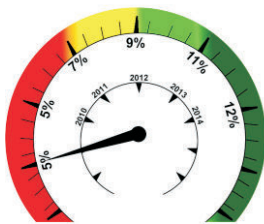
- eficiência na arrecadação de receitas;
- índice de orçamento estratégico;
- índice de execução do orçamento estratégico;
- índice de execução do orçamento disponibilizado.

Indicador	Meta						Projetos em andamento e novos
	Linha de base	2010	2011	2012	2013	2014	
Eficiência na arrecadação de receitas.	Meta 44: Aumentar para 15% a relação receitas/despesas até 2014.						Projeto 1) e 2) abaixo listado.
	10%	10%	10%	12%	13%	15%	
Índice de orçamento estratégico.	Meta 45: Disponibilizar 12% do valor do orçamento total para iniciativas estratégicas até 2014.						Projeto 1) abaixo listado.
	5%	5%	7%	9%	11%	12%	
Índice de execução do orçamento estratégico.	Meta 46: Aumentar para 99% o valor executado nas iniciativas estratégicas sobre o valor a ele alocado até 2014						Projeto 2) abaixo listado.
	Não mensurado.	80%	85%	90%	95%	99%	
Índice de execução do orçamento disponibilizado.	Meta 47: Aumentar para 100% o valor executado sobre o valor total do orçamento até 2014.						Projeto 2) abaixo listado.
	97%	98%	98%	99%	99%	100%	

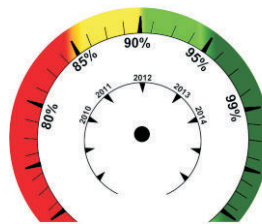




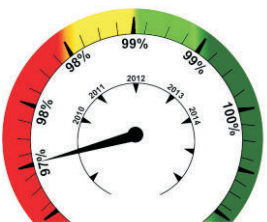
Meta 44



Meta 45



Meta 46



Meta 47

Projetos Catalogados:

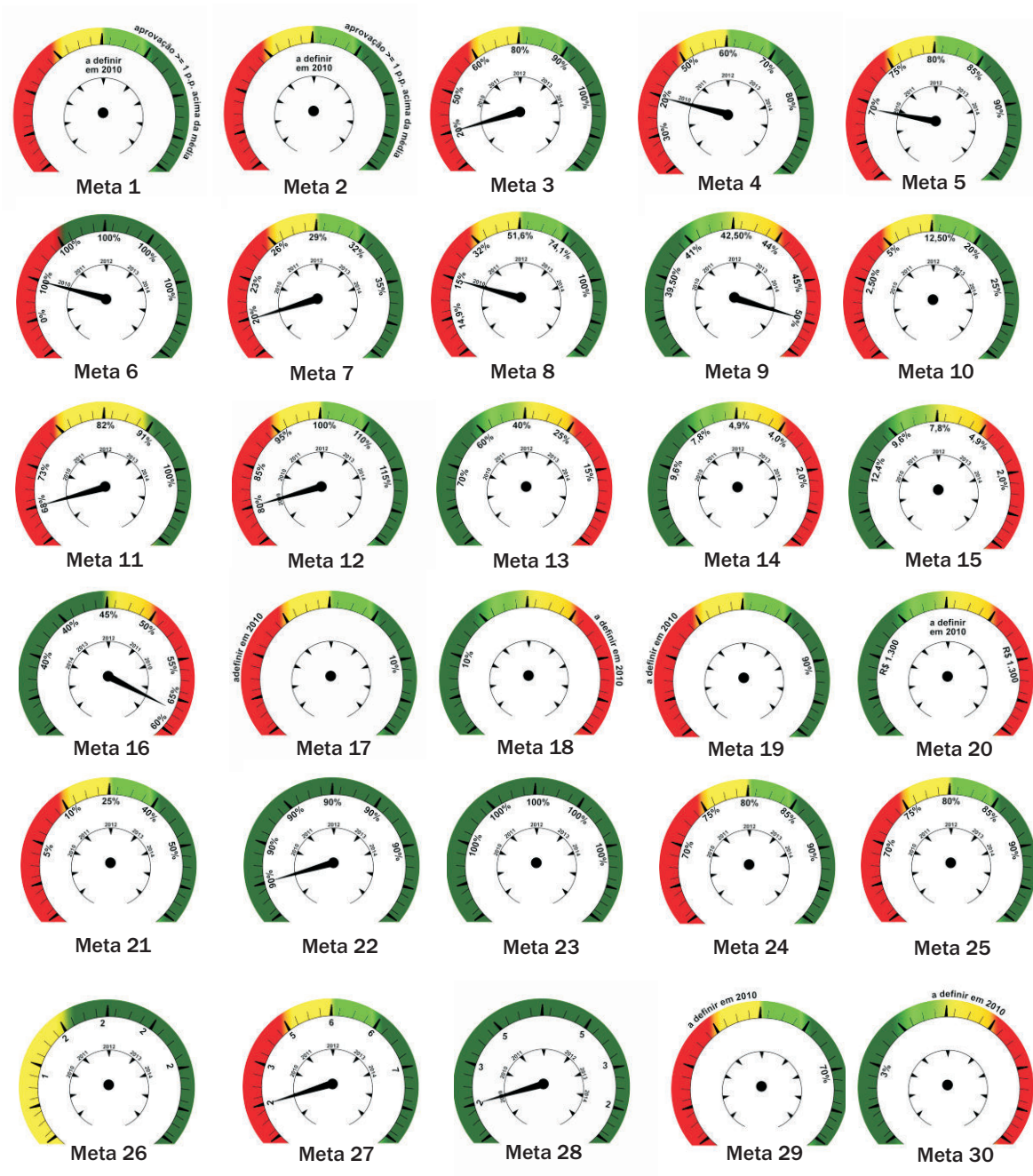
- 1) projeto de Descentralização da Execução Orçamentária;
- 2) projeto Maximização dos Recursos Orçamentários e Financeiros do Poder Judiciário.

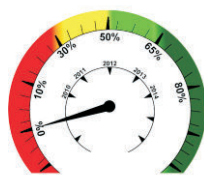


7. PAINEL DE BORDO DOS INDICADORES



Esse painel apresenta graficamente, todas as metas com suas evoluções a serem alcançadas no período estabelecido pelo Planejamento Estratégico.

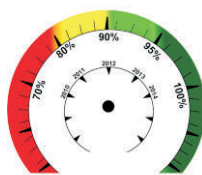




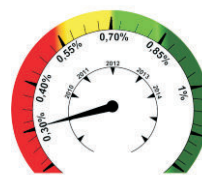
Meta 31



Meta 32



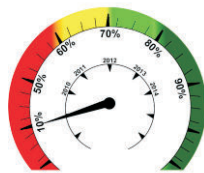
Meta 33



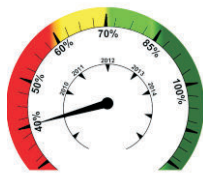
Meta 34



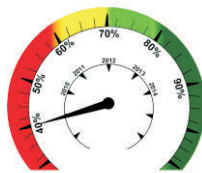
Meta 35



Meta 36



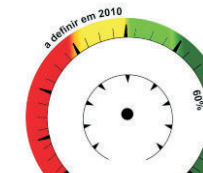
Meta 37



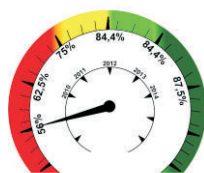
Meta 38



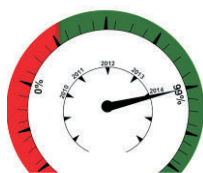
Meta 39



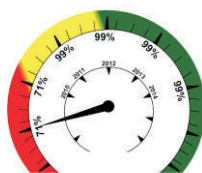
Meta 40



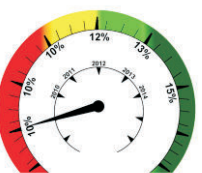
Meta 41



Meta 42



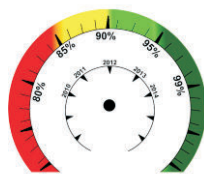
Meta 43



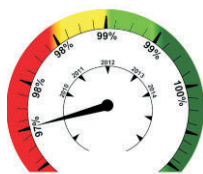
Meta 44



Meta 45



Meta 46



Meta 47



8. EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



A matriz por programa, onde estarão expressos os objetivos, metas, indicadores, projetos/ações e respectivos responsáveis pela implantação e operacionalização, abaixo proposta, parte da premissa de que, para cada tipo de programa, exista um segmento responsável para efetivá-lo, implementando processos que requeiram uma adequada ferramenta gerencial, capaz de produzir os efeitos desejados.

Para a execução do Planejamento o nível estratégico atuará nos alinhamentos e nas tomadas de decisões, o nível tático fará o detalhamento dos projetos identificados no Planejamento Estratégico, o gerenciamento, o monitoramento e ainda cuidará da articulação interna. O nível operacional ficará responsável pela execução das tarefas e operações cotidianas, sendo supervisionado pelo nível tático.

A pirâmide abaixo apresenta as entidades da instituição envolvidas no Planejamento, segmentadas pelos níveis de atuação e pelas atribuições que cada nível irá executar.

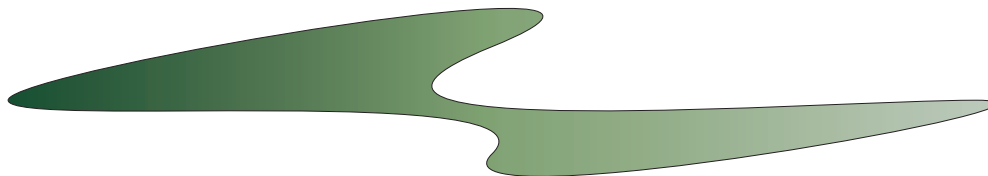


Figura 6 – Pirâmide de execução do Planejamento Estratégico





9. MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO DOS PROJETOS ESTRATÉGICOS



A matriz (figura 7) apresenta os 30 projetos estruturantes relacionados aos seus objetivos estratégicos e o nível de impacto do projeto no Planejamento Estratégico.

Os níveis foram definidos com o seguinte peso:

4 Muito Alto

3 Alto

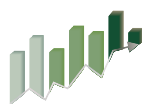
2 Médio

1 Baixo





MATRIZ DE PRIORIZAÇÃO

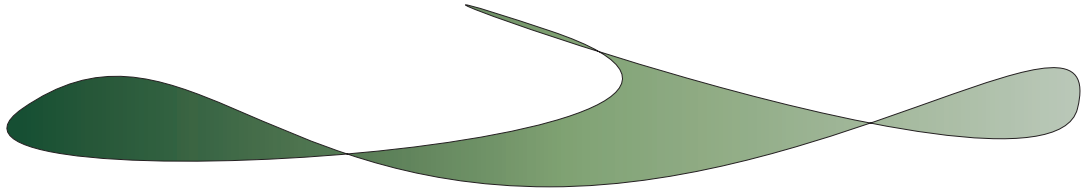


Sociedade										Processos Internos					Recursos							
Atuação Institucional										Eficiência Operacional					Gestão de Pessoas		Infraestrutura e Tecnologia		Orçamento			
1	2	3	4	5	6						7	8	9	10	11	12	13	14	15	16		
SOMATÓRIO										Potencializar Ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos	Poder Judiciário do Estado do Acre	Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre	Compartilhar boas práticas com o Poder Judiciário Nacional	Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça	Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciais	Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas	Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre	Fomentar o desenvolvimento e a difusão dos Magistrados e Servidores de conhecimentos, habilidades e atitudes	Garantir, às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada	Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição		
1	Projeto Novas Construções				4	4					4								4			
2	Projeto Modernização Administrativa e Desenvolvimento Institucional						4															
3	Projeto de Modernização da InfraEstrutura e de Segurança da Informação						4													4		
4	Projeto de Racionalização do Uso de Recursos											4										
5	Projeto Disseminação de Valores Éticos e Morais						2										2					
6	Projeto Aperfeiçoamento da Comunicação Interna e Externa do Poder Judiciário do Estado do Acre				3										3							
7	Projeto Clima 2010																	3				
8	Projeto Padronização de Materiais de Consumo, Permanente e Comunicação Visual				3															3		
9	Projeto Cidadão						3					3										
10	Projeto Eficiência no Uso dos Recursos						3					3										
11	Projeto Aperfeiçoamento Profissional dos Magistrados e Servidores do TIAC																		4			
12	Projeto Gestão do Conhecimento																2					
13	Projeto Implantação da Ouvidoria				2										2							
14	Projeto Maximização dos Recursos Orçamentários e Financeiros do Poder Judiciário																					4
15	Projeto Comprometer Magistrados e Servidores no Propósito do Planejamento Estratégico (Endomarketing)																	4				
16	Projeto Justiça Comunitária						2					2										
17	Projeto de Parcerias Estratégicas TIAC							3														
18	Projeto de Aperfeiçoamento da InfraEstrutura Tecnológica e Modernização dos Sistemas de Informação																				3	
19	Projeto de Ampliação da Conexão das Redes entre Todas as Comarcas do Estado																3					
20	Projeto Gestão de Competências																	3				
21	Projeto Saúde para Todos																	3				
22	Projeto Ergonomia																				3	
23	Projeto de Descentralização da Execução Orçamentária																					3
24	Projeto de Prevenção as Drogas						3															
25	Projeto Estimular o Relacionamento Interpessoal																	3				
26	Projeto Conhecendo Direito						3															
27	Projeto A Outra Vítima: Um outro olhar sobre os homens autores de violência intrafamiliar						2															
28	Projeto Vara de Violência Doméstica e Familiar Mais próximo da Vítima						2															
29	Projeto Começar de Novo						2															
30	Projeto Filhos do Coração						1															

LEGENDA

MUITO ALTO (7)
ALTO (15)
MÉDIO (7)
BAIXO (1)

10. DEMONSTRATIVO GRÁFICO DAS VARIÁVEIS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



Os gráficos apresentados nesse capítulo têm o objetivo de demonstrar uma análise de como o Planejamento Estratégico foi concebido e será executado.

Demonstração gráfica por perspectiva

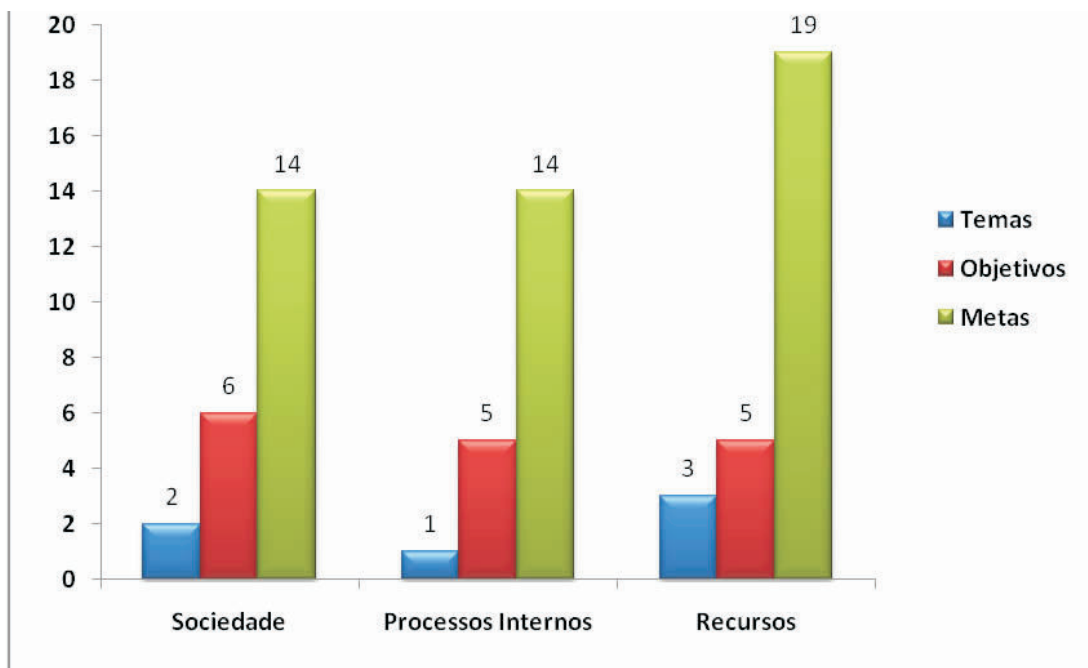


Gráfico 1 – Demonstração gráfica por perspectivas

Percentual de metas por perspectiva

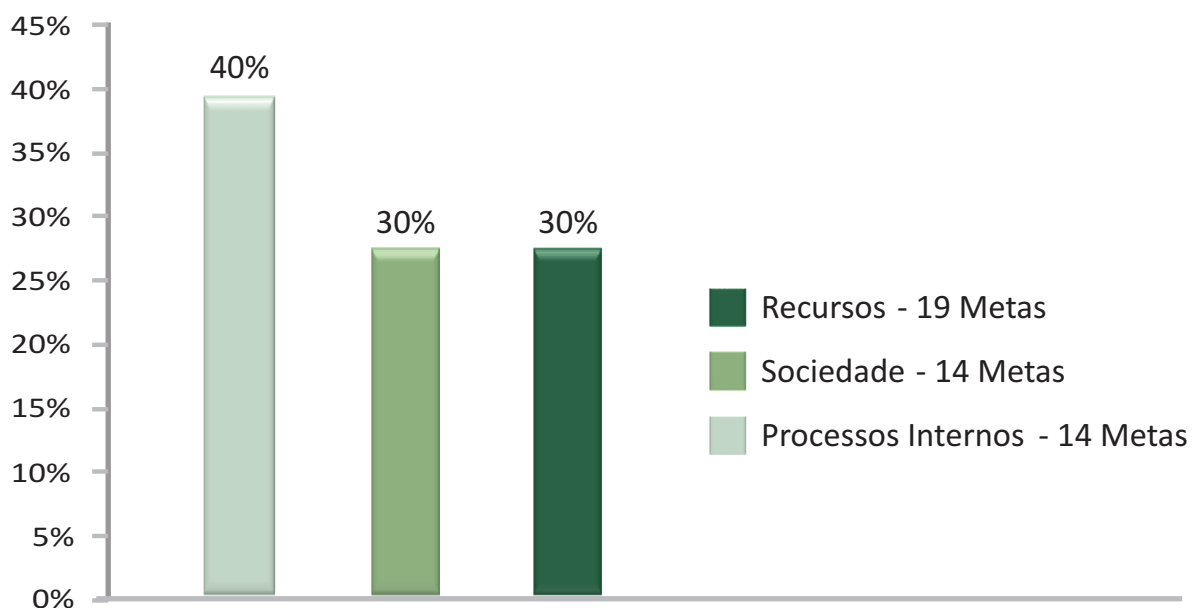


Gráfico 2 – Percentual de Metas por Perspectiva

O gráfico 2 mostra as 47 metas por perspectiva. A perspectiva recursos concentrou 40% das metas; a perspectiva processo interno concentrou 30%; a perspectiva sociedade 30%.

Quantitativo de metas por temas



Gráfico 3 –Quantitativo de Metas por Tema

O gráfico 3 apresenta as 47 metas estabelecidas no Poder Judiciário do Estado do Acre. Na perspectiva sociedade, o tema atuação institucional possui 11 metas e o tema responsabilidade social e ambiental, 3 metas. Na perspectiva processos internos, o tema eficiência operacional possui 14 metas e na perspectiva recursos o tema gestão de pessoas 6 metas, o tema infraestrutura e tecnologia possui 9 metas e o tema orçamento 4 metas.

Quantitativo de metas por objetivo

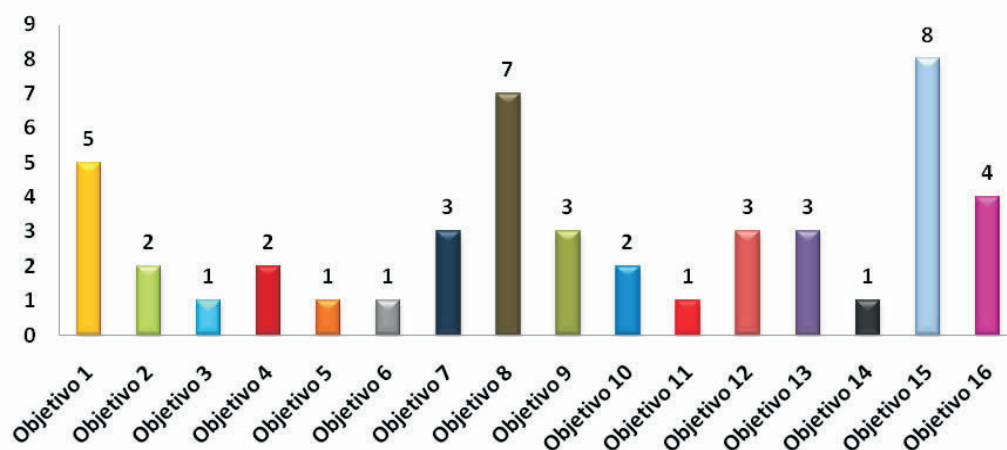


Gráfico 4 – Quantidade de Metas por Objetivo

O gráfico 4 apresenta a quantidade de metas distribuídas entre os objetivos estratégicos definidos para cada tema. No total foram definidas 47 metas, distribuídas em 16 objetivos estratégicos que atendem as demandas de 6 temas.

Os objetivos enumerados de 1 a 16 estão descritos na planilha Matriz de Priorização, à folha 144.

Quantitativo de propostas de projetos estruturantes

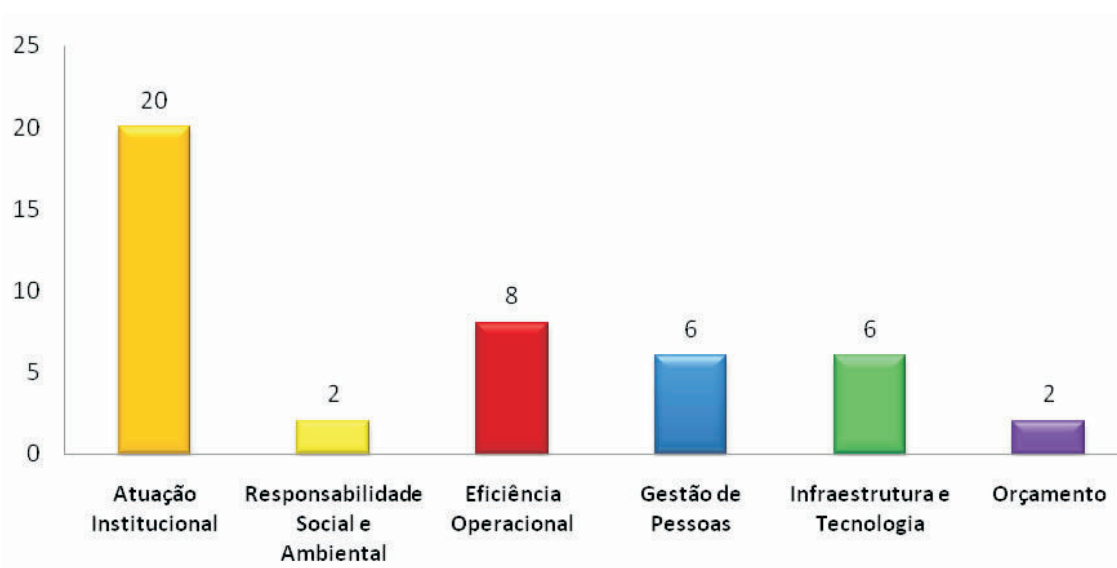


Gráfico 5 – Quantitativo de propostas de projetos estruturantes

Na etapa de diagnose foram coletadas 30 propostas de projetos estruturantes. Estas propostas possibilitaram um melhor direcionamento na definição dos objetivos estratégicos, metas, tema e consequentemente por perspectiva. O gráfico 5 apresenta o quantitativo de propostas por tema.

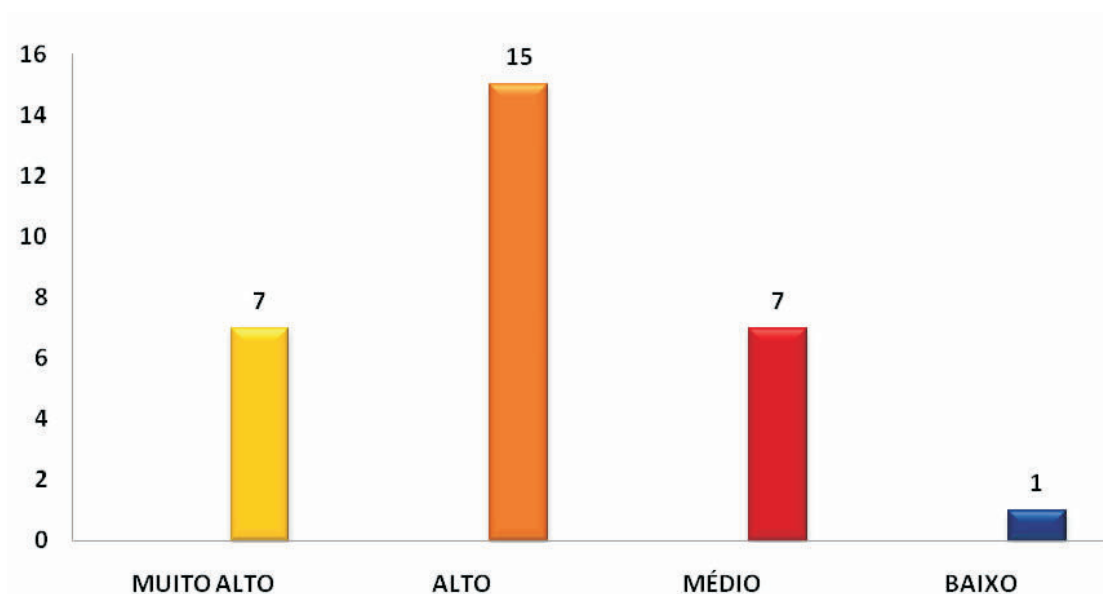
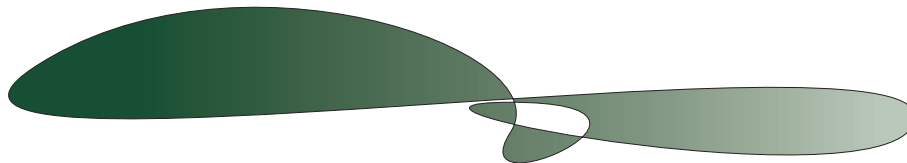


Gráfico 6 – Prioridade dos Projetos

O gráfico 6 apresenta o quantitativo de projetos estratégicos por prioridade de execução.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



O Planejamento Estratégico tornou-se o foco de atenção da alta administração das empresas e instituições na busca da obtenção de resultados eficazes e efetivos. Trata-se de um instrumento mais flexível que estimula os gestores a se concentrar no que há de mais relevante no atingimento de suas metas. É oportuno enfatizar que não se trata de movimento estanque dentro das organizações, mas de um instrumento dinâmico de gestão que possui decisões antecipadas relativas à linha de atuação a ser seguida no alcance dos objetivos propostos.

Espera-se, com o ponto de partida aqui delineado, atingir as metas perseguidas dentro do que se propõe.

A partir daqui, faz-se necessário criar um instrumento eficiente de controle de resultado direcionado e orientado por profissionais capacitados, com vivência positiva na área estratégica.

Os indicadores estratégicos definidos neste planejamento servirão de subsídios para que o Tribunal de Justiça do Estado do Acre crie em suas unidades de execução os projetos táticos operacionais juntamente com seus indicadores de aferição.

A principal determinante deste Planejamento Estratégico foi a constatação de que se precisa definir o funcionamento da instituição hoje para que, com base numa visão de futuro, se possa delinear uma estratégia de onde se quer chegar.

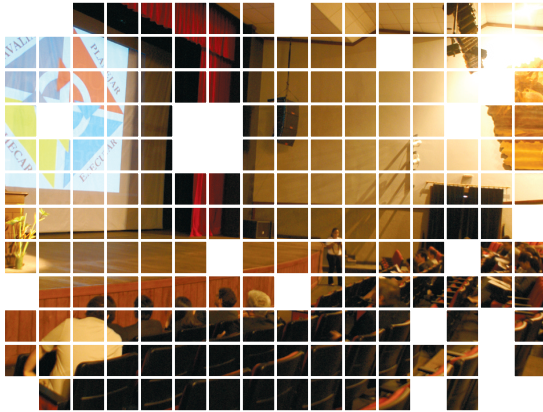
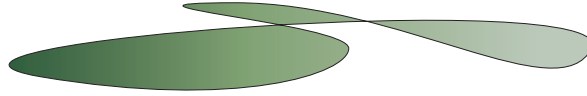
Salienta-se aqui a consciência das limitações de ordem prática a serem encontradas para se chegar aos resultados pretendidos. No entanto, espera-se contar com a participação de todos os envolvidos para o seu aprimoramento.

Com este Planejamento Estratégico, o TJAC espera marcar, em sua história, um sinal indelével de desenvolvimento cultural que preconizará um maior crescimento de todas as áreas, principalmente do bem estar de seus magistrados e servidores, cientes da otimização de suas ações em prol de uma resposta eficiente e eficaz aos anseios da sociedade como um todo.





Anexos





TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Aperfeiçoamento da comunicação interna e externa do Poder Judiciário do Estado do Acre	DATA DE INÍCIO : Jan. 2010 TÉRMINO PREVISTO: Dez. 2014	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social , visando reconhecimento, credibilidade e transparência.	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA I) Aumentar em 80% o nº de inserções institucionais na mídia até 2014. II) Obter 90% de matérias institucionais positivas na mídia até 2014.		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO I) Realizar pesquisa de avaliação da imagem institucional do Poder Judiciário do Acre, com a população em geral, os públicos estratégicos e os servidores; II) Elaborar e implantar política de comunicação social, com instituição de um plano de comunicação estratégica do Poder Judiciário do Acre, visando aprimorar a relação Judiciário-Imprensa-Sociedade (linhas de atuação: papel e iniciativas do Judiciário; informações processuais e administrativas; aproximação com os meios de comunicação; transparência e linguagem clara e acessível em todas as divulgações); III) Implantar órgão de ouvidoria, inclusive para recebimento de críticas e sugestões; IV) Institucionalizar e fortalecer os programas e projetos sociais do Poder Judiciário, por meio de plano de mídia estratégico (linhas de atuação: prestação de atendimento e serviços jurisdicionais; inclusão social e desenvolvimento; conscientização de direitos, deveres e valores do cidadão; infância e juventude; reinserção social de egressos).

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)	
3.1	Realização de uma pesquisa de avaliação da imagem institucional do Poder Judiciário do Acre, com indicadores referentes à população em geral, os públicos estratégicos e os servidores, por meio da contratação de Instituto de Pesquisa.
3.2	Estabelecimento de uma metodologia própria para execução periódica de pesquisa de avaliação da imagem institucional do Poder Judiciário.
3.3	Um modelo de comunicação social institucional moderno, participativo, integrado e alinhado à cultura organizacional do Poder Judiciário do Acre e à Resolução nº 85/2009 do Conselho Nacional de Justiça (recentemente editada para regulamentar o desenvolvimento e a execução de ações de comunicação social pelo Poder Judiciário em todo o país).
3.4	Portal na Internet como canal de comunicação e de transparência, com oferta de serviços padronizados, foco no jurisdicionado e acesso facilitado às informações processuais (excelência no atendimento virtual), além da publicação de informações administrativas de interesse público (receitas, despesas, orçamento, execução orçamentária);
3.5	Ouvidoria instituída como órgão da administração do Poder Judiciário, inclusive para recebimento de críticas e sugestões.
3.6	Plano de mídia estratégico para cada um dos projetos e programas sociais do Poder Judiciário (definição de objetivos, metas, estratégias e táticas comunicacionais com foco no público/jurisdicionado de interesse de cada projeto ou programa).

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Letícia Mamed	Assessora-Chefe de Comunicação Social	ASCOM
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1	I) Realizar pesquisa de avaliação da imagem institucional do Poder Judiciário do Acre, com a população em geral, os públicos estratégicos e os servidores;	Jan. 2010	Nov. 2010	9 meses
5.2	II) Elaborar e implantar política de comunicação social, com instituição de um plano de comunicação estratégica do Poder Judiciário do Acre;	Mar. 2010	Jan. 2011	10 meses
5.3	III) Implantar órgão de ouvidoria.	Mar. 2010	Dez. 2014	4 anos
5.4	VII) Institucionalizar e fortalecer os programas e projetos sociais do Poder Judiciário.	Fev. 2010	Dez. 2014	4 anos

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas Impacto dos projetos para o alcance do tema: Considerando que aprimorar a comunicação com o público interno e externo é um dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, os projetos apresentados estão de acordo com uma estratégia que visa fortalecer a imagem institucional do Judiciário Acreano junto aos jurisdicionados/sociedade, parceiros e colaboradores, bem como formadores e multiplicadores de opinião. A partir de uma imagem institucional fortalecida, o Poder Judiciário terá reafirmado os valores/conceitos de credibilidade e transparência. Consequências caso os projetos não sejam realizados: Desalinhamento do planejamento estratégico do Poder Judiciário, especialmente no que se refere à sua atuação institucional e comunicação com o público interno e externo.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA
A Vara de Violência Doméstica e Familiar mais próxima da Vítima	TÉRMINO PREVISTO:	[X] A - SOCIEDADE
		[] B - PROCESSOS INTERNOS
		[] C – RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores		1.2.1 – TEMA Atuação Institucional
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO

- Aparentamento da unidade, com vista ao atendimento *in-loco* à vítima;
- Criação de campanha publicitária para informação do serviço, conscientização e prevenção de violência doméstica;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Olivia Maria Alves Ribeiro	Juiza de Direito	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:

Mulheres vítimas de violência doméstica

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas: Diminuição da violência doméstica, na medida em que a vítima terá um pronto atendimento.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Médio

Consequências caso o projeto não seja realizado: Aumento dos casos de violência doméstica.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Saúde para Todos	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas	1.2.1 – TEMA Gestão de Pessoas	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO

- 1) Levantamento situacional da saúde dos Magistrados e Servidores: Realizar diagnóstico da saúde dos Magistrados e Servidores para direcionar as linhas de atuação por área de problema.
- 2) Implantação do Programa de Gerenciamento de Saúde Preventiva (BEM -ESTAR-BEM): Implantar um programa de atuação continuada balizado pelo diagnóstico situacional buscando a melhoria da saúde e qualidade de vida dos Magistrados e Servidores.
- 3) Realização de exames laboratoriais aos Magistrados e Servidores: Proporcionar com base na lei, os exames laboratoriais exigidos anualmente para os Magistrados e Servidores.
- 4) Revitalização do Centro Médico dos Servidores do Poder Judiciário: Melhorar a qualidade e ampliar as áreas de atuação dos atendimentos.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Vidal	Diretor de RH	Diretoria de Recursos Humanos
José Édson da Silva	Chefe de Seção	Centro Médico/DRH

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:
Presidência, Diretoria Geral e Diretoria de Recursos Humanos

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas: Promover mecanismos para melhorar a saúde de todos os Magistrados e Servidores buscando melhor eficiência no trabalho prestado à sociedade.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências, caso o projeto não seja realizado : A instituição continuará não conhecendo a saúde dos

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

seus Magistrados e Servidores, descumprirá o estabelecido em lei, com relação aos exames médicos periódicos e os serviços prestados pelo Centro Médico continuarão com índices altos de insatisfação

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Racionalização do Uso de Recursos	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☒ a - Sociedade ☐ b - Processos internos ☒ c - Recursos
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ES TRATÉGICO Reestruturar a Instituição, com vistas na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre Potencializar Ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos.	1.2.1 – TEMA Eficiência Operacional Responsabilidade social ambiental	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1) Elaboração de mecanismos para redução de energia elétrica (lâmpadas econômicas, sensores de movimento, sistema de energia solar, etc) para todas as comarcas usando conceitos da logística; 2) Elaboração de mecanismos para otimização do uso e reuso de águas; 3) Elaboração de mecanismos para racionalização do uso de combustível objetivando a otimização dos recursos usados; 4) Elaboração de mecanismos para racionalização do uso de telefones objetivando a otimização dos recursos; 5) Elaboração de um sistema de coleta seletiva do lixo, objetivando a reutilização do lixo (orgânico, resíduos sólidos e papel). 6) Elaboração de mecanismos para compensação da emissão do carbono.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Carlota	Diretora	Diretoria Administrativa
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Presidência do Tribunal, Diretoria Geral e Diretoria Administrativa.		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Redução dos custos operacionais com preservação do meio ambiente. Impacto do projeto para o alcance do tema: Muito Alto Redução do consumo e desperdício de energia elétrica, água, combustível e papel. Consequências caso o projeto não seja realizado: Elevação dos gastos e do impacto ao meio ambiente.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

Aumento gradativo do custo de energia elétrica, água, combustível e papel ocasionados pelo desperdício e crescente expansão dos serviços prestados.

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA
Projeto Padronização de Materiais de Consumo, Permanente e Comunicação Visual	TÉRMINO PREVISTO:	☒ a - Sociedade ☒ b - Processos internos ☐ c - Recursos
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO - Garantir, às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada - Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência		1.2.1 – TEMA Infraestrutura e Tecnologia Atuação institucional
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO
1) Elaboração de padronização dos materiais de consumo e permanente visando ergonomia, custo e qualidade; 2) Elaboração de padronização da comunicação visual do Poder Judiciário objetivando a qualidade na identidade visual da instituição e a otimização dos recursos; (Ex: documentos, veículos, prédios, placas, fachadas e etc...) 3) Elaboração de campanha de esclarecimentos e conscientização das padronizações;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Carlota	Diretora	Diretoria Administrativa
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Todos os setores e os jurisdicionados		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas : Dotar o Poder Judiciário com melhores materiais de consumo e permanente, eliminando o retrabalho, otimizando os recursos, melhorando as condições de trabalho e segurança dos magistrados e servidores, como também, aos jurisdicionados.
Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto Aumento da padronização dos bens e materiais permanentes e da comunicação visual.
Consequências caso o projeto não seja realizado : Continuar com o processo falho das compras dos materiais permanentes e de consumo, ausência da identidade visual e processo contínuo de doenças ocupacionais.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto implantação da ouvidoria	DATA DE INÍCIO : Jan. 2010 TÉRMINO PREVISTO: Dez. 2014	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO - Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência. - Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional Eficiência Operacional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO I) Implantação do órgão de ouvidoria no Tribunal de Justiça;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Des. Pedro	Presidente	Presidência
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Sociedade		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Considerando que aprimorar a comunicação com o público interno e externo é um dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, a criação da ouvidoria possibilitará um canal direto para que reclamações, sugestões, críticas e elogios, pertinentes ao Poder Judiciário, possam ser externadas.
Impacto dos projetos para o alcance do tema: Médio Consequências caso os projetos não sejam realizados: Muitas reclamações não serão externalizadas e o Poder Judiciário não poderá ter conhecimento para tomada de decisão.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Novas Construções	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO 1. Garantir, às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada. 2. Assegurar, ao cidadão, o acesso à Justiça. 3. Potencializar Ações na área de responsabilidade social e ambiental, promovendo o uso sustentável de recursos	1.2.1 – TEMA Infraestrutura e Tecnologia Atuação Institucional Responsabilidade Social e Ambiental	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO Construir ou reformar unidades do poder judiciário estadual: 1) Sede do Tribunal de Justiça 2) Fórum da Comarca de Feijó. 3) Fórum da Comarca de Assis Brasil. 4) Complexos do Poder Judiciário Rio Branco e Cruzeiro do Sul. Comarcas não instaladas: 5) Fórum da Comarca de Marechal Thaumaturgo. 6) Fórum da Comarca de Jordão. 7) Fórum da Comarca de Santa Rosa. 8) Fórum da Comarca de Porto Acre. Essas novas construções obedecem padrões de eficiência energética, reaproveitamento de águas pluviais, economia de água, entre outras.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Carlota	Diretora	Diretoria Administrativa
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Presidência do Tribunal, Diretoria Geral do Tribunal e Diretoria dos Foros das Comarcas.		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas : As unidades do Poder Judiciário estão instaladas em prédios com ausência de padrões (exemplos: comunicação visual, ergonomia, acessibilidade, etc...), as infraestruturas são precárias, custosas, geograficamente distantes, limitadas às expansões e dificultando a implantação de dispositivos de racionalização de recursos naturais.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Muito Alto

Consequências caso o projeto não seja realizado:

Ineficácia na prestação jurisdicional, pelo prejuízo operacional da falta de infraestrutura e pela dificuldade de acesso do público às unidades ocasionando custo operacional elevado.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Modernização Administrativa e Desenvolvimento Institucional	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA [] a - Sociedade [x] b - Processos internos [] c - Recursos
	TÉRMINO PREVISTO:	
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Reestruturar a Instituição, com vistas na otimização de recursos e processos do Poder Judiciário do Estado do Acre		1.2.1 – TEMA Eficiência Operacional
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO
1) Revisão de toda a estrutura organizacional do Poder Judiciário; 2) Revisão e consolidação das normas disciplinadoras dos cargos, funções e remunerações; 3) Revisão dos fluxos e processos da área meio; 4) Revisão dos fluxos e processos da área fim; 5) Elaboração da Política de utilização da Gestão Eletrônica de Documentos (GED).

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Carlos Afonso	Diretor	Diretoria Geral
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Presidência do Tribunal, Diretoria Geral e Diretoria Administrativa , Corregedoria		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: O projeto tem como objetivo a revisão de toda a estrutura organizacional, que hoje é anacrônica e ineficiente, bem como a revisão dos fluxos e processos das áreas meio e fim.
Impacto do projeto para o alcance do tema: Muito Alto
Consequências, caso o projeto não seja realizado: Continuação dos fluxos e processos ineficientes, bem como a estrutura organizacional anacrônica.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Gestão do Conhecimento	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA
	TÉRMINO PREVISTO:	☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ES TRATÉGICO		1.2.1 – TEMA
1. Compartilhar as boas práticas com Poder Judiciário Nacional 2. Fomentar o desenvolvimento e a difusão de conhecimentos, habilidades e atitudes dos Magistrados e Servidores		Eficiência Operacional Infraestrutura e Tecnologia
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO
- Estabelecer mecanismos para a socialização do conhecimento explícitos (documentados) e a externalização, e documentação de conhecimentos tácitos (na mente das pessoas). - Disseminação de conhecimento através de métodos virtuais;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Desa. Eva Evangelista	Diretora	Esmac
Des. Samoel	Corregedor	Corregedoria
Júnior	Assessor	Núcleo Estratégico
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Poder Judiciário		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Fomentar o desenvolvimento e a difusão do conhecimento, habilidade e atitudes dos magistrados e servidores com vista no aprendizado e crescimento da instituição. Impacto do projeto para o alcance do tema: Médio Consequências caso o projeto não seja realizado: Retardo do aprendizado e crescimento da instituição.

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Gestão de Competência	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário no Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas		1.2.1 – TEMA Gestão de Pessoas
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO

1. Mapeamento de competências institucionais e funcionais: Criar projeto para mapeamento das competências institucionais e funcionais das áreas de trabalho, proporcionando melhor desempenho das unidades, com servidores hábeis para execução das tarefas referentes ao cargo.
2. Implantação de avaliação de desempenho: Elaborar projeto para a implantação de avaliação de desempenho nas áreas judiciais e administrativas dos servidores que estão em período de estágio probatório, como também, para os servidores estáveis, objetivando melhorar o banco de talentos.
3. Implementação da gestão de competência: Implantar a gestão de competência, estimulando a nomeação de servidores em cargos através de recrutamento e seleção interna com base no banco de talentos.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Vidal	Diretor	Diretoria de Recursos Humanos

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:

Todas as unidades

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas: A gestão de competência proporcionará mudança organizacional fazendo com que equipes sejam formadas por pessoas que tenham conhecimento, habilidade e atitude para melhor desempenho das tarefas.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências, caso o projeto não seja realizado : A instituição continuará desperdiçando seus talentos dificultando o cumprimento das metas estabelecidas pelo planejamento estratégico.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Estimular o Relacionamento interpessoal	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas	1.2.1 – TEMA Gestão de Pessoas	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO

- 1) Maratona do Judiciário: Criar a maratona do judiciário envolvendo as justças do Estado do Acre com os Magistrados, Servidores e Terceirizados, cujo objetivo será de proporcionar a integração das instituições, dos colaboradores e dos familiares visando a melhoria do relacionamento interpessoal e a qualidade de vida.
- 2) Promoção da integração da família dos Magistrados e Servidores com o Judiciário: Promover projetos que estimule a participação dos familiares com a instituição com incentivo a premiações.
- 3) Realização de eventos nas datas comemorativas: Realizar eventos motivacionais com o intuito de promover a interação dos Magistrados, Servidores e familiares.
- 4) Interação dos Magistrados e Servidores entre as comarcas: Promover eventos para integração dos Servidores entre as comarcas.
- 5) Interação entre chefes e subordinados: Promover a interação entre chefes e subordinados visando a melhoria do relacionamento interpessoal nas unidades de trabalho.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS (stakeholders)

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Todos os setores		Todos os setores

CLIENTES BENEFICIÁRIOS: (quem da aceite final do projeto)

Presidência, Diretoria Geral e Diretoria de Recursos Humanos, Sinspjac, Asmac, Comunicação Social

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas: Irá proporcionar um melhor relacionamento inter -familiar, interpessoal, inter -setorial e inter -institucional.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências, caso o projeto não seja realizado : A instituição não promoverá a integração dos Magistrados e Servidores com as justiças estaduais e os familiares na busca de um melhor relacionamento interpessoal.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Eficiência no Uso de Recursos	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO 1. Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos financeiros do TJAC, garantindo a execução orçamentária da instituição	1.2.1 – TEMA Orçamento	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1) Acompanhamento dos resultados em redução de despesas correntes do Tribunal e Comarcas.
--

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Amanda	Diretora	Diretoria de Finanças

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:
 Presidência, Diretoria Geral, Diretoria de Finanças, Diretoria de Planejamento e Orçamento.

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas: Acompanhar a evolução da redução dos gastos visando assegurar o uso eficiente dos recursos.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências caso o projeto não seja realizado:

Continuação de desperdícios e uso inadequado e ineficiente dos recursos.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Comprometer magistrados e servidores no propósito do planejamento estratégico	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO - Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas - Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência	1.2.1 – TEMA Gestão de Pessoas Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1) Desenvolver mecanismos de difusão dos projetos e as ações estratégicas para que os magistrados e servidores não só tenham conhecimento do que está sendo feito, como também, participem com motivação e acreditem no escopo do planejamento estratégico. (Endomarketing)

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS (stakeholders)		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Júnior	Assessor	Núcleo
Vidal	Diretor	Diretoria de Recursos Humanos
Letícia	Assessora	ASCOM
CLIENTES BENEFICIÁRIOS: (quem da aceite final do projeto)		
Magistrados, servidores e terceirizados		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Criar condições propícias que levem ao sucesso do planejamento estratégico.
Impacto do projeto para o alcance do tema: Muito Alto
Consequências, caso o projeto não seja realizado : haverá dificuldade na execução de todos os projetos estratégicos.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Clima 2010	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Estimular e comprometer os Magistrados e Servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre no cumprimento das ações estratégicas	1.2.1 – TEMA Gestão de Pessoas	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1) Realização de Pesquisa de Clima: Realizar pesquisa de clima organizacional para diagnosticar os problemas e elaborar plano de ação para a melhoria do mesmo. 2) Criação de um Newsletter do Judiciário: Criar um Newsletter interno para incentivar a interação entre os Magistrados e Servidores com assuntos em comuns. 3) Criação de ambientes agradáveis: Estimular as unidades de trabalho a criar ambientes favoráveis ao bom clima organizacional.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Vidal	Diretor	Diretoria de Recursos Humanos
CLIENTES BENEFICIÁRIOS: (órgãos de interesse)		
Presidência, Diretoria Geral, Diretoria de RH, Comunicação Social, Sinspjac e Asmac,		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Os projetos elencados foram pensados no sentido de diagnosticar o clima organizacional, por não existir nenhum parâmetro para análise e para implementar ações no sentido de melhorar o clima.
Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto
Consequências, caso o projeto não seja realizado : Não teria como diagnosticar o atual clima organizacional e as ações que poderiam ser implementadas seriam ações isoladas sem objetivo coletivo.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Aperfeiçoamento da comunicação interna e externa do Poder Judiciário do Estado do Acre	DATA DE INÍCIO : Jan. 2010 TÉRMINO PREVISTO: Dez. 2014	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO - Aprimorar a imagem interna e externa da Instituição e a comunicação social, visando reconhecimento, credibilidade e transparência. - Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional Eficiência Operacional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA I) Aumentar em 80% o nº de inserções institucionais na mídia até 2014. II) Obter 90% de matérias institucionais positivas na mídia até 2014.		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO	I) Realização de pesquisa de imagem institucional do Poder Judiciário com a população em geral, o público os estratégicos e os servidores, para avaliação; II) Elaboração e implantação de política de comunicação social, visando aprimorar a relação Judiciário -Imprensa-Sociedade; III) Elaboração de um plano estratégico de mídia, com vistas à maximização da publicidade dos projetos do Poder Judiciário.
-------------------------------	--

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Letícia Mamed	Assessora-Chefe de Comunicação Social	ASCOM

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:

Poder Judiciário do Estado do Acre

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
------	-----------	--------	-----------	---------

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas: Considerando que aprimorar a comunicação com o público interno e externo é um dos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, os projetos apresentados estão de acordo com uma estratégia que visa fortalecer a imagem institucional do Judiciário Acreano junto aos jurisdicionados/sociedade, parceiros e colaboradores, bem como formadores e multiplicadores de opinião. A partir de uma imagem institucional fortalecida, o Poder Judiciário terá reafirmado os valores/conceitos de credibilidade e transparência.

Impacto dos projetos para o alcance do tema: Alto

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

Consequências, caso os projetos não sejam realizados:

Desalinhamento do planejamento estratégico do Poder Judiciário, especialmente no que se refere à sua atuação institucional e comunicação com o público interno e externo.

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Justiça Comunitária	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA [X] A - SOCIEDADE [] B - PROCESSOS INTERNOS [] C - RECURSOS
	TÉRMINO PREVISTO:	
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO - Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores. - Assegurar, ao cidadão, o acesso à Justiça		1.2.1 – TEMA Atuação Institucional
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO - Ampliação das ações de empoderamento da comunidade na resolução dos conflitos.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Desa. Eva Evangelista	Coordenadora	Gabinete
Dra. Mirla Regina	Juíza	3. Juizado Especial Cível
Dra. Solange	Juíza	1. Juizado Especial Cível
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
As comunidades		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Com o propósito de aproximar a justiça ao cidadão, promovendo a conscientização dos direitos e assistência jurídica no próprio bairro. Impacto do projeto para o alcance do tema: Médio Consequências caso o projeto não seja realizado: Existência de lides latentes, que não são levadas a apreciação do judiciário e prejudicam a boa convivência entre as pessoas.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto cidadão	DATA DE INÍCIO : 01/01/2010	PERSPECTIVA [X] A - SOCIEDADE [] B - PROCESSOS INTERNOS [] C - RECURSOS
	TÉRMINO PREVISTO: 31/12/2010	
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO - Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores. - Assegurar, ao cidadão, o acesso à Justiça		1.2.1 – TEMA Atuação Institucional
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO - Prestação de serviços jurisdicionais em áreas rurais e urbanas objetivando a amplitude de atuação do Projeto Cidadão.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Des. Arquilau de Castro Melo	Coordenador do Projeto Cidadão	
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Pessoas que residem bairros periféricos e áreas de invasão, ribeirinhos, seringueiros, extrativistas, agricultores, indígenas e demais povos da floresta.		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: O Estado do Acre, situado na Região Norte do Brasil (Amazônia Legal), possui uma extensão territorial de 164.21km² e uma população estimada em 686.652 habitantes (estimativa BGE 2006) distribuída em 22 municípios. Alguns desses municípios são desprovidos da atuação eficiente dos órgãos públicos, em razão das dificuldades geográficas, característica pitoresca de regiões situadas em áreas de densas florestas. Portanto parte das populações que residem em bairros periféricos nas cidades, bem como, às que vivem em áreas de florestas, não têm acesso fácil aos serviços jurisdicionais. A fim de proporcionar à população acesso rápido e desburocratizado àqueles serviços necessário se faz realizar mutirões que percorram as áreas mais inóspitas e carentes, visando prestar de forma eficiente os serviços do judiciário acreano.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências caso o projeto não seja realizado : Dificuldade do acesso dos jurisdicionados à Justiça nas localidades que estão desprovidas dos seus serviços.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Programa de Prevenção as drogas	DATA DE INÍCIO 01-01-2010: TÉRMINO PREVISTO 31-01-2010:	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO –

- Elaboração de ações preventivas contra o uso de drogas;
- Criação de programa de capacitação dos multiplicadores;
- Aparelhamento das unidades de combate ao uso de drogas.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Dr. Elcio	Juiz	Vara de Delitos de Tóxicos e Acidente de Trânsito

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:

SOCIEDADE

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas : Prevenir o avanço do uso de drogas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas entre às crianças e adolescentes no Estado do Acre.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências caso o projeto não seja realizado : Avanço do uso de drogas lícitas (álcool e tabaco) e ilícitas, tendo em vista a inexistência de Políticas Públicas locais voltadas a este tema

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto conhecendo direito	DATA DE INÍCIO TÉRMINO PREVISTO	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO –

- Elaboração de ações que visem a difusão dos direitos e deveres junto aos estudantes e família;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Dr. Elcio	Juiz	Vara de Delitos de Tóxicos e Acidente de Trânsito

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:

Escolas, alunos e famílias

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas : Tornar a sociedade mais organizada e consciente dos seus direitos.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências caso o projeto não seja realizado : Manutenção do estado de desconhecimento de temas relacionados ao dia-a-dia do cidadão.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO– TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Filhos do Coração	DATA DE INÍCIO: TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO

- Elaboração de campanha para esclarecimento e orientação aos pretendentes à adoção sobre o trâmite burocrático dos processos de habilitação e pedido de adoção.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Romário Divino Faria	Juiz	Juizado da Infância e Adolescência

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:

Juiza da Infância e Adolescência e Crianças em processo de adoção

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas Reduzir no Estado os riscos de uma adoção irregular, e assegurar a inserção de crianças em famílias substitutas que efetivamente lhes garantam proteção e futuro saudável e promissor

Impacto do projeto para o alcance do tema : Baixo

Consequências caso o projeto não seja realizado : adoções realizadas de forma irregular, ou sem, a devida orientação psicossocial, dificultando o processo de adaptação da criança a nova família.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Começar de Novo	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
- O QUE SERÁ FEITO - Elaboração de mecanismo de avaliação na execução das medidas socioeducativas nos Juizados da Infância e da Juventude, mediante os princípios e métodos da Justiça Restaurativa. - Criação de condições para sistematizar e difundir a metodologia necessária à implantação da Justiça Restaurativa. - Elaboração de ações para reinserção social de egressos do sistema penitenciário, (resolução 96 do CNJ) - Mecanismos de reabilitação de pessoas que tenham sofrido penas alternativas. - Criação de condições a implantação da Justiça Terapêutica.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Romário Divino Faria	Juiz	Juizado da Infância e Adolescência
Maha Manasfi	Juíza	Vara de Execuções Penais
Elcio Sabo	Juiz	Vara de Delitos de Tóxicos e Acidentes de Trânsito
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Juiz da Infância e Adolescência e Crianças e Adolescentes autores de atos infracionais.		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas : A Justiça Restaurativa baseia-se num procedimento de consenso, em que a vítima e o infrator, e, quando apropriado, outras pessoas ou membros da comunidade afetados pelo crime, como sujeitos centrais, participam coletiva e ativamente na construção de soluções para a restauração dos traumas e perdas causados pelo crime.
Impacto do projeto para o alcance do tema : Médio
Consequências caso o projeto não seja realizado : Não redução do índice de reincidência do menor infrator.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Programa de Disseminação de Valores Éticos e Morais	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Promover a incorporação de valores éticos e morais nos atores integrantes do Sistema de Justiça	1.2.1 – TEMA Eficiência Operacional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1. Criação do Código de Ética: Criar o código de ética dos servidores do Poder Judiciário para que todos tenham conhecimento, de uma forma clara, de seus direitos e deveres. 2. Implantação de campanha de disseminação de valores éticos e morais: Criar campanha de disseminação dos valores éticos e morais para os magistrados e servidores.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Des. Pedro	Presidente	Presidência
Vidal	Diretor	Diretoria de Recursos Humanos
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Todas as unidades		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: A disseminação dos valores éticos e morais proporcionará melhorias na cultura organizacional da instituição.
Impacto do projeto para o alcance do tema: Médio
Consequências, caso o projeto não seja realizado : A continuidade de uma cultura organizacional com conflitos de valores.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

00001 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Parcerias Estratégicas do Poder Judiciário	DATA DE INÍCIO : Janeiro de 2010 TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Fortalecer as relações com os demais Poderes, Instituições e Setores	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO - Acompanhamento dos orçamentos de órgãos de entidades da administração pública (União, Estados e Municípios), enquanto fontes financiadoras de projetos/programas, para captação de recursos; - Identificação e priorização das possibilidades de parcerias estratégicas, com ou sem transferências de recursos, dentro das várias áreas de atuação delineadas no Mapa Estratégico (social, ambiental, institucional), junto aos órgãos públicos ou entidades privadas; - Ampliação e capacitação da equipe técnica e reaparelhamento da Diretoria de Planejamento e Orçamento; - Institucionalização dos projetos/programas desenvolvidos no âmbito do Poder Judiciário, fortalecendo e dando visibilidade no orçamento; - Avaliação do portfólio de parcerias existentes, balanceando-as de acordo com os objetivos estratégicos traçados pela Instituição.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Ana Shirley	Diretora	Diretoria de Planejamento e Orçamento
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Poder Judiciário		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas A formação de parcerias estratégicas, com ou sem transferências de recursos, é essencial para fortalecer as relações com os demais poderes, entidades e instituições visando a consecução das metas e objetivos traçados no plano estratégico.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

Impacto do projeto para o alcance da tema: Alto

Conseqüências caso o projeto não seja realizado : A ausência de formação de parcerias dificulta ou inviabiliza o desenvolvimento de projetos/programas, em razão da necessidade de se buscar recursos financeiro, técnicos ou humanos, tornando-os dispendiosos para a instituição, o que muitas vezes inviabiliza tais ações.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO: Modernização d Infra-estrutura e de Segurança da Informação.	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA: ☐ A - SOCIEDADE ☒ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C – RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO : Garantir, às unidades do Judiciário, infra-estrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.	1.2.1 – TEMA: Infra-estrutura e Tecnologia.	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA:		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 – O QUE SERÁ FEITO: - Ampliação e reformulação de política de segurança informacional; - Avaliação técnica dos equipamentos lógicos do parque computacional; - Estudo de novas tecnologias para aperfeiçoamento das audiências; - Controle do uso de softwares; - Modernização do Poder Judiciário com tecnologia da informação.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes):	Cargo/Função:	Lotação:
Roberto Romanholo	Diretor	Diretoria de Tecnologia da Informação
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Clientes internos e a própria sociedade		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO:	INÍCIO:	CONCLUSÃO:	DURAÇÃO:
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Melhoria direta na atuação do juiz nos processos e aumento da rapidez de decisões, com virtualização de audiências e trabalhos aos jurisdicionados.
Impacto do projeto para o alcance do tema: Muito alto
Consequências, caso o projeto não seja realizado : Aumento do tempo de atendimento aos jurisdicionados e o atraso de processos.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Maximização dos recursos orçamentários e financeiros do Poder Judiciário	DATA DE INÍCIO : Janeiro de 2010 TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição	1.2.1 – TEMA Orçamento	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO - Criação de mecanismos para o cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentária inerente ao percentual das receitas destinadas a formação do orçamento do Poder Judiciário;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Ana Shirley	Diretora	Diretoria de Planejamento e Orçamento
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Poder Judiciário		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas : Com a criação de novos mecanismos para o cumprimento do repasse da receita o Poder Judiciário terá condições financeiras de efetivar suas estratégias definidas no planejamento estratégico.
Impacto do projeto para o alcance da tema: Muito Alto
Consequências caso o projeto não seja realizado : O orçamento poderá sofrer restrições que impliquem prejuízo à efetivação do planejamento estratégico.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Descentralização da Execução Orçamentária do Poder Judiciário	DATA DE INÍCIO : Janeiro de 2010 TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Gerir e assegurar, eficientemente, os recursos do Poder Judiciário, garantindo a execução orçamentária da Instituição	1.2.1 – TEMA Orçamento	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO - Implantação do orçamento participativo;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Ana Shirley	Diretora	Diretoria de Planejamento e Orçamento
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Poder Judiciário		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas A descentralização da execução orçamentária dará visibilidade à apropriação de custos das unidades gestoras e garantirá o cumprimento das metas do planejamento estratégico.
Impacto do projeto para o alcance da tema: Alto
Consequências caso o projeto não seja realizado : A centralização da execução orçamentária dificulta a gestão eficiente dos recursos da instituição, gerando a implantação dos objetivos estratégicos face ao desconhecimento da realidade orçamentária do Poder Judiciário.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO: Capacitação funcional dos usuários de Sistemas.	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA: [] A - SOCIEDADE [] B - PROCESSOS INTERNOS [X] C - RECURSOS
	TÉRMINO PREVISTO:	
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO : Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias.		1.2.1 – TEMA: Atuação Institucional.
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA:		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 – O QUE SERÁ FEITO:
- Sistematização das necessidades de capacitação dos usuários de Tecnologia da Informação e Comunicação para a melhoria na prestação de serviços.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes):	Cargo/Função:	Lotação:
Roberto Romanholo	Diretor	Diretoria de Tecnologia da Informação
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Colaboradores e sociedade em geral		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO:	INÍCIO:	CONCLUSÃO:	DURAÇÃO:
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas:

Impacto do projeto para o alcance do tema : É a base conceitual para o uso do sistema em sua plenitude de operação.

Consequências, caso o projeto não seja realizado : A continuação da apatia e insegurança dos usuários e do sistema.

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Aperfeiçoamento Profissional dos Magistrados e Servidores do TJAC	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA [] A - SOCIEDADE [] B - PROCESSOS INTERNOS [X] C - RECURSOS
	TÉRMINO PREVISTO:	
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre		1.2.1 – TEMA Gestão de Pessoas
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1) Implantação do Programa de capacitação continuada : visará a qualificação do corpo funcional para aumentar o nível intelectual da instituição, tanto na área judicial quanto na administrativa, Capital e Interior. 2) Ampliação do Portal do Servidor: Ampliar o espaço de relacionamento RH-Servidor , via Portal do Servidor , para permanente informação sobre seus direitos e deveres e criar um canal de mão dupla para troca de informações. 3) Implantação de uma política de Educação à Distância (e-learning): Implantar uma política de Educação à Distância para propiciar que mais servidores e magistrados possam participar de cursos de alto nível sem sair do Estado do Acre. 4) Implantação do programa Ensino é Fundamental: Implantar o programa para que todos os servidores do Poder Judiciário tenham o Ensino Médio concluído. 5) Implantação do programa de capacitação nas tecnologias de informação usadas na instituição: Implantar o programa de capacitação continuada das tecnologias de informação usadas na Instituição para proporcionar um nivelamento do conhecimento entre os magistrados e servidores.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Vidal	Diretor	Diretoria de Recursos Humanos
Gorete	Chefe de Seção	Centro de Capacitação/DRH
Juraci	Assessora	Esmac
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
DTI, DRH e ESMAC		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: O aperfeiçoamento é fundamental para o processo de crescimento e mudança institucional, tendo como consequência a profissionalização da instituição. Impacto do projeto para o alcance do tema: Muito alto Consequências, caso o projeto não seja realizado : A capacitação é base para toda a implantação da

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

gestão estratégica, sem o conhecimento ficará difícil a execução do planejamento estratégico.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Aperfeiçoamento Profissional dos Magistrados e Servidores do TJAC	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Revitalizar os recursos internos para prestação de serviços do Poder Judiciário do Estado do Acre	1.2.1 – TEMA Gestão de Pessoas	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1) Implantação de Programa de capacitação continuada, visando a qualificação do corpo funcional para assegurar agilidade dos trâmites judiciais e administrativos do Poder Judiciário (Capital e Interior) 2) Ampliação do espaço de relacionamento RH-Servidor , via Portal do Servidor, para permanente informação sobre seus direitos e deveres. 3) Implantação de uma política de cursos à distância. Plataforma de Educação à Distância (e-learning) para os servidores e magistrados do TJ do Acre; 4) Estabelecimento de Parcerias e Convênios com a Secretaria de Estado de Educação do Acre com vistas a possibilitar o Servidor do Judiciário a conclusão do Ensino Fundamental e Médio; 5) Dotar o Laboratório de Informática de cursos de capacitação em tecnologias de gestão;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Vidal	Diretor	Diretoria de Recursos Humanos
Juraci	Assessora	ESMAC
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Todos os Magistrados e Servidores		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas Impacto do projeto para o alcance do tema: Consequências, caso o projeto não seja realizado:

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)

1.1 – TÍTULO DO PROJETO: Aperfeiçoamento a d rnf -estrutura Tecnológica e Modernização osi Sistemas de Informação.	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA: [] A - SOCIEDADE [X] B - PROCESSOS INTERNOS [] C – RECURSOS
	TÉRMINO PREVISTO:	
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO : Garantir a qualidade dos serviços prestados nas unidades administrativas e judiciárias.		1.2.1 – TEMA: Atuação Institucional.
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA:		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)

2.1 - O QUE SERÁ FEITO:

- Criação de mecanismos para assegurar a alta disponibilidade dos Sistemas Judiciais, tendo em vista a evolução da virtualização dos Processos do TJAC;
- Atualização dos Sistemas existentes;
- Elaboração de política de acesso, controle e utilização dos softwares e hardwares usados no Poder Judiciário;
- Campanha de conscientização de senhas de acesso;
- Padronização de acessos aos usuários aos sistemas de informação e comunicação e internet.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)

3.1	
-----	--

04 – PARTES INTERESSADAS

Responsável pelo Aceite (Clientes):	Cargo/Função:	Lotação:
Roberto Romanholo	Diretor	Diretoria de Tecnologia da Informação

CLIENTES BENEFICIÁRIOS:

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)

ITEM	DESCRIÇÃO:	INÍCIO:	CONCLUSÃO:	DURAÇÃO:
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES

Justificativas: A evolução dos sistemas de informação e a substituição dos equipamentos por mais modernos são primordiais para o aumento da qualidade, celeridade e eficiência dos trabalhos das unidades do Poder Judiciário.

Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto

Consequências, caso o projeto não seja realizado: O não atingimento das metas estabelecidas.

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO: Ampliação da Conexão das redes entre todas as Comarcas do Estado.	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA: ☐ A - SOCIEDADE ☒ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO : Garantir o alinhamento das ações entre as áreas meio e fim do Poder Judiciário do Estado do Acre.	1.2.1 – TEMA: Eficiência Operacional.	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA:		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 – O QUE SERÁ FEITO: Executar uma análise técnica/situacional dos Prédios e Comarcas do TJAC; Efetivar a utilização do Contrato de Links de Dados; Conectar todas as Comarcas a uma rede única de informatização.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes):	Cargo/Função:	Lotação:
Roberto Romanholo	Diretor	Diretoria de Tecnologia da Informação
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Público interno primeiramente e depois a própria sociedade como credora de serviços excelentes		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO:	INÍCIO:	CONCLUSÃO:	DURAÇÃO:
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto A melhoria efetiva da comunicação direta com todas as comarcas e a celeridade nas tomadas de decisão. Consequências, caso o projeto não seja realizado : A morosidade nas decisões judiciais e o atraso nos processos.

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO A Outra Vítima: Um outro olhar sobre os homens autores de violência intrafamiliar	DATA DE INÍCIO :	PERSPECTIVA ☒ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☐ C – RECURSOS
	TÉRMINO PREVISTO:	
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Promover a cidadania, mediante a difusão e conscientização de direitos, deveres e valores	1.2.1 – TEMA Atuação Institucional	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO - Criação de campanha para incentivar a mobilização dos homens na difusão de valores voltados a construção de uma nova cultura com base na cidadania, valores como paz, solidariedade, equidade de gênero e respeito às diferenças; - Desenvolvimento de método para formação de homens autores de violência contra a mulher para serem multiplicadores no combate a violência; - Realização de pesquisa para obtenção de informações sobre a violência praticada por homens contra as mulheres;

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Olivia Maria Alves Ribeiro	Juiza de Direito	Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
As famílias vítimas da violência intrafamiliar		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas : O projeto proporcionará a diminuição do número de casos de violência doméstica.
Impacto do projeto para o alcance do tema: Médio
Consequências caso o projeto não seja realizado: Aumento gradativo da violência intrafamiliar

TERMO DE CRIAÇÃO DO PROJETO – TCP

TJAC-1109.0001-TCP

01 - IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO (AÇÃO)		
1.1 – TÍTULO DO PROJETO Projeto Ergonomia	DATA DE INÍCIO : TÉRMINO PREVISTO:	PERSPECTIVA ☐ A - SOCIEDADE ☐ B - PROCESSOS INTERNOS ☒ C - RECURSOS
1.2 – OBJETIVO RELACIONADO NO MAPA ESTRATÉGICO Garantir, às unidades do Judiciário, infraestrutura física, melhores condições de trabalho, segurança, integração funcional e tecnologia apropriada.	1.2.1 – TEMA Infraestrutura e Tecnologia	
1.3 – META RELACIONADA AO MAPA		

02 - ESCOPO DO PROJETO (AÇÃO)
2.1 - O QUE SERÁ FEITO 1 Aplicação da norma 17 do ministério do trabalho: Estabelecer parâmetros que permitam a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho eficiente.

03 – DESCRIÇÃO DO(S) PRODUTO(S) SERVIÇOS(S)
3.1

04 – PARTES INTERESSADAS		
Responsável pelo Aceite (Clientes)	Cargo/Função	Lotação
Carlos Afonso	Diretor Geral	Diretoria Geral
CLIENTES BENEFICIÁRIOS:		
Todos os Magistrados e Servidores e os jurisdicionados		

05 – PRINCIPAIS FASES (MARCOS REGULATÓRIOS)				
ITEM	DESCRIÇÃO	INÍCIO	CONCLUSÃO	DURAÇÃO
5.1				

06 – OBSERVAÇÕES
Justificativas: Por não existir padrões ergonômicos estabelecidos no Poder Judiciário, os equipamentos e materiais permanentes são adquiridos sem critérios estabelecidos ocasionando problemas de saúde aos Magistrados, Servidores e jurisdicionados. Impacto do projeto para o alcance do tema: Alto Melhorar as condições de trabalho através da adequação das instalações físicas aos padrões ergonômicos, gerando maior nível de satisfação do Servidor e Magistrado. Consequências, caso o projeto não seja realizado: Aumento no índice de absenteísmo em função de doenças relacionadas a más posturas, perda de produtividade e aumento da insatisfação dos Magistrados e Servidores.

EXPEDIENTE

Realização

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Presidência

Elaboração

José Carlos Martins Júnior - TJAC
Paulo Cândido Barbosa Júnior – EPM Experts
Reginaldo Silveira de Lima – EPM Experts
Demétrios Batista da Silva – EPM Experts
Glécio Passafaro – EPM Experts
Radamés da Silva Sá – EPM Experts
Marcos Chaves – FGV

Apoio Operacional

Assessoria da Presidência
Assessoria de Comunicação Social
Diretoria do Foro de Rio Branco

Revisão

Maria de Nazaré Guedes Menezes
Ana Cláudia B. Dias Passafaro

Projeto Gráfico / Diagramação

Carlos André Castro - EPM Experts
Fernando de Castro Sobrinho – TJAC

Fotos

Assessoria de Comunicação Social

Impressão

Parque Gráfico do Tribunal de Justiça



www.tjac.jus.br

Tribunal de Justiça do Estado do Acre
Rua Floriano Peixoto, 460. Centro
CEP:69.908-030. Rio Branco.AC
Fone: (68) 3211-5300